

**O PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT):
DA SUA CRIAÇÃO A CHEGADA AO PODER**

VAGNER VIEIRA

Foz do Iguaçu
2018

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

HISTÓRIA – AMÉRICA LATINA

**O PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT):
DA SUA CRIAÇÃO A CHEGADA AO PODER**

VAGNER VIEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História – América Latina.

Orientador: Prof. Drº. Clovis Antonio Brighenti

Foz do Iguaçu
2018

VAGNER VIEIRA

**O PARTIDO DOS TRABALHADORES:
DA SUA CRIAÇÃO A CHEGADA AO PODER**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História – América Latina.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr^o. Clovis Antonio Brighenti
UNILA

Prof. Dr^a. Rosangela de Jesus Silva
UNILA

Prof. Dr^o. Samuel Quirino Oliveros Calderón
UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

Dedico este trabalho a meu pai Eli Vieira e
minha mãe Maria Elena Vieira.

AGRADECIMENTOS

As dificuldades encontradas na caminhada acadêmica só podem ser descritas e compreendidas por aqueles que dela fizeram parte. Este trabalho de conclusão, apenas uma parte desta caminhada, resume um pouco dos desafios, tristezas e alegrias da jornada que aqui concluímos.

Termino esta pesquisa, na esperança de ter alcançado os objetivos propostos não só pela academia, mas, também, pela sociedade e de ter contribuído, mesmo que apenas uma pequena parte, para o enriquecimento da compreensão do mundo em que vivemos, para que possamos torná-lo melhor.

Agradeço, primeiramente, a minha família, em especial meu pai Eli Vieira e minha mãe Maria Elena Vieira.

Aos meus professores, do curso de graduação em História – América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. Em especial ao professor Dr.º Clovis Brighenti que aceitou o desafio de me orientar.

Aos meus amigos, de perto e de longe. Em especial, meus colegas de curso, todos sem exceção, que trilharam comigo os mesmos caminhos as mesmas dificuldades e sem os quais não teria chegado até aqui.

Aos meus companheiros de luta, os de agora e os de ontem, que moldaram significativamente o meu caráter.

A todos os trabalhadores.

Obrigado a todos.

A vida é bela, que as gerações futuras a limpem de todo o mal, de toda opressão, de toda violência e possam gozá-la plenamente. Leon Trotsky (1940)

VIEIRA, Vagner. **O Partido dos Trabalhadores (PT):** da sua criação a chegada ao poder. 2018. 117 p. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História – América Latina – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

RESUMO

Nesta pesquisa acadêmica estudaremos a história do Partido dos Trabalhadores (PT), no Brasil, da necessidade de um partido que organizasse amplos setores de esquerda, dispersos ao fim do Regime Militar, nas décadas de 1970 e 1980. Até a publicação da "Carta ao Povo Brasileiro" prelúdio da vitória eleitoral de Luís Inácio Lula da Silva, seu principal representante, como presidente da República. Iremos, com base em documentos oficiais, como os dos Encontros Nacionais, principal forma de organização e de democracia do partido, assim como de autores que, com diferentes visões, acompanharam o desenvolvimento do partido ao longo dos anos. As lutas intestinas, produto de suas diferentes correntes políticas, as vitórias e derrotas eleitorais, as transformações programáticas, seus dirigentes e bandeiras políticas. Veremos como o Partido dos Trabalhadores, passou de um partido socialista, sem padrões a um partido anticapitalista, com padrões. Ao fim desta pesquisa, apresentaremos as considerações finais sobre os fatos aqui estudados.

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores. Política. Esquerda. Socialismo. Anticapitalismo. Movimentos Sociais. Sindicalismo.

VIEIRA, Vagner. **O Partido dos Trabalhadores (PT): da sua criação a chegada ao poder.** 2018. 117 p. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História – América Latina – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

ABSTRACT

In this academic research, we will study the history of the Partido dos Trabalhadores (PT), in Brazil, of the need for a party that would organize broad leftist sectors dispersed at the end of the Military Regime in the 1970s and 1980s. Brazilian People ", a prelude to the electoral victory of Luís Inácio Lula da Silva, his principal representative, as president of the Republic. We will, based on official documents such as the National Meetings, the main form of organization and democracy of the party, as well as authors who, with different visions, have followed the development of the party over the years. The internal struggles, product of its different political currents, the victories and electoral defeats, the programmatic transformations, its leaders and political flags. We will see how the Workers' Party has gone from a socialist party, with no bosses to an anti-capitalist party with bosses. At the end of this research, we will present a conclusion about the facts studied here.

Key words: Partido dos Trabalhadores. Policy. Left. Socialism. Anticapitalism. Social movements. Syndicalism.

LISTA DE IMAGENS

- Figura 1** – Membros da mesa diretora que fundou o Partido dos Trabalhadores, atrás podemos ler uma faixa com os dizeres: "PT - Partido Sem Patrão"29
- Figura 2** – Historiograma das principais tendências do PT.....38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALN	Ação Libertadora Nacional
Arena	Aliança Renovadora Nacional
CONCLAT	Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CS	Convergência Socialista
CO	Corrente Operária
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Funai	Fundação Nacional do Índio
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LIBELU	Liberdade e Luta
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEP	Movimento de Emancipação do Proletariado
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCF	Partido Comunista da França
PCI	Partido Comunista Italiano
PC`s	Partidos comunistas (de um modo geral)
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal
PMB	Partido da Mobilização Brasileira
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPS	Partido Popular Socialista
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRN	Partido Republicano Nacional
PRO	Partido Revolucionário Operário
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SESC	Serviço Social do Comércio
SNI	Serviço Nacional de Informações

SPD

Partido Socialdemocrata da Alemanha

Sumário

INTRODUÇÃO.....	13
1. A CRIAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES E SUA ESTRUTURA.....	19
1.1 OS MANIFESTOS FUNDACIONAIS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES.....	23
1.2 A LEGALIZAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES.....	30
1.3 A ESTRUTURA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES.....	31
2. O PT NA DÉCADA DE 1980.....	40
2.1 OS ENCONTROS NACIONAIS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES E O I ENCONTRO NACIONAL.....	42
2.2 O II ENCONTRO NACIONAL E AS ELEIÇÕES DE 1982.....	47
2.3 O GRUPO DOS 113 (O SURGIMENTO DA ARTICULAÇÃO) E O III ENCONTRO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES.....	53
2.4 O ANO DE 1985, AS DIRETAS E O ENCONTRO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO DO PT.....	59
2.5 A CONSTITUINTE E O IV ENCONTRO NACIONAL.....	62
2.6 O V ENCONTRO NACIONAL.....	66
2.7 O VI ENCONTRO E AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1989.....	71
3. O PT NA DÉCADA DE 1990.....	76
3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O GOVERNO COLLOR E O VII ENCONTRO NACIONAL	77
3.2 O PRIMEIRO CONGRESSO DO PT.....	82
3.3 O VIII ENCONTRO NACIONAL E O PLANO REAL.....	86
3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O GOVERNO FHC E O X ENCONTRO NACIONAL.....	91
3.5 A METAMORFOSE PETISTA E O XI ENCONTRO NACIONAL.....	94
3.6 O ENCONTRO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO, AS ELEIÇÕES DE 1998 E O II CONGRESSO DO PT.....	100
3.7 O XII ENCONTRO NACIONAL E A “CARTA AO POVO BRASILEIRO” (2002).....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	111
DOCUMENTOS.....	119

INTRODUÇÃO

Em 10 de fevereiro de 1980 foi fundado, em São Paulo (SP), o Partido dos Trabalhadores (PT). Um dos mais importantes e influentes partidos políticos no Brasil. Em pouco tempo esse partido criado por metalúrgicos, intelectuais, antigos militantes da luta armada, setores da Igreja Católica, entre outros, passava a disputar espaço com partidos tradicionais da política nacional e hegemonizar a esquerda no país. O PT, que nesta época, tinha claros contornos de classe, não aceitava “patrões” em seu interior e via no socialismo a única alternativa ao capitalismo e a exploração da classe trabalhadora, logo se tornando a principal referência dos trabalhadores brasileiros, comandando sindicatos, prefeituras, liderando greves e movimentos sociais por todo o país. Até chegar a presidência da República com sua principal figura pública Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula. Porém, os autores Mauro Luiz Iasi (2006), Juary Chagas (2014), Lincoln Secco (2011), Cyro Garcia (2008), Valério Arcary (2014b) José de Souza Martins (2016), Daniel Aarão Reis (2007), Antonio Carlos Witkoski (2000), Clayton Cardoso Romano (2008), entre outros, concordam que o PT que chegou ao poder em 2002, ao vencer as eleições presidenciais, já não era o mesmo de suas origens. Para a maioria destes autores, o PT estava “domesticado”.

O PT foi responsável de tomar para si o espaço à esquerda até então ocupado pelos tradicionais Partidos Comunistas (PCB, PCdoB e outras vertentes do chamado “marxismo-leninismo”), ligados aos países do bloco socialista e, por outro lado, as antigas tradições populistas em conformidade com a tradição trabalhista que desde o fim da Ditadura Militar tinham no Partido Democrático Trabalhista (PDT) e no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) seus representantes. Foi responsável, também, por criar de forma inédita um partido de trabalhadores, democrático, militante, que tinha em suas bases sociais seus principais veículos de organização e ação. Era, também, um partido de tendências. Que abrigava em seu interior uma ampla gama de correntes ideológicas de esquerda.

Existe uma “tradição” entre os partidos socialistas, outrora revolucionários, de se adequarem a ordem e ao *status quo*. Foi Adam Przeworski (1985) quem melhor discutiu os contornos do surgimento da socialdemocracia europeia¹, na

¹ Apesar das discussões de Przeworski (1985) se dar, sobretudo, a cerca da social-democracia alemã (em alemão *Sozialdemokratische Partei Deutschlands*, cuja sigla PSD), devemos lembrar das discussões que ocorriam em torno na II Internacional que envolviam todos os partidos europeus. Os partidos social-democratas, no início do século XX, tinham um caráter socialista e revolucionário. A

virada dos séculos XIX para o XX. Para o autor, passada a questão de “se devia participar?” e, participando da democracia burguesa: “(...) os socialistas entraram na política burguesa para ganhar eleições, para obter um mandato incontestável tendo em vistas as transformações revolucionárias, e para legislar a sociedade dentro do socialismo” (PRZEWORSKI, 1988, p.51). Mais à frente, justifica a participação dos socialistas europeus nas eleições: “Os socialistas participaram das eleições porque tinham que se preocupar com melhorias imediatas das condições dos trabalhadores. Contudo, entraram para fazer do socialismo uma realidade” (PRZEWORSKI, 1988, p.51).

Porém, tiveram de enfrentar o dilema eleitoral, em que, se a classe trabalhadora é ampla e constitui uma grande parcela da população, não era suficiente para garantir as vitórias desejadas. Isso obrigava oscilar entre políticas para os, considerados, aliados que se encontravam em disputa na sociedade, com suas próprias reivindicações e demandas, com a “pureza de classe”. Ampliando, significativamente, sua agenda política e, portanto, se modificando.

Para ganhar votos de outras pessoas que não os trabalhadores, em particular a pequena burguesia, formar alianças e coalizões, administrar o governo no interesse dos trabalhadores, um partido não pode dar a impressão de ser “irresponsável”, dar qualquer indício de não ser totalmente sincero em sua submissão às regras e aos limites do jogo parlamentar. Às vezes o partido deve mesmo refrear os seus filiados contra ações que colocariam em risco o progresso eleitoral (PRZEWORSKI, 1988, p.50).

Além do mais, à medida que os partidos persistiam em permanecer no jogo “político-eleitoral” e se acostumavam, cada vez mais, com a vida parlamentar, produzindo em seu interior políticos-profissionais que transformaram a tática de curto prazo em regra.

Além do mais, um partido voltado para conquistas parciais, um partido em que seus líderes representantes mantêm um estilo de vida pequeno-burguês, um partido que por anos tem se esquivado das ruas não pode “fluir através do buraco das trincheiras”, conforme colocação de Gramsci, mesmo quando esse buraco é forjado em uma crise. [...] Esse dilema tornou-se ainda mais agudo quando a democracia representativa que caracteriza a sociedade burguesa deixou de ser apenas uma tática e foi abraçada como a doutrina básica da futura sociedade socialista. Os partidos social-democratas reconheceram na democracia política um valor que transcende formas diferentes de organização da produção (PRZEWORSKI, 1988, p.50).

mudança política, fundamentalmente, ocorrerá nas décadas de 1910 e 1920. Orientadas por teses como as de Eduard Bernstein (1850-1932) e Karl Kautsky (1854-1938).

Porém, se na Europa os socialistas, do início do século XX, levaram quatro décadas para se adaptar ao aparato parlamentar², com discussões e intensas lutas “intestinas” na II Internacional, no Brasil bastou menos de uma década para ocorrer situação semelhante. O Partido dos Trabalhadores, sendo o principal partido socialista, criado após o Regime Militar, que em seu início, começo da década de 1980, nas palavras de Mauro Iasi (2006), “(...) a classe trabalhadora produziu sua inicial negação da ordem do capital” (IASI, 2006, p.354) com um “cariz classista e socialista” (LOPES, 2014, p.23), tornou-se em seguida um partido da “ordem”, “(...) incorporando contornos cada vez mais intensos de um partido socialdemocrata portador de um projeto neodesenvolvimentista para o Brasil” (LOPES, 2014, p.23).

O objetivo desta pesquisa será analisar como um partido que nasce operário, classista, e autenticamente socialista/anticapitalista (a depender do autor), que via nas disputas eleitorais apenas uma tática momentânea, passou, em pouco tempo, a defender a chamada “democracia burguesa” e mais tarde, inclusive, se limitar ao “Estado de direito” como meios privilegiados de se alcançar o socialismo.

Faremos nossa análise tendo como fontes primárias os documentos oficiais do Partido dos Trabalhadores, necessariamente, as Resoluções, aprovadas nos Encontros Nacionais, instância máxima da democracia petista nas décadas de 1980 e 1990. Além da análise dos dois Congressos realizados nesse período. Esses documentos, que se encontram hoje, arquivados na Fundação Sérgio Buarque de Holanda serão os guias de nossa pesquisa. Também faremos uso de uma extensa bibliografia que reunimos sobre a história do Partido dos Trabalhadores, nesta época.

Sobre as Resoluções dos Encontros Nacionais, deixamos uma advertência. Ali estão reunidos apenas os documentos aprovados em Encontros que tinham, pelos menos até metade da década de 1990 um rico debate interno, que muitas vezes levavam a publicação de uma dezena de documentos-base, entre as diversas correntes, que, por sua vez, orientava as discussões que ocorriam antes do Encontro Nacional. Como lembra Wladimir Pomar (1998):

É preciso levar em conta [...] que as resoluções aqui editadas contêm aspectos que podem limitar a compreensão das experiências vividas pelo Partido. Nem sempre explicitam, por exemplo, o contexto político e social em que foram produzidas; quase nunca colocam à mostra o rico e variado

2 Da “Crítica ao Programa de Gotha”, escrito em 1875, por Karl Marx, até as terríveis políticas “nacionais” adotadas pelos diferentes partidos social-democratas, por toda Europa, em relação aos Créditos de Guerra que possibilitou o financiamento bélico pré Primeira Guerra Mundial.

debate que as envolveu; são, em geral, ufanistas em relação às possibilidades reais do PT; por fim, raramente avaliam os contrastes e as concordâncias das resoluções anteriores em relação à realidade existente e à prática partidária (POMAR, 1998, p.18).

Outra advertência ao leitor, está na demasiada importância que é dada ao PT paulista e ao estado de São Paulo pelos autores aqui pesquisados. Lembremos, aqui, que o Partido dos Trabalhadores, enquanto partido nacional, era muito maior e mais complexos que o partido de São Paulo, mesmo estando a maior parte de sua liderança naquele estado.

Também não temos o objetivo de “marginalizar” ou fazer uma “crítica pela crítica”, de um dos partidos mais progressista das décadas de 1980 e 1990, que com sua bancada aprovou projetos e assegurou direitos para a classe trabalhadora e a população de um modo geral. Nossa intenção é tentar entender os pontos de mudanças que transformaram o Partido dos Trabalhadores.

Analisaremos o discurso de suas principais figuras públicas, as análises de conjuntura, os discursos oficiais, as correntes internas, assim como, suas lideranças. Como escreve Juary Chagas (2014): “(...) não se consegue [sem que haja uma intensa luta intestina] transformar um partido que desenvolveu as mais importantes lutas de um país e levantou uma plataforma “anticapitalista” numa organização totalmente domesticada aos ditames institucionais (...)” (CHAGAS, 2014, p.167). É nessa “luta intestina”, como afirma o autor, que está o objeto aqui analisado. No entanto:

Entendemos, contudo, que a ambição do ensino de História deve ser a de desenvolver a crítica e não oferecer uma visão ‘crítica’ a priori. A crítica de documentos, fatos e de diferentes interpretações, parte do *métier* do historiador, passa pelo confronto entre discursos muitas vezes contraditórios e interpretações distintas. A escrita e o ensino da história não devem ser feitos pela escolha de ideologias, sejam à esquerda ou à direita, mas pela problematização desses mesmos discursos. Questões como o papel da história e o método inerente à mesma disciplina necessitam de grande cuidado (DELGADO; FERREIRA, 2013, pp.31-32).

O recorte histórico proposto está nos anos iniciais de sua criação, ocorrido junto com o enfraquecimento do Regime Militar, na segunda metade da década de 1970, até 2001, mais precisamente com a publicação da “Carta ao povo brasileiro”,

quando segundo Lincoln Secco (2011): “coincide com o *aggiornamento*³ completo do PT” (SECCO, 2011, p.25).

Nossas hipóteses, que tentaremos esclarecer com o andamento do debate, vão desde a substituição de elites dirigentes, como ocorreu com alguns partidos da II Internacional, no decorrer do século XX, até a necessidade, imposta pelas sucessivas vitórias e derrotas eleitorais do partido junto com o seu crescimento, processo que fez dele partido hegemônico na esquerda brasileira, ao longo das décadas de 1980 e 1990, obrigando adotar novas agendas políticas e conciliando politicamente com extratos de classe diferente do seu início.

No primeiro capítulo, intitulado: “A criação do Partido dos Trabalhadores e sua estrutura”, abordaremos a emergência do partido no final da década de 1970, o momento histórico no Brasil, com o início do fim da Ditadura Militar, e seu funcionamento interno enquanto partido de tendências. Faremos uma análise dos manifestos fundacionais, o processo de legalização do partido, ainda sob o regime de exceção, e suas principais correntes internas.

Já o capítulo II, intitulado: “O PT na década de 1980”, apresentaremos o “PT social”, nele abordaremos as primeiras vitórias do partido. Iniciaremos o capítulo abordando o funcionamento dos Encontros Nacionais, que até fins da década de 1990, era o principal veículo da democracia interna do PT. A partir disso analisaremos as Resoluções aprovadas nos Encontro, assim como as lideranças que eram eleitas para a Executiva Nacional. Como o partido orientou seu discurso até a eleição presidencial de 1989, que projetou o PT nacionalmente como a principal “voz” de esquerda no Brasil.

O capítulo III: “O PT na década de 1990”, nos debruçaremos sobre a “década parlamentar” do partido. Principal grupo de oposição aos governos de Fernando Collor de Melo, Itamar Franco e de Fernando Henrique Cardoso, veremos como o partido responde a implementação das políticas liberais e das reformas adotadas por estes governos. Internamente, a expulsão das correntes à esquerda e a mudança que fez um partido que falava abertamente em “socialismo” para um partido “radicalmente democrático” e, mais tarde, “antiliberal”.

3 Para Lincoln Secco (2011), *aggiornamento*, do italiano, atualização, seria um processo de transformação em que este tipo de partido, de correntes, onde uma corrente dominante impõem as correntes minoritárias a necessidade de se moldar ao partido, que se torna cada vez mais institucional e Estatal. Esse processo, mesmo que de forma diferente, ocorreu em outros partidos socialistas e social-democratas ao redor do mundo. Talvez o exemplo do Partido Social-Democrata Alemão (PSD) seja o mais antigo e conhecido deste tipo.

Por se tratar de “história do tempo presente”⁴ o rigor metodológico se torna necessário, pois como afirma Márcia Maria Mendes Motta (2012), a memória do pesquisador pode entrar em conflito com as evidências e a pesquisa do objeto. Buscaremos atingir o distanciamento necessário entre o objeto pesquisado e o pesquisador.

Não pretendemos, no entanto, esgotar um tema tão amplo e que tem gerado inúmeros debates. O objetivo que aqui pretendemos alcançar, é o de possibilitar a discussão sobre o tema em questão, trazendo diferentes posicionamentos e reflexionando abordagens sobre a história do partido neste período. Desejamos a todos uma boa leitura.

4 Segundo Lúcia de Almeida Neves Delgado e Maria de Moraes Ferreira (2013) o que diferencia o chamado “estudo do tempo presente” é a proximidade com que os historiadores se colocam em relação ao objeto de estudo. Nesse sentido, sujeitos protagonistas podem interferir ativamente no processo de produção da pesquisa. Esse campo historiográfico, também, está vinculado a um passado atual que é dinâmico e em permanente processo de mudança e atualização.

1. A CRIAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES E SUA ESTRUTURA

Segundo Marco Antônio Brandão (2003) o Partido dos Trabalhadores – PT, é fruto de um determinado período da história, pois nela encontramos o que era necessário para a fundação de um partido político, em meio a um regime de exceção, que buscava agregar reivindicações de múltiplos grupos marginalizados na sociedade.

O Brasil que gestou o PT, é o Brasil da segunda metade da década de 1970. Desde 1964, o país atravessava um período de exceção política com o golpe militar que derrubou o presidente João Goulart. O regime impôs, por meio dos Atos Institucionais II e IV, um sistema bipartidário com um partido oficialista, alinhado ao regime: a Aliança Renovadora Nacional, conhecida pela alcunha de Arena, e uma oposição permitida: o Movimento Democrático Brasileiro - MDB. Este último acabou por se tornar refúgio de toda a oposição, desde liberais, contrários ao governo, até comunistas dos PC's brasileiros (FAUSTO, 1995).

Em 1977 o Brasil detinha, segundo seu anuário estatístico, oficial daquele ano, 110 milhões de habitantes, sendo que 70 milhões viviam em áreas urbanas. Destes 70 milhões, 10% era formado por jovens entre 19 e vinte e três anos (GASPARI, 2004). A taxa de urbanização que em 1940 era de aproximadamente 26,35% atingiria em 1991 o patamar de 77,13%. Vivia uma rápida e acelerada urbanização, com diminuição na taxa de mortalidade e aumento na natalidade (SECCO, 2011). O Brasil contava com áreas industriais, como a do ABC paulista⁵, que em 1976 produziria cerca de um milhão de automóveis, fazendo essa região assumir a vanguarda produtiva e tecnológica do país (FAUSTO, 1995).

O historiador Boris Fausto (1995), afirma que o final da década de 1970 e o início da década de 1980 irá se caracterizar pelo aprofundamento da crise econômica que atingirá, em bloco, os países latino-americanos. O governo do general Figueiredo, que assumiu a presidência, em março de 1979, prometendo maiores aberturas políticas, foi, para economia, de continuísmo com a manutenção do ministro do planejamento do governo anterior, Mário Henrique Simonsen, até este ser substituído pelo então Ministro da Agricultura, Antônio Delfim Netto, em agosto do mesmo ano.

5 ABC Paulista, ou Região do Grande ABC, é uma região do interior do estado de São Paulo, com grande concentração industrial. Fazem parte desta região, principalmente, as cidades de: Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

O desequilíbrio financeiro, no balanço de pagamento das contas públicas, fez com que a maioria dos países latino-americanos, mesmo aqueles que não viviam sob ditaduras, tivessem que renegociar suas dívidas externas para um patamar acima do previsto. Taxas inflacionárias batem recordes, principalmente, no México, Argentina e Brasil (BRESSER-PEREIRA, 1985). Em 1981 o país entra em recessão. Pela primeira vez desde 1947 se registra crescimento negativo do PIB (de 1981 a 1983 o Produto Interno Bruto brasileiro teve um decréscimo de 1,6%). “De um déficit comercial de cerca de 2 bilhões de dólares em 1981, passa para um superávit de oito bilhões de dólares em 1982 e de aproximadamente 30 bilhões em 1983” (BRESSER-PEREIRA, 1985, p.50). “Os setores mais atingidos foram as indústrias de bens de consumo durável, como, por exemplo, os eletrodomésticos e de bens de capital, concentradas nas áreas urbanas do país. O desemprego nessas áreas tornou-se um problema sério (...)” (FAUSTO, 1995, p.502).

A pauperização do nível de vida dos trabalhadores urbanos, fez desencadear movimentos grevistas, ainda que de forma espontânea e sem a organização de um movimento sindical central. Segundo Juary Chagas (2014), às greves da década de 1970, no Brasil, tiveram ligação direta com movimentos de resistência internacional. Tanto no combate às ofensivas do capitalismo ao redor do mundo, quanto na luta antiburocrática do stalinismo soviético. Remontado as manifestações do “maio de 68 francês”, mobilizações em favor das liberdades políticas na Checoslováquia, contra a burocracia imposta pela União Soviética, a Revolução dos Cravos, em Portugal (1974), a crise econômica e social vivida pelos trabalhadores espanhóis, após o fim da ditadura de Francisco Franco, criando cenário para grande ascenso e greves durante os anos de 1977 e 1976, a derrota histórica dos Estados Unidos no Vietnã, entre outros exemplos. Demonstrando uma perspectiva de luta e resistência internacional da classe trabalhadora.

Segundo Marcelo Badaró Matos (2009) o regime militar criara, logo nos seus primeiros anos, mecanismos que aprisionava e desmobilizava o movimento sindical autônomo, pondo em seu lugar representações escolhidas e vinculadas ao governo militar. Esse mecanismo de controle fazia necessário, pois a crise econômica que vinha desde o governo de Juscelino Kubitschek era combatida pelos militares com arrocho salarial e ataque aos direitos dos trabalhadores (MATOS, 2009). Também é importante salientar que a oposição sindical que existia de fato era, até então, encabeçada por dirigentes, principalmente, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do

Brasil (PCdoB) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)⁶, entre outros agrupamentos menores. Porém, estas eram direções hesitantes. A linha política do PCB, por exemplo, estava orientada em não dificultar a lenta e gradual transição à democracia (SECCO, 2011). Sobre esses grupos políticos Boris Fausto (1995), afirma:

[esta] corrente defendia a necessidade de limitar a ação sindical a lutas que não pusessem em risco o processo de abertura. Não assumia uma clara definição ideológica, sustentando a importância de alcançar ganhos concretos imediatos aos trabalhadores. Daí a expressão “Sindicalismo de resultados” (...) (FAUSTO, 1995, p.507).

No dia 12 de maio de 1978, o chefe encarregado do setor de ferramentaria da Scania, de São Bernardo do Campo (SP), se espantou ao encontrar um galpão de fábrica tomado por trabalhadores parados, de braços cruzados. Começava ali, segundo Marcelo Badaró Matos (2009), uma das maiores e mais importantes greves da história do país. Em pouco tempo a paralisação se espalhará para as principais fábricas da região do grande “ABC paulista”. Um dos maiores setores industriais do país.

A espontaneidade, ainda segundo o autor, era uma das principais características desse movimento: “(...) a forma e o desenrolar das greves sugeriam um alto grau de espontaneidade” (MATOS, 2009). Ainda sobre o aspecto autônomo do movimento, Raul Pont (1985), afirma: “Um verdadeiro abismo separava a vibrante espontaneidade das massas e a fragilidade de suas associações e sindicatos” (PONT, 1985, p.85). Se o movimento grevista se deu de forma espontânea, sem a necessidade de convocação prévia por parte dos sindicatos, o acúmulo de experiência e uma liderança sindical próxima das bases deu o tom de organização e centralidade ao movimento.

Embora não estourasse com data marcada, nem tivesse sido convocadas pelos sindicatos, a coesão dos trabalhadores em torno dos movimentos indicava um acúmulo de experiências de resistências nas fábricas, um profundo descontentamento com a política salarial da ditadura e um nível razoável de representatividade do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, que negociou os acordos para a volta ao trabalho e foi porta-voz dos operários nas diversas empresas (MATOS, 2009, p.119).

Entre maio e dezembro de 1978 os operários organizaram, por todo o estado de São Paulo, 328 greves. Aglutinando em torno do movimento grevista, aproximadamente, 150 mil operários (SECCO, 2011).

⁶ Lembramos que apesar de clandestinos, como o PCB e PCdoB. Ou existindo de forma simbólica, muitas vezes apenas no imaginário popular, como o PTB, herdeiro do “trabalhismo” iniciado por Getúlio Dornelles Vargas, que governou o país em dois momentos, de 1930 à 1945 e 1951 à 1954. Esses eram os referenciais políticos de resistência à ditadura na época.

Como porta-voz dos operários em greve, logo a liderança sindical da região do ABC paulista, que se identificava como "autênticos"⁷ passa a ser conhecida nacionalmente como liderança sindical e oposição ao governo militar. Entre estes, estava o presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luiz Inácio da Silva, conhecido como "Lula".

Nascido na pequena cidade de Garanhuns, no sertão de Pernambuco, e migrado para São Paulo com sua família ainda criança, Luiz Inácio da Silva se tornará expoente da esquerda brasileira e um dos fundadores do PT, assim como sua principal liderança (SADER; JINKINGS, 2006). Lula chegou à presidência do sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema em 1975, substituindo, outro dirigente histórico, Paulo Vidal. Segundo Mauro Iasi (2006), Luiz Inácio da Silva, já naquela época, demonstrava duplo caráter de classe. Em seu discurso de posse, Lula afirmava: "(...) De um lado vemos o homem esmagado pelo estado, escravizado pela ideologia marxista, tolhido nos seus mais mezinhos ideais de liberdade, limitado em sua capacidade de pensar e se manifestar. E no reverso da situação, encontramos o homem escravizado pelo poder econômico (...)" (RAINHO; BARGAS, 1983. *apud* IASI, 2006, p.363). "Ainda em 1978, Lula declarava que a organização da classe operária num partido era só questão de tempo!" (SECCO, 2011, p.40).

Segundo Lincoln Secco (2011), não é possível precisar, com acerto, quem primeiro sugeriu a criação de um partido dos trabalhadores, muitas pessoas e grupos reivindicaram para si a criação do PT⁸. Porém, é certo que a "Tese Santo André-Lins",

7 Isabel Ribeiro de O. G. de Souza (1988), afirma que a principal corrente sindical da época era denominada de "liderança combativa", dentro desta havia outros subgrupos. A autora destaca quatro, que considera as principais. A primeira, conhecida como "Unidade Sindical", tinha como principal figura pública o sindicalista Joaquim de Santos Andrade, vulgo "Joaquinzão", presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, este grupo se destacava por: "(...) moderação na forma de pressionar pelo atendimento de suas demandas e forte conexão com o aparato trabalhista do Estado" (SOUZA, 1988, p.46). O segundo grupo, denominado "autênticos" se diferenciavam do primeiro pela: "(...) independência frente ao aparato estatal e pelo intuito de mobilizar a categoria, enquanto principal recurso de poder" (SOUZA, 1988, p.46), tinha a frente o líder sindical Luiz Inácio da Silva, o Lula. O terceiro grupo tinha posição similar ao dos autênticos, eram as "oposições sindicais" que por estar fora do comando de liderança sindical, assumia muitas vezes posições radicalizadas, quando comparadas à dos "autênticos", destaque para o sindicalista José Ibrahim. O quarto grupo, Souza (1988) identifica como "radicais", de pequena expressão numérica, "(...) rejeitava as regras do jogo existentes como limites legítimos ao espaço de luta, visando construir uma nova estrutura sindical baseada em comitês de fábricas, cabendo ao sindicato apenas a função representativa delegada" (SOUZA, 1988, p.46).

8 Para Reginaldo Benedito Dias (2004) em relação ao conjunto da esquerda da época, o debate variava aos partidos, como o PCB e o PCdoB, que priorizavam a manutenção de uma frente ampla antiautoritária dentro do MDB. E organizações que defendiam posições a esquerda. A organização "O Trabalho", apresentou a proposta de um Partido Operário. A Convergência Socialista a necessidade de um Partido Socialista. Naquilo que o autor identifica como "esquerda social" ou "novo sindicalismo", a necessidade da criação de um Partido dos Trabalhadores surgiu junto com as greves de 1978. Luiz Inácio, o Lula, teria verbalizado a criação de um Partido dos Trabalhadores no final de 1978, em

apresentada no congresso dos metalúrgicos do estado de São Paulo, ocorrido em Lins (SP), em janeiro de 1979, e no congresso nacional dos metalúrgicos, em Poços de Caldas (MG), em junho do mesmo ano, foi um marco na criação do PT. Ganhando apoio da principal categoria operária do país, ela foi apresentada pela assessoria do deputado Benedito Marcílio, ligado ao grupo de esquerda trotskista Convergência Socialista (SECCO, 2011).

Para Rudá Ricci (2015) havia na visão das correntes de esquerda da época, principalmente as ligadas ao trotskismo, a necessidade da criação, no Brasil, de um partido dos trabalhadores que reunisse em torno de si os diferentes grupos e tendências socialistas que se encontravam fragmentadas:

No final dos anos 1970, a proposta de criação de um partido de trabalhadores (incluindo esta denominação) já circulava por muitos agrupamentos trotskistas. Dentre tantas organizações, é possível citar a orientação da Liga Operária que, em 1973, num encontro de exilados brasileiros na Argentina, sustentava a necessidade de criação de um partido amplo, de massas, democrático e socialista. Já existia, para se ter nítida a experiência mundial de organização de partidos com a denominação do PT, o *Socialist Workers Party*, dos Estados Unidos (fundado em 1938 e que rompeu com o trotskismo em 1990) e do *Partido de los Trabajadores de España* (fusão, em 1979, do *Partido del Trabajo de España* com a *Organización Revolucionaria de los Trabajadores*). Mais à frente, outros partidos de trabalhadores foram criados, como o do Uruguai, em 1984, ou o da Costa Rica, em 2012, e o Partido Socialista dos Trabalhadores, da Argentina, todos com orientação trotskista. A sigla Partido Socialista dos Trabalhadores é encontrada em diversos países, além dos já citados, como Colômbia (criado em 1977, de inspiração trotskista), México (1975), Panamá (1983, de inspiração trotskista), Peru, Reino Unido (RICCI, 2015, p.01).

No caso brasileiro, desta indicação da Liga Operária, surgiu, em 1978, o Movimento Convergência Socialista, com a intenção de criar este partido, tendo Mário Pedrosa como inspiração. A Liga Operária, por seu turno, era composta por militantes da Ação Popular, do Partido Comunista Revolucionário e pelo Movimento Nacionalista Revolucionário. Em 1978, outros agrupamentos de esquerda, como o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) já sugeriam a criação do PT, como partido independente e é deste período a primeira manifestação pública para sua criação, realizada no Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, em Lins (RICCI, 2015, p.01).

1.1 OS MANIFESTOS FUNDACIONAIS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

O manifesto/tese “Santo André-Lins”, de duas páginas, começa por fazer uma crítica ao capitalismo, ao mesmo tempo em que afirma a necessidade da luta política e a tomada do poder pelos trabalhadores. Sendo que a ferramenta histórica, para

conferência do setor petroquímico da Bahia (DIAS, 2004, p.90).

alcançar tal objetivo, está na construção de partidos próprios dos trabalhadores. Faz uma crítica a heterogeneidade presente no MDB, único partido legal de oposição. Apresenta bandeiras como a "anistia, ampla geral e irrestrita", uma Assembleia Constituinte: democrática, livre e soberana, reforma agrária e a liberdade partidária. Em cinco pontos, o documento defende: desvinculação total dos sindicatos ao aparelho estatal; democratização dos sindicatos; Faz um chamado à criação de um Partido dos Trabalhadores, através de um Congresso que reúna os trabalhadores brasileiros; partido de todos os trabalhadores, da cidade e do campo, com democracia interna, sem patrões, não eleitoreiro (que não apenas eleja representantes), mas que organize os trabalhadores na luta cotidiana, na construção de uma sociedade justa, sem explorados e exploradores; o quinto ponto, novamente, se refere a construção do Congresso que viabilizasse a fundação de um Partido dos Trabalhadores (PT, 1979a).

No primeiro de maio de 1979, em São Bernardo do Campo (SP), é lançada a "Carta de Princípios" do PT. Assinam o documento: Paulo Skromov, Jacó Bittar, Henos Amorita, Wagner Benevides e Robson Camargo (SECCO, 2011)⁹.

Este documento, redigido um mês antes do primeiro de maio, foi impresso na gráfica da organização Convergência Socialista. Mais denso que o primeiro, já se apresentando como "PT", começa por afirmar a decadência do regime de exceção e que os grupos dominantes estavam se preparando para lançar seus próprios partidos (cita o "velho PTB de Vargas"), no que afirma estarem tentando reformar o regime de cima para baixo, com continuidade do modelo econômico adotado pelos militares. Lembra das dificuldades enfrentadas pelos grevistas em coordenar a luta em nível nacional e obter apoio fora do estado de São Paulo (PT, 1979b).

No segundo ponto, o documento aponta as "limitações" do MDB, entre outras coisas, por ser um organismo exclusivamente parlamentar, estritamente "judicialista" e por abranger em seu interior elementos de classes contraditórias: trabalhadores e patrões (PT, 1979b).

9 Segundo Bernardo Cerdeira (2005), membro da antiga Convergência Socialista. De uma posição inicial que defendia a criação de um Partido Socialista, logo, ao se analisar o momento político desencadeado pelas greves que sacudiam o país, a posição adotada pelos membros da Convergência Socialista foi a de defender a criação de um Partido dos Trabalhadores. No primeiro congresso da CS, realizada em julho de 1978, ficou definida a criação de um manifesto, junto ao candidato Benedito Marcílio, chamando a criação de um Partido dos Trabalhadores. Dentro dos debates, segundo José Maria de Almeida, Benedito teria dito: "(...) Olha, o trabalhador ainda não sabe o que é socialismo! Porque a gente não propõe organizar um Partido dos Trabalhadores?" (FARIA, 2005, p.241).

O MDB, por sua origem, por sua ineficácia histórica, pelo caráter de sua direção, por seu programa pró-capitalista, mas sobretudo por sua composição social **essencialmente contraditória, em que se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, enfim, classes sociais cujos interesses são incompatíveis** e nas quais, logicamente, prevalecem em toda a linha os interesses dos patrões, jamais poderá ser reformado. A proposta que levantam algumas lideranças populares de “tomar de assalto” o MDB é muito mais que insensata: é fruto de uma velha e trágica ilusão quanto ao caráter democrático de setores de nossas classes dominantes (PT, 1979b, p.04, grifos nossos).

A terceira parte do manifesto, afirma que a solução dos problemas enfrentados pelos trabalhadores e sua emancipação, só será atingida pela luta dos trabalhadores. Defende que o partido, nas eleições e nos mandatos parlamentares, deva se subordinar as decisões e necessidades dos trabalhadores e das massas exploradas. Se colocando decisivamente como instrumento dos trabalhadores para sua emancipação e instrumento de unidade sindical. Afirma, ser um partido de todas as camadas assalariadas do país, recusando em seu interior membros da classe patronal: “Vale dizer, o Partido dos Trabalhadores é um partido sem patrões!” (PT, 1979b, p.05).

Na parte final do documento, é apresentada uma proposta de organização e participação, no que constitui sua democracia interna.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo. Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem de ser, ele próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior. Assim, o PT se constituirá respeitando o direito das minorias de expressar seus pontos de vista. **Respeitará o direito à fração e às tendências**, ressaltando apenas que as inscrições serão individuais. Como organização política que visa elevar o grau de mobilização, organização e consciência de massas, que busca o fortalecimento e a independência política e ideológica dos setores populares, em especial dos trabalhadores, o PT irá promover amplo debate de suas teses e propostas de forma a que se integrem nas discussões: • lideranças populares, mesmo que não pertençam ao partido; • todos os militantes, trazendo, inclusive, para o interior do debate partidário proposições de quaisquer setores organizados da sociedade e que se considerem relevantes com base nos objetivos do PT (PT, 1979b. p.06. grifos nossos).

Para Reginaldo B. Dias (2004), a importância deste documento está em que: “(...) Dotado de uma sensibilidade anticapitalista, o manifesto defende um “partido sem patrões” e reafirma o princípio de que “a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores”” (DIAS, 2004, p.90).

Secco (2011), lembra, que o ano de 1979 foi de confronto. Em março, cerca de 180 mil trabalhadores “cruzaram os braços” no ABC. Havia dúvidas sobre a necessidade da criação de um partido dos trabalhadores em muitos setores do sindicalismo. Lula via com desconfiança, pois acreditava que um partido poderia diminuir o nível de solidariedade presente entre os trabalhadores (grevistas) até então. A primeira reunião ampla, para a criação de um partido dos trabalhadores, ocorrida num hotel de São Bernardo do Campo, entre os dias 01 a 03 de junho de 1979 não contou com a presença de Lula, assim como o encontro pró-PT, de Contagem (MG), realizado no dia 28 de junho do mesmo ano. Apenas em outubro, no dia 13 de junho, reunidos em um restaurante em São Bernardo do Campo, decidiu-se pela criação de um movimento pró-PT, aprovando uma declaração política, normas transitórias de funcionamento, onde os núcleos de base teriam fundamental importância e “sacramentando” a Carta de Princípios. Uma comissão nacional provisória, tendo Manoel da Conceição, Arnóbio Silva, Sidney Lianza, Wagner Benevides, Luiz Dulci, Carlos Borges, Édson Khair, Olívio Dutra, Firmo Andrade, Francisco Auto, Godofredo Pinto, Henos Amorita, Ignácio Hernandez, Jacó Bitar (como coordenador), José Ibrahim e Inácio Lula da Silva. “O movimento se espalhou pelas ruas. Inúmeras viagens, reuniões e até comícios locais prepararam a fundação” (SECCO, 2011, p.43). O movimento pró-PT já demonstrava diferenças entre os outros agrupamentos políticos, segundo Raul Pont (1985), seu método de construção demonstra isso. É um partido de base, organizado pela base.

Diferente do PTB e do PMDB, que também se arvoram partidos populares, o Movimento pró-PT não entrou na corrida das siglas nas portas do tribunal Superior Eleitoral nem tem programas prontos já registrados na burocracia da ditadura. O que tem feito é procurar difundir ao máximo seu anteprojeto de programa, estender sua articulação nas bases, em vários Estados, discutindo, debatendo, integrando no projeto as lideranças dos movimentos de vila, de periferia, fortalecendo a participação popular (PONT, 1985, p.89).

Ainda segundo o autor, se configurava a construção de um partido radical, denunciava tanto o PTB quanto o PMDB, em seus programas e métodos, de tentarem “controlar” o imperialismo, “tornar mais justo o capitalismo” (PONT, 1985, p.89), sem, no entanto, resolver a exploração dos trabalhadores, pois em seus seios se encontram exploradores e patrões. “Para o PT não há democracia sem controle coletivo da produção, sem ruptura total com o imperialismo, sem o fim da exploração capitalista” (PONT, 1985, p.89).

Para Reginaldo B. Dias (2004), esses três eventos, descritos acima, representam a gênese da criação do PT:

Sobre a criação do PT, tal como o processo se desenrolou em 1979, uma cronologia aceita pela literatura especializada indica três marcos importantes. O primeiro foi o IX Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, realizado em Lins, que aprovou uma tese “chamando todos os trabalhadores a se unificarem na construção de seu partido”. O segundo é o lançamento da “Carta de Princípios do PT”, em 1º de maio daquele ano. [...] O terceiro momento foi o Encontro de São Bernardo, realizado em 13 de outubro de 1979, lançamento oficial do “Movimento pelo Partido dos Trabalhadores” (DIAS, 2004, p.90).

O próximo passo se daria no Colégio Sion. Situado na zona nobre de São Paulo (SP), “local improvável para a fundação de um partido de trabalhadores”, segundo Lincoln Secco (2004), serviu de palco para o congresso fundacional do Movimento pró-PT. No dia 10 de fevereiro de 1980, os cerca de dois mil participantes, representando 17 estados brasileiros, encaminharam dois itens¹⁰. Fizeram aprovar o manifesto de lançamento e elegeram uma Comissão Diretora Nacional Provisória. A mesa que dirigiu o encontro, contou com a participação do líder sindical Jacó Bittar, pelo senador goiano Henrique Santilho, os deputados Edson Khair, Luiz Inácio da Silva (Lula), Paulo Matos Skromov, além de outros líderes populares e dirigentes sindicais. Também esteve presente Mário Pedrosa, histórico dirigente político brasileiro. Segundo Perseu Abramo (1980), as discussões se tornaram acaloradas entre os diversos grupos políticos presentes no encontro. Denúncias de “(...) *“obreirismo”* e de *“linguajar pseudo-radical”*, de *“legalismo”* e *“parlamentarismo”* (...)” (ABRAMO, 1980, p.01) foram ouvidas entre os presentes. Podemos destacar algumas avaliações feitas após o encontro, trazidas aqui pelo jornalista Perseu Abramo:

Para alguns, os chamados grupos organizados, que muitos qualificam de “radicais”, obtiveram vitórias significativas, principalmente na versão final do Manifesto e no adiamento da eleição da Comissão Nacional, interpretado pelos que assim pensam como manobra para dificultar ou impedir a legalização do PT. Para outros, o resultado final da reunião, ao contrário, evidenciou que esses grupos são minoritários, levando-se em conta, principalmente, que suas teses não obtiveram o endosso da maioria dos trabalhadores militantes do PT. (...) O coordenador nacional do PT, Jacó Bittar, fez uma avaliação positiva da reunião, afirmando que ela demonstrou a democracia interna do partido, mas prometeu lutar contra eventuais tentativas de hegemonia por parte dos grupos organizados que não representam a vontade dos trabalhadores. Essa, também, é a opinião de Lula, que acrescentou não estar disposto a fazer o papel de “entregar

10 Secco (2011) lembra, também, que depois de vários problemas e falhas de organização, como o credenciamento das delegações. Se optou por adiar as demais questões em pauta, além da eleição de uma Comissão Nacional para os dias 12 e 13 de abril, no Encontro Nacional.

ao Sistema" esses grupos, embora também não admita a substituição da hegemonia dos trabalhadores, dentro do PT, por facções que não os representem. (...) Já o deputado federal Airton Soares foi mais contundente nas suas críticas, considerando que a reunião do dia dez não foi democrática e reafirmando que o PT é um partido dos trabalhadores e não uma frente de organizações de esquerda. E o economista Paulo Singer, escrevendo na "Folha de São Paulo" do dia 14, elogiou o espírito democrático da reunião do dia dez e acentuou o caráter de classe do novo partido, que, segundo ele, tem uma originalidade: "...o PT foi iniciado por líderes sindicais, ou seja, parte de figuras representativas da sociedade civil, enquanto os demais partidos em formação foram originados da área política" (ABRAMO, 1980, p.01).

Segundo Raul Pont (1985), a fundação do PT, no colégio Sion, foi um momento histórico, pois reunira setores da esquerda e militantes de várias gerações que haviam combatido o regime militar, assim como o populismo do trabalhismo varguista. Além, daqueles que sempre combateram o reformismo dos PC's tradicionais no Brasil. Misturando gerações dos anos de 1968-1969, intelectuais, professores e uma nova vanguarda sindical. Paul Singer, ao ser entrevistado por Marta Harnecker (1994), lembra que entre os fundadores do PT havia muita gente experiente. Aponta três grandes "personagens" que "batizaram" o PT: "(...) o Mário Pedrosa, um importantíssimo intelectual, trotskista, do Partido Socialista; o Sérgio Buarque de Holanda e o Apolônio de Carvalho. Pessoas com 70, 80 anos de idade, com uma longa folha corrida de atuação política e intelectual..." (HARNECKER, 1994, p.01).

Paulo Skromov, também em entrevista à Marta Harnecker (1994), sobre a fundação do PT, lembra que em um primeiro momento, como forma de ampliar o partido, foi oferecido assinar o manifesto de fundação a pessoas com importância na sociedade e histórico de luta, mas que se sabia não integrariam o partido, como forma de dar visibilidade. "E foi um sucesso. Nós conseguimos levar pessoas extremamente representativas e hoje muitas delas se orgulham de serem fundadoras do partido, com justa razão, porque nos ajudaram a dar esse passo importante" (HARNECKER, 1994, p.01). Lembramos que futuros adversários políticos assinaram o manifesto pró-PT, foi o caso de Luiz Inácio da Silva (Lula) e Fernando Henrique Cardoso, este último iria mais tarde fundar o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Paulo Skromov, ainda conta que:

Essa foi uma fundação formal, ela tem sua importância, acabou marcando a nossa história, acabou sendo definidora de um novo momento que foi a deflagração da legalização, mas o que deflagrou de fato a legalização foi a reunião de 13 de outubro de 79. Foi lá que tiramos a decisão de fazer a reunião de fundação (HARNECKER, 1994, p.01).

O manifesto aprovado pelo “Movimento Pró-PT”, e oficializado junto a publicação do Diário Oficial da União, em 21 de outubro de 1980, se apresenta como ferramenta democrática dos trabalhadores, pois a democracia, tão almejada, só será conquistada pela luta dos trabalhadores: “(...) A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá.” (PT, 1980, p.01), mais a frente, continua: “Por isso, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores (...)” (PT, 1980, p.03). Denuncia a condição de vida dos trabalhadores, como o arrocho salarial, imposto pelo governo, e a proibição do direito de greve. “O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados” (PT, 1980, p.02). Chama a construção de um partido de massas, que ao contrário dos outros nascerá de baixo para cima. Uma forma de organizar os trabalhadores de forma política com autonomia. Atuando no dia-a-dia dos trabalhadores, verdadeiramente “de base”:

Queremos, por isso mesmo, um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em consequência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases (PT, 1980, p.02).

Na última parte do manifesto, se reafirmou o compromisso do partido com o regime democrático, mas de forma plena desde que exercida diretamente pelas massas. Buscando a independência sindical e política do Estado, se subordinando diretamente as massas exploradas e suas demandas.

Sobre a riqueza nacional, vincula esta a autonomia da nação, pois estes interesses têm servido ao grande capital nacional e internacional. “Entendem que a Nação é o povo e, por isso, sabem que o país só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras” (PT, 1980, p.03). No último ponto do manifesto, se solidariza com a luta de todas as massas oprimidas do mundo. Como veremos no decorrer do texto, questões internacionais eram pautas frequentes dentro do PT.

Figura 1: *Membros da mesa diretora que fundou o Partido dos Trabalhadores. Nos fundos, podemos ler uma faixa com os dizeres: "PT - Partido Sem Patrão".*



Fonte: Esquerda Online (2016).

Secco (2004), lembra que o “Manifesto do PT”, ao contrário da “Carta de Princípios”, anteriormente difundida, não citava a palavra socialismo, “(...) todavia era patente que se tratava de uma organização de esquerda e radicalmente favorável aos interesses imediatos dos trabalhadores (...)” (SECCO, 2004, pp.35-36).

1.2 A LEGALIZAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

O próximo passo seria contornar o primeiro problema legal. O governo esperava que o STF indeferisse o registro do PT, com base em um parágrafo da lei dos partidos, da época, que dizia: “Não se poderá utilizar designação ou denominação partidária, nem se fará arregimentação de filiados ou adeptos, com base em credos religiosos ou sentimentos de raça ou classe...” (ABC de Luta, 2017, p.01), porém a afirmação do partido saiu vitoriosa, pois argumentava que o partido não só incluiria membros da classe operária, mas estaria aberta a adesões de todos os trabalhadores e que a filiação se daria em acordo com o programa do partido e não por segmentos de classe (ABC de Luta, 2017, p.01).

A lei também exigia, para a obtenção do registro provisório, que os partidos realizassem convenções em no mínimo nove estados, sendo que em cada um desses estados, pelo menos, um quinto (20%) dos municípios deveriam ter convenções

(desde que estes tivessem um número mínimo de filiados registrados, como estabelecido em lei) (ABC de Luta, 2017).

Para o registro definitivo seria necessário obter 5% dos votos válidos para o Congresso Nacional, sendo 3% em cada estado em que houve convenção. Nesse sentido o partido teria de esperar até as próximas eleições que ocorreriam apenas em 1982 (ABC de Luta, 2017). A lei afirmava o seguinte:

- A) 2% dos eleitores deverão ser filiados nos municípios até 1.000 eleitores;
- B) Os 20 filiados do item A mais 5 filiados para cada 1.000 eleitores nos municípios de até 50.000 eleitores;
- C) Os 270 filiados dos itens A e B mais 2 filiados para cada 1.000 eleitores nos municípios de até 250.000 eleitores;
- D) Os 670 filiados dos itens A, B, C mais 1 filiado para cada 1.000 eleitores nos municípios de até 500.000 eleitores;
- E) Os 1.170 filiados dos itens A, B, C, e D mais 1 filiado para cada 2.000 eleitores nos municípios maiores que 500.000 eleitores (BRANDÃO, 2003, p.61).

Porém, avesso as dificuldades, os militantes se põe a organizar o partido de norte a sul do país. E como prova de força de seus militantes em outubro de 1980, o PT conta com 625 diretórios espalhados pelo Brasil, somando 13 estados.

Os militantes se põem a trabalhar intensamente e organizam o partido a partir de núcleos de base, que se reúnem em diretórios locais, estes em uma coordenação regional, que forma um comitê estadual. Tudo é discutido e deliberado em convenções regionais e nacionais. Constrói-se assim o partido de baixo para cima. E em outubro de 1980 ele não só atende às exigências legais como supera o PDT e o PTB em número de diretórios constituídos. (ABC de Luta, 2017, p.01).

1.3 A ESTRUTURA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Antônio Ozaí (1996), afirma que o PT nasceu como uma “novidade absoluta” (OZAÍ, 1996, p.138), pois trazia algo novo para a política brasileira, uma radicalidade democrática não vista nos outros partidos, de então.

A esquerda brasileira, havia, até aquele momento, optado por um “tipo” diferente de organização partidária. Os partidos de esquerda que existiram, mesmo antes de 1964, foram todos partidos de lideranças políticas centralizadas. O principal deles, o PCB, cuja alcunha “O Partidão” pelos numerosos adeptos e simpatizantes, é um bom exemplo deste tipo de partido de lideranças:

No Brasil, a tradição que predominou na esquerda foi a organização fundada na célula comunista — modelo adotado por stalinistas, trotskistas

e marxistas de diversos matizes. Esta forma de organização foi questionada, de forma determinante, em dois momentos históricos: no período posterior ao golpe militar de 1964 — com a influência da Revolução Cubana, ou mais precisamente, de uma dada interpretação “*foquista*”, e, mais recentemente, com a formação do Partido dos Trabalhadores (PT). (OZAÍ, 1996, pp.137-138).

Antônio Ozaí (1996) identifica este tipo de partido, como “Partido de Quadros” em oposição ao “Partido de Massas”, tipo de partido que, como os partidos sociais-democratas europeus, principalmente o SPD alemão, da segunda década do século XX, agrupavam uma ampla massa de adeptos. Assim define esse tipo de partido:

A organização social-democrata estrutura-se a partir da seção, formada prioritariamente por critérios geográficos (local de moradia, região etc.). Flexível e aberta à participação do maior número possível de adeptos, ela privilegia a quantidade — o que não significa que despreze o fator qualidade. O artigo primeiro dos estatutos do SPD, à época de Lenin, considerava como membro do partido todo aquele que aceitasse o “princípio do seu programa” e ajudasse o partido “na medida de suas forças”. (OZAÍ, 1996, pp.135).

Alicia Sagra (2005) afirma que o tipo de organização partidária era desde os tempos de Karl Marx, e, provavelmente, antes dele, de suma importância nas discussões políticas entre as diversas tendências de esquerda. Em maio de 1868, Karl Marx (1818-1883), aprofundava as críticas ao partido recém-fundado por Ferdinand Lassalle (1825-1868) na França, a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (ADAV), na qual afirmava ser um partido excessivamente centralista e dogmático, por dar demasiada ênfase aos círculos operários ligados a Lassalle. “Para Marx, a organização lassalleana era, simplesmente, uma organização sectária e, como tal hostil à organização do verdadeiro movimento operário que a I^a. Internacional tinha por objetivo criar” (MEZZARROBA, 1998, p.54). Entre outras críticas ao Partido Socialista, Karl Marx e Frederich Engels, falavam, conforme viam este tomar um caráter de massas, sobre uma certa vulgarização do partido e da teoria, e a forma depreciativa como certos membros proletários eram tratados dentro do partido. (MEZZARROBA, 1998).

No bojo da I^a. Internacional é importante destacar outro ponto de discordância que o grupo ligado a Marx e Engels tinham, neste caso em relação aos grupos anarquistas (representado à época por Bakunin), envolvendo a centralização ou não do partido. Marx e Engels defendiam que os estatutos da I^a. Internacional dos Trabalhadores necessitavam de um ponto convergente, entre os trabalhadores, que lhes centralizassem na luta pela libertação da classe operária.

A evolução da luta de classes e dos debates internos foi exigido um avanço na centralização. E sobre isso se deu a grande batalha. Marx concebia a Internacional como um movimento que devia atuar sob uma direção central unificada, ainda que as seções nacionais tivessem a liberdade de formular sua própria política, enquanto Bakunin defendia que todos os movimentos deveriam gozar de absoluta liberdade de ação, sem receber nenhuma instrução de nenhum núcleo central. (...) A conferência de 1869 [da I Internacional] definiu-se a favor das posições de Marx: aprovou a ampliação de poderes do Conselho Geral, incluindo a possibilidade de expulsar as seções que atuassem contra o programa e o espírito da Internacional, votados na conferência (SAGRA, 2005, p.17).

A IIª. Internacional dos Trabalhadores (1889-1916) inaugura, na Europa do início do século XX, uma nova ferramenta de organização partidária entre os trabalhadores. Na Alemanha o Partido Social-Democrata se tornará um amplo partido de massas. Este tipo de partido, segundo Ozaí (1996) será oposta a um determinado tipo de partido de quadros burguês, o “comitê”¹¹: “(...) a seção socialista surgiu “como órgão normal de expressão política das massas”, contraposta à organização da burguesia (os “comitês”) (...)” (OZAÍ, 1996, p. 135).

A necessidade de uma maior centralização do partido foi tema central entre os membros da IIª. Internacional. É conhecida a polêmica entre a militante alemã Rosa Luxemburgo (1871-1919) e o revolucionário russo Vladimir I. Lênin (1870-1924). Luxemburgo enxergava na organização partidária de Lênin, onde um pequeno grupo dirigente direciona as massas à tomada do poder político, como um elemento “asfixiante” e autoritário. Um impedimento e não “desenvolvimento da vanguarda do movimento operário” (BUSO, 1985, p.07). Assim escrevia Rosa Luxemburgo em seu escrito intitulado “Questões de organização da social-democracia russa” (1904):

Disso deriva que o centralismo social-democrata não poderia basear-se nem na obediência cega, nem numa subordinação mecânica dos militantes ao centro do partido. Ainda mais, não se pode estabelecer compartimentos estanques entre núcleo proletário consciente, solidamente enquadrado no partido, e os estratos contíguos do proletariado, cuja consciência de classe cresce cada dia mais, à medida que são arrastados à luta de classes (LUXEMBURGO, 1985, p.17).

Para Lênin era fundamental a construção de partidos, cujo núcleo central e dirigente seria constituído por profissionais “(...) devidamente educados para fins revolucionários (...)” (BUSO, 1985, p.08) encabeçando as massas e dirigindo-as para a tomada do poder. No célebre texto “Que Fazer?” (1902), escreve:

11 Para Maurice Duverger (1970), o Comitê se caracteriza pelo seu caráter restrito e elitista. Não faz propagandas, não busca adeptos, geralmente, tem em seu interior poucos membros que se unem por um acordo comum e prévio. “Sua força não repousa, com efeito, na quantidade de seus membros, porém na sua qualidade” (DUVERGER, 1970, p.53).

(...) a organização de revolucionários deve englobar antes de tudo e sobretudo, pessoas cuja profissão seja a atividade revolucionária (por isso falo de uma organização de revolucionários, pensando nos revolucionários sociais-democratas) [...] Necessariamente, esta organização não deve ser muito extensa, e é preciso que seja o mais clandestina possível (LENINE, 1986, p.158).

Devemos lembrar que enquanto Lênin falava de uma organização russa, ainda, sob o regime czarista, Rosa Luxemburgo e os sociais-democratas alemães possuíam, no início do século XX, uma maior autonomia política. Porém é na Rússia de Lênin, com o partido Bolchevique no contexto de uma IIIª. Internacional (também conhecida como *Comitern*¹²) por ele fundada, que os trabalhadores tomaram o poder em 1917. Rosa Luxemburgo, ao contrário, será executada em 1919 pelo aparato estatal comandado pelos próprios sociais-democratas alemães. A Revolução Russa (1917) inaugurará um novo tipo de partido, os Partidos Comunistas, centralizados democraticamente sob a IIIª. Internacional (SAGRA, 2005). Com a vitória do grupo liderado por Joseph Stalin (1878-1953), contra o grupo de Leon Trotsky (1879-1940) e a IIIª. Oposição Internacional de Esquerda, O *Comitern* irá se tornar cada vez mais fechado e burocrático, até seu fim, por decreto, em 1943. Os partidos comunistas, ao redor do mundo, continuaram ligados às estruturas burocráticas dos partidos socialistas onde estes conseguiram chegar ao poder: União Soviética (URSS), China, Cuba, Albânia, etc (SAGRA, 2005); (CLAUDÍN, 1985); (BROUÉ, 2007).

No Brasil, a possibilidade de organização política partidária, como já demonstrado no primeiro capítulo, possibilitou aos mais diferentes grupos e tradições de esquerda a construção, no PT, da tentativa de um amplo partido de massas¹³, em um partido que não estaria refém do “trabalhismo” e do “varguismo”, representados pelo

12 Como explica Pierre Broué (2007. p.05) *Komitern* (*Comitern*, nos países onde Partido Comunista era escrito com 'C') era o acrônimo para *Kommunistticheskii Internatsional*, que em cirílico se tornava *Komitern*. Forma como os comunistas ao redor do mundo se referiam, comumente, a IIIª. Internacional.

13 Lincoln Secco (2011), ressalta que devemos tomar cuidado ao imaginarmos o PT como sendo o primeiro partido de massas no Brasil. Citando, o sociólogo francês, Maurice Duverger ele afirma que o PCB também cumpriu papel e influências de massas. Nasceu fora do parlamento e dos meios políticos tradicionais, sendo fundado por trabalhadores, bastante pedagógico e organizado em células de base. Porém, este não teria encontrado em sua história uma forma legal de inserção política. “As novas pesquisas historiográficas já permitem reconhecer que o PCB se não foi, esteve muito perto de ser um verdadeiro partido de massas num de seus curtos períodos de legalidade (1945-1947)” (SECCO, 2011, p.31).

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) (este último comandado por Leonel Brizola¹⁴), assim como dos centralizados PC's brasileiros¹⁵.

O PT nasce como um partido amplo, aberto às mais diversas correntes políticas da esquerda. Mário Pedrosa (1980), em seu pequeno texto manifesto intitulado: "Hora da lealdade"¹⁶ que aqui transcrevemos na íntegra, exclamava:

Na hora em que aqui nos reunimos, companheiros de todo o Brasil, para assinar o nome sob a flama do Partido dos Trabalhadores, temos consciência do que estamos fazendo. Diferentemente de todos os partidos por aí, com sua dança de letras e siglas, o PT é simplesmente o Partido dos Trabalhadores. **É único de estruturas, é único de tendências, é único de finalidade.** Quem for apor a assinatura ao fim de seu manifesto não o fará, porém, se na sua consciência encontrar que ele rende outro som, entra por desvãos, tropeça em outra linha, não é ainda seu partido. **Partido de massa não tem vanguarda, não tem teorias, não tem livro sagrado.** Ele é o que é, guia-se por sua prática, acerta por seu instinto. Quando erra, não tem dogmas e pela autocrítica refaz seu erro. Por isso, ao nos inscrevermos no PT, deixamos à sua porta os preconceitos, os pendores, as tendências extras que possivelmente nos moviam até lá, para só deixar atuando em nós uma integral solidariedade ao Partido dos Trabalhadores. (PEDROSA, 1980, p.01, grifos nossos).

Apesar de amplo e aberto, Secco (2011) afirma que de certa forma, em seu início, a relação núcleo dirigente e sociedade apontava para um típico partido de quadros.

Aliás, foi famosa a dicotomia "Partido de Quadros x Partido de Massas", pelo menos até que o PT a suprimisse, afirmando que nem era desejável um partido de massas acéfalas e com um frouxo relacionamento com as organizações internas e nem uma agremiação de dirigentes iluminados e distantes da população (SECCO, 2011, p.83).

Ainda segundo o autor, o PT, segundo a maioria das bibliografias, teria surgido constituído por três fontes principais: a igreja progressista, o novo sindicalismo, e os remanescentes da luta armada. Este seria os três elementos, ou três fontes, principais. "Aos três elementos poderíamos atribuir, respectivamente, a capilaridade social nas

14 Leonel de Moura Brizola, político brasileiro, de tradição trabalhista, era genro de João Goulart. Quando do Golpe Militar (1964) governava o estado do Rio Grande do Sul. Após o golpe, se exilou, voltando ao Brasil no final da década de 1970. Disputou o comando da legenda do PTB com Ivete Vargas, sobrinha de Getúlio Vargas, perdendo junto ao Tribunal Superior Eleitoral. Fundou junto com outros trabalhistas o PDT em 1979 (PDT, 2017).

15 Era, também, uma forma de unir numa mesma bandeira, organizações políticas, de caráter revolucionário, separadas em dois episódios centrais. Como afirma Tiago de Oliveira (2013), as principais organizações revolucionárias, no Brasil, são originárias, primeiro, no pós-golpe militar. Surgidas de dentro do PCB, do qual era acusada de ser uma das responsáveis pelo golpe, teremos a AP (Ação Popular), POLOP (Organização Revolucionária Marxista Política Operária) e PCdoB (Partido Comunista do Brasil). A segunda onda de rupturas se dará a partir de 1968, passando por toda a década de 1970, com organizações trotskistas em torno da IVª. Internacional.

16 Documento mimeografado conservado no acervo do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo.

periferias das grandes e médias cidades e nas áreas de conflito rural; a adoção do socialismo (ainda que indefinido); e o papel dirigente no mundo do trabalho” (SECCO, 2011, p.26).

Poderíamos, ao desdobrar o “tripé” das três fontes principais, encontrar outras seis fontes. Assim teríamos, o movimento do Novo Sindicalismo do ABC paulista; os remanescentes da luta armada (contra a ditadura militar); o movimento popular de influência da Igreja Católica; políticos já estabelecidos na oposição ao regime, dentro do MDB; intelectuais de origens diversas, como liberais radicalizados ou vindos do antigo PSB; militantes trotskistas das mais diversas correntes (SECCO, 2011).

No entanto, devemos salientar que a construção do PT, nas diversas regiões e estados brasileiros, se deu de distintas formas. “Todavia o principal elemento da formação do PT (o novo sindicalismo) nem sempre existiu dependendo da cidade onde o PT surgiu” (SECCO, 2011, p.50). Alguns exemplos disso foram os estados da Paraíba, onde o partido surgiu da Pastoral Operária (da Igreja Católica) e do funcionalismo público. No Rio Grande do Norte, teve papel destacado na fundação do PT os setores camponeses e o sindicalismo rural. Já no Acre, o PT nasce da junção de setores da Igreja Católica e organizações de seringueiros, organizados em sindicatos rurais (SECCO, 2011).

Sobre o Novo Sindicalismo, pontua-se a ruptura com os velhos aparatos sindicais, como aqueles nas mãos de dirigentes comunistas, como já apontado no primeiro capítulo desta pesquisa. Sobre a Igreja, o autor aponta que apesar de sua influência ser essencial na formação do PT, não foi em todos as regiões que este apoio se concretizou. Ocorreu também, em alguns locais, onde a Igreja Católica organizou o partido, notar certo atraso cultural, com os referenciais da esquerda pós 1968, o que teria causado insatisfação em correntes de esquerda como a Liberdade e Luta (LIBELU) e Convergência Socialista. Havia, também, uma dinâmica conflitiva entre os grupos, que segundo o autor, escandalizava setores do partido. Havia líderes contrários as bandeiras do aborto, e outros, como no caso de Lula, que, comumente, fazia piadas homofóbicas (SECCO, 2011).

O partido contou com um número significativo de integrantes vindos do MDB, políticos profissionais que garantiam ao PT, desde sua fundação, estrutura econômica, mas também dependência financeira. “(...) Sua [dos políticos vindos do MDB] entrada não foi insignificante em alguns Estados. E ao longo dos anos o que era um tabu

no partido passou a ser aceito. Políticos de duvidosa procedência foram se integrando ao PT” (SECCO, 2011, p.29); (JUNGE, 2008).

Os intelectuais que ingressaram no partido, segundo Secco (2011), não exerceram grandes cargos no interior do partido ou mandatos parlamentares. Porém, contribuíram com o programa lhes dando a confiabilidade que faltava aos sindicalistas à época.

Das organizações políticas, ou “esquerda organizada” a maioria das que procediam dos grupos guerrilheiros, quase todos aceitaram uma agenda nacionalista, enquanto os trotskistas eram defensores das “causas internacionais”, por exemplo, o apoio ao sindicato polonês Solidariedade. “(...) Por outro lado, remanescentes da luta armada garantiam certa aceitação dos “avanços do socialismo real” e se dirigiam, ao lado de sindicalistas, para fazer cursos na Alemanha Oriental” (SECCO, 2011, p.29).

As principais correntes e tendências dentro do Partido dos Trabalhadores, no seu primeiro congresso, ocorrido em 1991, eram segundo Lincoln Secco (2011): MTM (Movimento por uma Tendência Marxista)¹⁷, Força Socialista¹⁸, Brasil Socialista¹⁹, O Trabalho²⁰, Causa Operária²¹, CS (Convergência Socialista)²², estes, considerados por

17 MTM era uma junção do Partido Revolucionário Comunista (PRC) e correntes trotskistas, como a LPS (Luta Pelo Socialismo) cujo objetivo era criar no interior do PT uma tendência marxista. Nasceu em 1991, editavam o Jornal Movimento (COSTA, 2008). O MTM, tinha como principal liderança Ronaldo Rocha e Artur Scavone (SECCO, 2011).

18 Surge em 1989, de militantes vindos do MRC (Movimento Revolucionário Comunista) e de outras correntes marxistas espalhadas pelo Brasil. Foi, segundo Costa (2008), um movimento de unificação com outras correntes de dentro do PT, passando, posteriormente, a se chamar APS (Ação Popular Socialista) (COSTA, 2008). Tinha como principal dirigente, o político paulista, Ivan Valente (SECCO, 2011), deixou o partido na década de 2000 para entrar como organização no PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).

19 O Brasil Socialista, nasceu em 1991, pouco antes do primeiro congresso do partido. É oriundo de várias tendências como o MRC (Movimento Revolucionário Comunista) e outras correntes trotskistas (COSTA, 2008). Sua principal liderança histórica foi Bruno Maranhão (SECCO, 2011).

20 O Trabalho, corrente trotskista de orientação “mandelista” (Ernest Mandel (1923-1995)) (OZAÍ, 2017), surgiu em 1976 sob a nomenclatura de Organização Socialista Mundial (OSI), da fusão da Organização Marxista Brasileiro com o grupo Primeiro de Maio. No movimento estudantil era conhecida como LIBELU (Liberdade e Luta). Sendo contrária, inicialmente, a criação do PT decidiu por sua entrada em 1980. Em 1984 passou a se chamar Fração IV Internacional. Novamente, em 1986 voltou a se denominar como O Trabalho. É ligada internacionalmente com a QICIR (Quarta Internacional - Centro Internacional de Reconstrução). Editava o jornal “O Trabalho” (COSTA, 2008). Suas principais lideranças foram: Markus Skol, Julio Turra e Misa Boito (SECCO, 2011).

21 A Causa Operária, reunia militantes oriundos da dissidência da OSI (Organização Socialista Internacionalista). De orientação trotskista, sob a tendência do dirigente francês Pierre Lambert, foi expulsa do PT em 1992, fundou o PCO (Partido da Causa Operária) (COSTA, 2008). Suas principais lideranças foram Anaí Caprino e Rui Costa Pimenta (SECCO, 2011).

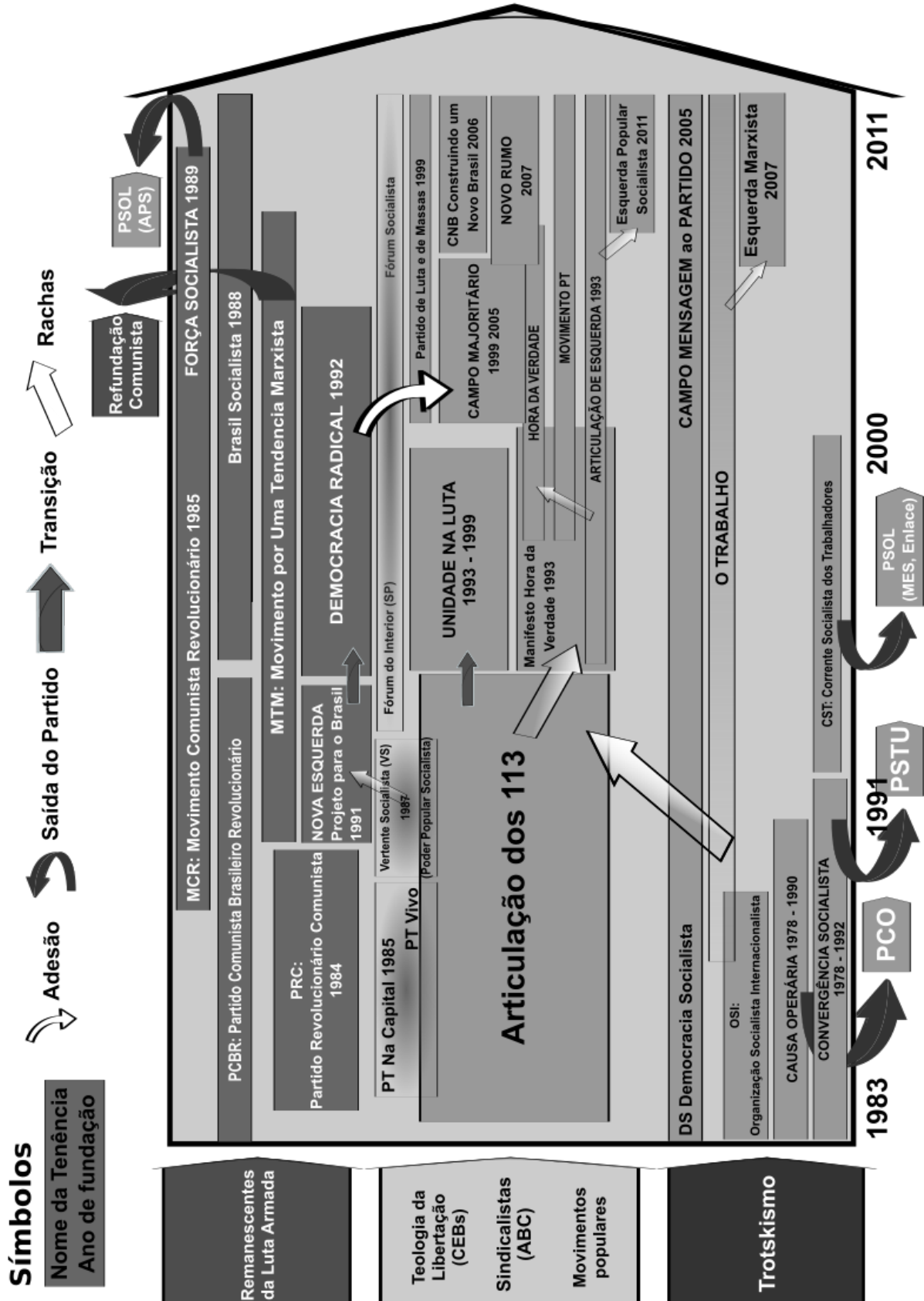
22 A Convergência Socialista, outra organização trotskista, era orientada à época pelo militante argentino Hugo Bressano Capacete, conhecido pela alcunha de Nahuel Moreno (1924-1987). Muitos indicam a “CS” como a principal corrente fundadora do PT. Foi expulsa do partido em 1992. José Maria de Almeida e Valério Arcary são seus principais representantes (SECCO, 2011).

Secco (2011), como de esquerda. Ainda, segundo o autor, de centro-esquerda: DS (Democracia Socialista)²³ e VS (Vertente Socialista)²⁴. De centro a única tendência apontada pelo autor é a “Articulação”²⁵. E, considerada por Secco, como de direita: “Nova Esquerda”²⁶ e “PT Vivo”²⁷ (SECCO, 2011, p. 306).

Outros grupos e correntes políticas se formaram ou foram extintas no decorrer da história do PT, como veremos nos próximos capítulos²⁸.

-
- 23 A Democracia Socialista, segundo Costa (2008) a DS, como era conhecida, foi fundada por trotskistas, em uma frente jornalística que lançou o periódico “Em Tempo”, que passou, mais tarde, a ser o porta-voz da corrente. Em 1981 se funde a ORM-DS (Organização Revolucionária Marxista - Democracia Socialista). Ligada a IV Internacional, Secretariado Unificado (SU), fundada pelo dirigente grego Michel Pablo (1911-1996). Seus principais representantes foram Raul Pont e João Machado (SECCO, 2011)
- 24 A Vertente Socialista, segundo Costa (2008), tinha forte penetração nos movimentos populares, nasceu em 1989, não estando alinhada a nenhuma corrente de pensamento tradicional no Brasil. Em 1991, a maioria de seus militantes assim como a maior parte de seus parlamentares se unem a Nova Esquerda, originando o PPB (Projeto para o Brasil), que mais tarde passou a chamar Democracia Radical. Em 1995, os integrantes que se mantiveram como Vertente Socialista se unem em uma fusão com o Fórum do Interior. Seu principal dirigente histórico, segundo Secco (2011), foi Eduardo Jorge.
- 25 A Articulação foi, segundo Costa (2008), durante algum tempo, a corrente majoritária dentro do partido. Nasceu em 1983, a partir do grupo dos 113. Era composta por intelectuais, marxistas, sindicalistas, setores da ala progressista da Igreja Católica, além de independentes e sociais-democratas. Era a tendência de Lula. Como no PT, o socialismo da Articulação era algo indefinido apesar de se caracterizar como tal. Rachou em 1993, dando origem as correntes Unidade na Luta e Hora da Verdade, que mais tarde passou a chamar-se Articulação de Esquerda. Além de Lula, Secco (2011) afirma, ser José Dirceu seu dirigente histórico.
- 26 A Nova Esquerda, fundada em 1990, de grupos militantes oriundos do extinto PRC. Divergindo do que pregava a esquerda revolucionária, propunha discutir novas possibilidades de ação para se chegar ao socialismo. Funde-se com parte da Vertente Socialista dando origem ao Projeto Para o Brasil, o PPB (COSTA, 2008).
- 27 Seu principal representante foi Pedro Dallari (SECCO, 2011).
- 28 Como exemplo, em seu terceiro congresso, realizado em 2007, o PT contava com um número menor de correntes internas. Sendo a maioria, consideradas, de centro (Secco, 2011). Seriam de esquerda: O Trabalho, Esquerda Marxista e Brasil Socialista. De centro-esquerda: AE (Articulação de Esquerda). No centro: Novo Rumo, Movimento PT, PTLM (Partido de Lutas e de Massas), Mensagem e a direita: CNB (Construindo um Novo Brasil).

Figura 2: Historiograma das principais tendências do PT



Fonte: Arte de Ciro Seiji e Ederson M. Matos. Apud SECCO, 2011, p.310.

2. O PT NA DÉCADA DE 1980

Antes de discutirmos a atuação do PT na década de 1980 é importante ressaltar alguns números do crescimento do PT, já em sua primeira década de vida. Segundo Lincoln Secco (2011), em 1980, haviam 12 núcleos partidários no Acre, 22 no Amazonas, 18 no Pará, 39 no Maranhão, 38 no Ceará, 18 na Bahia, 17 na Paraíba, 10 no Piauí, 12 no Rio Grande do Norte, 8 em Pernambuco, e 5 em Sergipe. No Centro-Oeste o estado com o maior número de núcleos nesta época era Goiás com oitenta, Mato Grosso do Sul contava com 18, número maior que em Mato Grosso onde o partido tinha apenas um único núcleo constituído, por fim, outros quatro núcleos no Distrito Federal. Mesmo depois das eleições de 1982, no que se considerou, segundo os documentos oficiais do partido, uma derrota eleitoral, conforme veremos mais adiante, o partido continuou em pleno crescimento.

O autor, afirma que foi na Região Sudeste, a mais industrializada do país, que o PT viu sua participação na sociedade crescer e se consolidar. São Paulo tinha 120 núcleos, Rio de Janeiro contava com 37, Minas Gerais com outros 77 e Espírito Santo com 18. No sul, havia 28 núcleos no Rio Grande do Sul, 27 em Santa Catarina e 22 no Paraná.

A existência desses núcleos partidários possibilitou ao partido manter relações com sua base social, a Lei falcão, vigente na época, exigia, por exemplo, que o partido realizasse convenções municipais para a escolha de delegados, que, por sua vez, escolheriam candidatos estaduais. Esse formato burocratizado, foi contornado pelo partido, na época, através de pré-convenções descentralizadas: "(...) aberta a uma ampla participação das bases. As Convenções Oficiais serviam apenas para referendar as decisões das convenções ampliadas" (SECCO, 2011. p.81).

A proposta de organização do PT baseava-se, essencialmente, no princípio da democracia participativa. Em 1982 Eduardo Jorge, eleito Deputado Estadual com base na Zona Leste de São Paulo, defendeu que "o núcleo tem que controlar o diretório distrital e tem de ter mecanismos de controlar a Direção estadual". Ao longo do tempo aconteceu o contrário. Naquele ano o PT paulista possuía 6.441 militantes em 272 núcleos de base. O número de filiados era 70.933. Entretanto, só 52 núcleos estavam fora da grande São Paulo. No interior do estado, mesmo em cidades médias, como Bauru, a organização partidária se restringia ao diretório Municipal e uns poucos núcleos que funcionavam na casa de militantes. Mas em Diadema, onde o partido conquistara sua primeira prefeitura havia catorze núcleos de base e 1300 filiados em 1983 (SECCO, 2011, p.82).

Estes núcleos, que em muitos casos tinham suas reuniões registradas em ata, possuíam um coordenador, um tesoureiro e um secretário.

Para as reuniões dos núcleos, era comum a utilização de espaços comunitários, pois nos bairros, como não haviam sedes próprias do PT “(...) normalmente usava a igreja, a sede municipal do partido ou a casa de alguém como local de reunião. As pessoas eram muito próximas, pois se conheciam do bairro” (SECCO, 2011, p.83). O autor ainda lembra que mesmo nos núcleos organizados em espaços de trabalho, havia além das formais reuniões alguma forma de comunhão que aproximava os militantes (SECCO, 2011).

O partido também sofria com o sistemático aumento e diminuição de seus membros. Esta “crise de nucleação”, como afirma Secco (2011), poderia ocorrer, por exemplo, após derrotas eleitorais. Era comum núcleos que funcionavam apenas para as eleições.

O caráter efêmero dos núcleos tinha uma razão óbvia. A maioria dos militantes se empolgava com as campanhas eleitorais. Em São Luiz (MA), por exemplo, o partido tinha 915 filiados em 1982 e 1.679 em 1990. Em 1981 havia doze núcleos, mas três anos depois apenas dois haviam sobrevivido. Alguns núcleos novos se formaram em anos seguintes, mas na época do I Congresso do partido (1991) novamente só havia dois em funcionamento (SECCO, 2011, p.86, grifos nossos).

O Artigo 47 do Estatuto do partido, afirmava que os eleitos para postos decisórios deveriam passar, antes, pela decisão dos núcleos de base. Era, também, necessário o preenchimento das vagas com 80% dos postos. Porém, em muitos locais não havia núcleos constituídos o que acabava acarretando no descumprimento da determinação. Isso fez com que muitos afirmassem que o desaparecimento do poder decisório acabou por acarretar no desaparecimento da militância. “(...) sem núcleos o PT se tornava um partido de profissionais” (SECCO, 2011, p.87).

Segundo o discurso de Lula, em meados dos anos noventa, o Brasil contava com, aproximadamente, duzentos núcleos. Já no final da mesma década, 1999, só na cidade de São Paulo havia 179 núcleos ativos. Do total, 106 núcleos puderam ser aferido a data de fundação, 12% haviam sido fundados na década de 1980. “A maioria não tinha mais uma característica de órgão de discussão na base. Eram lócus de arregimentação de filiados para votar em encontros de filiados apenas” (SECCO, 2011, p.87).

Os únicos núcleos que ainda guardavam características tradicionais, com envolvimento militante, discussões, etc, eram os núcleos setoriais: estudantes e professores da USP, gays e lésbicas, metroviários, grupo de Estudos do O Capital, condutores e bancários (SECCO, 2011).

Duas coisas podiam ser notadas: os antigos núcleos de categoria profissional (ou por local de trabalho) haviam desaparecido e uns poucos remanescentes eram parte dos setoriais. Os outros tinham uma vida orgânica porque estavam vinculados a uma “ideologia” (como o marxismo) ou a novas causas mobilizadas como as dos homossexuais na época ainda não integradas numa secretaria específica do partido ou num órgão do governo (SECCO, 2011, p.88, grifos nossos).

2.1 OS ENCONTROS NACIONAIS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES E O I ENCONTRO NACIONAL

Antes de analisarmos os principais documentos elaborados nos encontros nacionais do PT, cabe ressaltar o funcionamento dessas reuniões, principal instância de organização e tomada de decisões do partido a nível regional e nacional (IASI, 2006).

Segundo Secco (2011), havia uma dinâmica que começava antes mesmo dos encontros. Envolvia desde as discussões que pautariam o encontro²⁹ principal, que nas décadas de 1980 e 1990 ocorria no máximo a cada dois anos, assim como toda uma disputa envolvendo as correntes internas, as lideranças do partido e os militantes, na disputa pela política a ser adotada pelo partido.

Eram eventos que duravam os meses entre a convocação e a realização efetiva. Meses de negociações de líderes de tendências (como eram chamadas as correntes internas) e agrupamentos, líderes sindicais e parlamentares. Realizavam-se debates públicos e, por fim, as pré-teses eram divulgadas depois de “fechadas” internamente nas tendências. Havia também a busca de entendimento entre tendências para a formação de aliança ou tese conjunta. Em geral o acerto envolvia os chamados “capas pretas” (dirigentes), dotados de grande poder pessoal. (...) Tudo isso envolvia inicialmente algumas centenas de pessoas que assinavam as teses. O partido seguia a tradição de lançar teses e manifestos assinados primeiro por pessoas políticas ou intelectualmente significativas e, em seguida, pelos quadros intermediários que estavam mais próximo da base do agrupamento. Eram membros de diretórios municipais e zonais, assessores de parlamentares e sindicalistas e até, eventualmente, coordenadores de núcleos que eram “referências” nos bairros ou municípios pequenos (SECCO, 2011, pp.96-97).

²⁹ Evitarei a utilização do termo congresso, pois além dos chamados Encontros que poderiam ser municipais, estaduais e nacionais, haverá mais tarde, a partir da década de 1990, Congressos do partido. Em todo caso, os encontros eram a instância principal de democracia vivida pelo PT nas décadas de 1980 e 1990.

Ou seja, é importante saber que as discussões pré-Encontro, segundo Lincoln Secco (2011), englobava todos os militantes do partido e esta terminava nas eleições de delegados, levada em conta critérios de proporcionalidade pré-definidas, que representariam os militantes a níveis superiores.

O primeiro Encontro Nacional do partido, ocorreu entre os dias oito e nove de agosto de 1981, na Assembleia Legislativa da cidade de São Paulo (SP). Como já apontamos no primeiro capítulo, desta pesquisa, neste período vigorava o regime militar, cujo ditador, de então, era João Baptista de Oliveira Figueiredo. No site da fundação Perseu Abramo e do Centro Sérgio Buarque de Holanda, onde, oficialmente, se encontram arquivados os principais documentos do partido, podemos ver registrado algumas moções elaboradas, entre elas, uma intitulada “Desemprego” e “O PT e a Crise da Previdência Social”. A elaboração de um “Regimento Interno”, com cinco resoluções, este regimento trata da organização partidária, formação de núcleos, etc. Este, em conformidade com o Estatuto do partido. E, por fim, um “Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva – Na 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores”.

Na moção intitulada “Desemprego”, em seu terceiro parágrafo, o partido elabora uma plataforma de mobilização e organização, entre os pontos destaque:

a) liberdade e autonomia sindicais; b) estabilidade no emprego; c) redução do custo de vida, congelamento dos aluguéis e prestações da casa própria; d) reajuste trimestral dos salários; e) jornada de 40 horas de trabalho, sem redução dos salários; a) liberdade e autonomia sindicais; f) **reforma agrária radical**; g) contra a política econômica”; h) pela revogação da Lei de Segurança Nacional; i) pela Central Única dos Trabalhadores, construída democraticamente a partir das bases (PT, 1981a, p.01. grifos nossos).

A segunda moção, elaborada pela equipe da Assessoria de Saúde do PT, intitulado: “O PT e a crise da Previdência Social”, discorre sobre a crise da Previdência Social. Em três páginas, o documento lamenta o déficit de 1.065 bilhões de cruzeiros, previstos pelo próprio governo, para o ano e afirma que não aceitará que o preço da crise seja atribuída e custeada pelos trabalhadores. Afirma, também, que o governo só faz beneficiar a burguesia com sua política com “(...) gastos de mais de 1 trilhão de cruzeiros em subsídios e incentivos fiscais e creditícios” (PT, 1981b, p.01). Na parte final do texto, faz críticas a forma como o sistema público de saúde vem sendo, sistematicamente, sucateado pelo governo.

Lula foi sacramentado como membro efetivo da Comissão Diretora Nacional Provisória do partido e, mais tarde, presidente da Comissão Executiva Nacional³⁰. O “discurso de Luiz Inácio Lula da Silva”, proferido no Diretório, é interessante em vários aspectos. Na primeira parte, faz uma crítica aqueles que afirmavam que o PT não “daria certo”, tanto aqueles que acusavam o partido de obreirismo, quanto aqueles que afirmavam que a entrada de intelectuais no partido, acabaria por elitizar o PT. Fica claro, sob o ponto de vista de seu discurso, que o partido será dirigido por e para os trabalhadores “É um partido que nasce da consciência que os trabalhadores conquistaram após muitas décadas de servirem de massa de manobra dos políticos da burguesia e de terem ouvido cantilenas de pretensos partidos de vanguarda da classe operária” (LULA, 1981c, p.01). O documento, também, informa que não se pode confundir sindicalismo e luta partidária “(...) desde os nossos primeiros passos, o PT jamais confundiu política partidária com sindicalismo e nem admitiu fazer do movimento sindical uma correia de transmissão do Partido” (LULA, 1981c, p.03). Afirma, ser central a construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) para a luta dos trabalhadores. Ao contrário do estabelecimento da luta por uma “Reforma Agrária Radical” (ponto f, da moção sobre desemprego, visto acima) Lula é um pouco mais subjetivo em seu discurso, chamando aos trabalhadores rurais a dizer e ensinar os trabalhadores da cidade naquilo em que poderiam contribuir: “Não cabe a nós, da cidade, definir o que é bom para os companheiros do campo. Cabe a vocês, companheiros, da área rural, ensinar-nos o que devemos fazer, como devemos agir, em que podemos apoiá-los” (LULA, 1981c, p.05). A crítica ao capitalismo é contundente: “Esse modelo capitalista é essencialmente perverso e não cremos que ele possa ser remediado” (LULA, 1981c, p.05). Faz um apelo sobre a necessidade da “política local”, nesse sentido, afirma: “Fazer política não é só militar no Partido ou nos partidos. É também participar da luta pelo esgoto no bairro e pelo melhor preço da safra no campo” (LULA, 1981c, p.06). É neste ponto do discurso que Lula articula a luta das mulheres e negros ao PT por uma sociedade igualitária. Sobre homossexualidade e identidade sexual, afirma: “Não aceitaremos que, em nosso partido, o homossexualismo seja tratado como doença e muito menos como caso de polícia” (LULA, 1981c, p.06). Acusa a Funai (Fundação Nacional do Índio) e o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) por “não respeitar os direitos das nações

30 Comissão eleita na Assembleia Legislativa de São Paulo (SP), entre os dias 08 e 09 de agosto de 1981. Luiz Inácio da Silva é eleito presidente da Executiva do partido, tendo Olívio Dutra, Manoel da Conceição e Apolônio de Carvalho como vice-presidentes, Jacó Bittar é eleito secretário geral e do partido (PT, 1981c, p.01).

indígenas em nosso país” LULA, 1981c, p.07), ao passo que ao latifúndio afirma ser o principal responsável “(...) pela invasão das reservas indígenas e dos parques que possuem por tradição e direito” (LULA, 1981c, p.07). Faz uma crítica a forma como a abertura política vinha sendo feita pelos militares e ao aparelho repressor do estado. Faz, também, duras críticas as tendências, que por ventura, estariam utilizando o PT como “massa de manobra” (LULA, 1981c, p.07).

Interessa-nos que todos sejam fiéis ao programa e às normas do PT. Interessa-nos que companheiros não queiram fazer de nosso partido massa de manobra de suas propostas. Não aceitaremos, jamais, que os interesses dessas tendências se sobreponham, dentro do PT, aos interesses do Partido. Denunciaremos, quantas vezes for preciso, certos desvios a que todos nós estamos sujeitos, como o economicismo, que pretende restringir a luta dos trabalhadores às conquistas imediatas de sua sobrevivência; o politicismo, que de cima para baixo quer impor seu dialeto ideológico aos nossos militantes, como se discurso revolucionário fosse sinônimo de prática revolucionária; o colonialismo daqueles que se autodenominam vanguarda do proletariado sem que os trabalhadores sequer os conheçam; o esquerdismo, que exige do Partido declarações ou posições que não se coadunam com seu caráter legal e sua natureza popular; o voluntarismo dos que querem caminhar mais depressa que o movimento social; o eleitoralismo dos que desejam reduzir o PT a um trampolim de cargos eletivos e de projeções políticas; o burocratismo dos que nos criticam por ir às portas de fábricas e querem um partido bem organizado, mas sem bases populares; o oportunismo dos que só põem um pé dentro do PT e mantém o outro pronto a correr quando sentem que suas intenções não são aceitas pelos trabalhadores (LULA, 1981c, p.08).

Faz um chamado a que o partido tenha candidatos próprios as próximas eleições nacionais, entretanto, afirma: “(...) não cremos que eleições sejam o que há de mais importante e definitivo para o nosso partido” (LULA, 1981c, p.08). A última parte da fala de Luiz Inácio da Silva, caminha para tentar responder a pergunta “qual é a ideologia do PT?” (LULA, 1981c, p.09), onde, afirma, “Nós, do PT, sabemos que o mundo caminha para o socialismo” (LULA, 1981c, p.09), mais a frente, “Por isso sentimos na própria carne e queremos, com todas as forças, uma sociedade que, como diz o nosso programa, terá que ser uma sociedade sem exploradores. Que sociedade é esta senão uma sociedade socialista?” (LULA, 1981c, p.09). No que afirma em seguida: “Estamos, por acaso, obrigados a rezar pela cartilha do primeiro teórico socialista que nos bate à porta? Estamos, por acaso, obrigados a seguir este ou aquele modelo, adotado neste ou naquele país?” (LULA, 1981c, p.10).

O socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT seja capaz de enfrentar. Seria muito fácil, aqui sentados comodamente, no recinto do

Senado da República, nos decidirmos por uma definição ou por outra. Seria muito fácil e muito errado. O socialismo que nós queremos não nascerá de um decreto, nem nosso, nem de ninguém. O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT. O socialismo que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores. (LULA, 1981c, p.10).

Necessitaríamos de um capítulo inteiro dedicado a falar sobre realização da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), e a posterior fundação da CUT, dado a importância desse episódio na vida do país e do Partido dos Trabalhadores. Nos dias 21 a 23 de agosto de 1981, se reuniram em Praia Grande, litoral do estado de São Paulo, mais de cinco mil delegados de aproximadamente mil entidades, no que seria um dos mais importantes eventos organizados pela classe trabalhadora no governo militar. Ali, segundo Vitor Nuzzi (2011), se reuniram desde os chamados “Autênticos” a comunistas, pelegos e radicais. O objetivo do encontro seria a fundação de uma central intersindical/intercategoria que reuniria e organizaria os trabalhadores dentro de um mesmo sindicato nacional. Nesta reunião foi aprovada uma comissão pró-CUT, que daria os próximos passos para a construção da Central. Dado o fato que nem todos os presentes, e organizações políticas, estavam de acordo com a criação da Central, esta só veio a surgir, de fato, dois anos depois³¹.

Naquele momento configuravam-se duas fortes vertentes no sindicalismo, de um lado o chamado “sindicalismo autêntico” que reunia os dirigentes vinculados ao PT, ala progressista da igreja católica, e trotskistas, que mais tarde fundariam a CUT. E um outro agrupamento, constituído de sindicalistas formados no corporativismo sindical, defensores da estrutura sindical vigente. O racha foi inevitável e resultou na fundação da CUT em 1983, presidida por Jair Meneguelli e da Conclat (Coordenação Nacional da Classe trabalhadora) que em 1986 se transformaria na Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), presidida por Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinção, e depois por Antonio Rogério Magri, que mais tarde seria ministro do trabalho do governo Collor. (...) Um terceiro grupo de sindicalistas não aparece neste contexto, exatamente por serem contrários a criação de uma central sindical, eram os sindicalistas que dirigiam a quase totalidade das federações e confederações da estrutura oficial e sem qualquer referência nas lutas dos trabalhadores. As federações e confederações que dirigiam não praticava o contato e o diálogo com os sindicatos ou com as bases, pois a estrutura sindical permitia – e permite até hoje - a sustentação desta estrutura através do imposto sindical (CUT, 2008, p.01).

31 A Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi fundada em São Bernardo do Campo (SP) no dia 28 de agosto de 1983.

Ficou conhecido nacionalmente o movimento, impulsionado pelos militantes do PT, para que os sindicatos se reorganizassem na CUT.

2.2 O II ENCONTRO NACIONAL E AS ELEIÇÕES DE 1982

Foi pensando em sua primeira participação eleitoral que o PT, se reuniu no Instituto *Sedes Sapientiae*, na cidade de São Paulo (SP), nos dias 27 e 28 de março de 1982, para o II Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores. Ali foi elaborado a Carta Eleitoral do partido, intitulada: “Carta-compromisso dos candidatos proporcionais e majoritários do Partido dos Trabalhadores”, e uma Plataforma Eleitoral Nacional, intitulada: “Trabalho, Terra e Liberdade”.

A Carta Eleitoral, trazia, além de informações práticas para as eleições, como informações acerca das contribuições financeiras ao partido, em caso de vitórias dos candidatos, até resoluções que objetivavam “democratizar” os mandatos conquistados pelo PT. Esta Carta, significava, também, um contrato entre os parlamentares e o partido: “A assinatura do compromisso partidário do candidato petista indica o acordo prévio e explícito com as normas e resoluções do Partido – tanto em relação à campanha quanto ao exercício do mandato (...)” (PT, 1982a, p.01). E que “(...) O mandato de parlamentares, eleitos pela legenda do Partido dos Trabalhadores, deve estar a serviço do programa do Partido. Por sua vez, as bancadas parlamentares estão subordinadas às deliberações das instâncias de direção partidárias” (PT, 1982a, p.01), neste sentido, não cumprindo as obrigações e regras partidária, ou no caso de o candidato eleito abandonar, posteriormente, o partido: “(...) Em caso do titular abandonar as fileiras do Partido, este perderá seu mandato, que será, automaticamente, assumido pelo suplente” (PT, 1982a, p.01). Ficando claro a subordinação do político ao partido. Também combatia a possibilidade do político, eleito pelo partido, tirar qualquer vantagem enquanto eleito:

Os candidatos comprometem-se a abrir mão de quaisquer privilégios que estabeleçam favorecimentos e desigualdades no interior do PT. Nenhum parlamentar pode invocar essa condição para pleitear candidatura nata à reeleição, tratamento diferenciado nos programas partidários de TV e rádio ou qualquer privilégio ou regalia (PT, 1982a, p.02).

O partido em sua “Carta” defendia que tanto o salário quanto as contribuições previdenciárias e de Imposto de Renda deveriam seguir o mesmo modelo imposto ao conjunto dos trabalhadores, sem vantagens advindas do exercício do mandato.

O parlamentar não pode utilizar e deve combater, rigorosamente, quaisquer privilégios ou regalias (como subvenções sociais, concessão de bolsas de estudo e outros auxílios) e demais subterfúgios que possam gerar, mesmo involuntariamente, desvio de recursos públicos para proveito pessoal ou de terceiros e ações de caráter eleitoreiro ou clientelístico (PT, 1982a, p.04).

O partido ainda instituíra que todos os candidatos eleitos deveriam contribuir de forma financeira e material as estruturas do partido, seja cedendo assessores parlamentares aos quais teriam direito, ou contribuindo com um “(...) total líquido da remuneração mensal recebida em dinheiro pelo exercício do cargo executivo ou parlamentar (presidente, governador, vice, senador, deputado federal, deputado estadual)” (PT, 1982a, p.03).

O documento “Plataforma Eleitoral Nacional” trazia como lema a palavra de ordem: “Trabalho, Terra e Liberdade”, curiosamente, na Revolução Russa de 1917, o lema utilizado pelos Bolcheviques foi “Paz, Pão, Terra e Liberdade”.

Assumindo as principais reivindicações dos trabalhadores da cidade e do campo, lutamos para acabar com a fome e o desemprego, por melhores salários e terra para plantar e para morar, para que nossos direitos sejam respeitados no campo e na cidade, para sair de baixo da operação dos tubarões (PT, 1982b, p.01).

No primeiro ponto chama a luta pelo fim da Ditadura Militar, da repressão contra os trabalhadores e denúncia a corrupção do governo:

Hoje em dia, os poderosos dizem que a ditadura já acabou e que tudo mudou com a abertura patrocinada pelo governo. No entanto, a violência, a corrupção e a prepotência continuam tomando conta do País e estão presentes no dia-a-dia de cada trabalhador. Nas cidades, a Polícia Militar espanca operários com fome. Nos campos, posseiros são expulsos das suas terras por jagunços, padres são presos porque estão do lado do povo. Os generais continuam controlando a vida do País, como se estivéssemos em guerra e os trabalhadores do campo e da cidade fossem inimigos do Brasil. Os poderosos dizem que tudo mudou, para que tudo continue como antes. (...) Ao mesmo tempo, nunca se roubou tanto. Nunca uma minoria ganhou tanto dinheiro sem trabalhar. Isso não pode mais ficar assim. O Partido dos Trabalhadores sabe que os verdadeiros autores dos crimes contra o País, os maiores ladrões dessa terra e os criminosos não andam nos ônibus superlotados, não moram nas favelas e bairros populares e não saem de casa às quatro ou cinco horas da manhã. São cidadãos acima de qualquer suspeita, muitos dos quais circulam em carro oficial. A Lei de Segurança Nacional nunca é acionada contra eles. O DOI-CODI, o DOPS e o SNI não vigiam suas reuniões, como fazem com as nossas (PT, 1982b, p.01).

No segundo ponto faz a seguinte indagação: “Num país tão rico, é possível acabar com a fome[?]” (PT, 1982b, p.02). Fazendo algumas propostas para melhorar a vida do trabalhador:

- Um salário mínimo real unificado, que dê para garantir ao trabalhador e à trabalhadora uma vida decente, e que seja reajustado a cada três meses, na mesma medida que a inflação;
- Estabilidade no emprego;
- Salário-desemprego;
- Criação de uma cesta básica de alimentos a preço fixo, que o Estado – e não os grandes atacadistas – se encarregaria de comprar no campo e vender na cidade;
- Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salário (PT, 1982b, p.02).

O terceiro ponto faz um chamado a necessidade da reforma agrária e a necessidade de políticas para os trabalhadores rurais. O quarto ponto, defende um amplo programa de moradias populares:

Devemos promover um amplo programa de construção de casas populares. Para isso, é necessária uma política de taxaço progressiva, que onere pesadamente os terrenos ociosos, deixados para especulação. É necessário também que se definam os lotes urbanos destinados a esse fim, que sejam localizados em áreas de fácil acesso, [com] condução farta e infra-estrutura de saneamento e lazer. Finalmente, para que seja viabilizado tal programa, é ainda necessário intervir na produção e distribuição de materiais de construção, para que sejam padronizados e adaptados a essas necessidades (PT, 1982b, p.03).

O quinto ponto defende melhorias para a saúde pública e o sexto ponto do documento, políticas para a educação: com ensino público e gratuito em todos os níveis (PT, 1982b). O sétimo ponto, intitulado: “Somos todos iguais: chega de discriminação”, combate as discriminações de gênero, raça, orientação sexual e sobre a luta dos povos originários. Afirma: “É preciso acabar com todas as formas de discriminação contra os negros. As minorias – índios e homossexuais – tem de ser integralmente respeitadas” (PT, 1982b, p.05). O oitavo ponto (“no dinheiro do povo ninguém pode meter a mão”) e nono (“com os contratos de risco, os tubarões pouco arriscam e muito petiscam”) do documento, discorre sobre os problemas econômicos do Brasil, assim como de soberania nacional. Denuncia os grandes monopólios e a venda indiscriminada de terras a grupos econômicos internacionais.

Segundo Brandão (2003) a “Plataforma Eleitoral Nacional” apresentava “(...) alguns elementos do Socialismo do PT que não era visto nos documentos anteriores” (BRANDÃO, 2003, p.64), sendo o socialismo, termo citado sete vezes no documento, “(...) o principal objetivo do partido”, mais à frente segue o autor: “(...) os males da sociedade eram depositadas no Estado e em seu aparelho, e um dos principais caminhos para reverter a situação da classe trabalhadora era colocar este aparelho a seu serviço” (BRANDÃO, 2003, p.64).

Colocar a economia e a administração pública a serviço do povo é um dos principais objetivos do PT, mas ele não será atingido simplesmente pela

estatização das atividades produtivas. Isoladamente, isso só fortaleceria o poder dos tecnocratas e burocratas. Só acreditamos na mobilização dos trabalhadores. Esta mobilização tem de abrir condições para que todos os problemas de interesse público sejam submetidos ao controle popular (PT, 1982b, p.05).

Faz também um chamado a solidariedade internacional aos trabalhadores da Polônia, que através do sindicato Solidariedade (*Solidarność*), liderado pelo sindicalista Lech Walesa, lutava contra o aparato governamental comunista ligado ao bloco soviético (URSS). Ao mesmo tempo em que defende que o governo brasileiro mantivesse relações com Cuba, Albânia, Vietnã e Coreia do Norte.

O PT apóia a luta dos trabalhadores de todo o mundo. Cumpre ressaltar, neste momento, a luta dos trabalhadores da Polônia pelo aprofundamento do socialismo e pela democratização dos processos de decisão naquele país. Temos claro que a libertação de nosso povo depende também da luta internacional dos trabalhadores. Defendemos, ainda, uma política externa independente, com o estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países socialistas. Somos contra o Brasil manter relações diplomáticas com um Estado racista, como a África do Sul, e com a ditadura de El Salvador e se negar a manter relações com Cuba, Albânia, Vietnã ou Coréia do Norte (PT, 1982b, p.07).

A maior crítica ao programa apresentado na “Plataforma Eleitoral Nacional”, segundo Brandão (2003), estava em não dar a devida importância aos Núcleos de Base, onde o PT objetivava conquistar o poder: “Somente apontou, sem maiores explicações, a atuação dos trabalhadores nos governos do partido, que consistiria na criação de formas de participação popular nas gestões administrativas, tais como plebiscitos, assembleias populares etc (BRANDÃO, 2003, p.68)”.

Segundo Wagner Cordeiro Chagas (2015), o ano de 1982 propiciou aos brasileiros, pela primeira vez desde 1964, disputar eleições com outros partidos que não fossem aqueles autorizados pela ditadura militar: o MDB e o Arena. Havia, neste ano, cinco partidos aptos (legalizados) à disputa: PDS (partido oficial do governo), PT, PDT, PTB e PMDB. Foi uma eleição unificada, que no mesmo pleito se elegeria vereadores, prefeitos³², deputados estaduais, deputados federais, senadores da República e, pela primeira vez, em 16 anos, governadores de estados. Ainda segundo Chagas (2015):

³² A princípio, as eleições para prefeito e vereadores deveriam ocorrer em 1980 (eleitos em 1976), porém uma Emenda à Constituição, denominada Emenda Anísio de Souza, ampliou em dois anos os mandatos de prefeitos e vereadores, aglutinando em um único pleito os demais cargos. Lembramos que nesta eleição ainda não houve eleição, de forma direta, para presidente, assim como, para cidades considerados Área de Segurança Nacional.

(...) far-se-ia eleições de vereador a governador para garantir uma boa votação ao PDS (antiga Arena), partido do governo, já que muitos municípios eram governados por esta legenda. Além de ser bem mais fácil manipular o eleitor, pois em muitos municípios interioranos, as ideias da oposição não eram bem aceitas (CHAGAS, 2015, p.01).

Para o PT, segundo Antônio Brandão (2003), as eleições significaram a possibilidade de exercer um importante papel no momento histórico, que os trabalhadores haviam “(...) acumulado experiências de luta e se constituíam numa força política de grande importância” (BRANDÃO, 2003, p.62).

Ainda segundo Chagas (2015) as eleições de 1982 foram um importante marco para a oposição ao regime militar. O PMDB conseguiu eleger governadores em 09 estados, o PDT elegeu Leonel Brizola, governador do estado do Rio de Janeiro. Porém, em relação aos municípios o PDS, partido do governo, foi amplamente vitorioso, elegendo prefeito na maioria das cidades.

Para os documentos oficiais do partido, no entanto, as eleições foram consideradas como “derrota eleitoral”. O partido elegeu dois prefeitos, nas cidades de Diadema, no estado de São Paulo, e em Santa Quitéria do Maranhão, no Maranhão (SECCO, 2015), oito deputados federais, sendo seis por São Paulo, um por Minas Gerais e um pelo estado do Rio de Janeiro, contabilizando sua presença na Câmara dos Deputados com 1,67% de participação. Elegeu treze deputados estaduais, sendo um no Acre, um em Minas Gerais, dois no Rio de Janeiro e nove em São Paulo. Não elegendos senadores ou governadores (TSE, 2017).

Brandão (2003), afirma: “porém, o resultado das eleições representou um desapontamento geral para o PT, pois o partido obteve uma votação muito aquém do que era esperado por seus dirigentes” (BRANDÃO, 2003, p.65). Já Raul Pont (1985), ao fazer um balanço das eleições, afirma: “No campo das classes populares, o PT sofreu uma derrota eleitoral significativa. Uma derrota eleitoral que não inviabiliza seu projeto nem se constitui numa derrota política decisiva do projeto de formação de um partido operário de massas” (PONT, 1985, p.139). Mais a frente, ainda tratando do que considerou uma derrota eleitoral, afirma:

O resultado adverso, muito aquém do esperado nos principais Estados da Federação, no entanto, abala bastante o ritmo e as possibilidades de o partido constituir – num curto espaço de tempo – polo significativo, reconhecido por amplos setores populares, na luta de classes. Com exceção de São Paulo, onde também ficou aquém das expectativas, nos demais Estados o PT obteve resultados amplamente desfavoráveis que,

certamente, repercutirão no prestígio e simpatia que o projeto apresentava antes da eleição, como debilitará a resistência de seus filiados e até de setores militantes a outros projetos políticos que apareçam aos olhos, e no nível atual de politização da sociedade brasileira, como mais viáveis, mais capazes de uma ação eficaz na solução dos problemas que afligem as massas trabalhadoras (PONT, 1985, p. 139).

Em uma circular interna, lançada logo após as eleições, membros do partido faziam o seguinte balanço:

Neste quadro, há que reconhecer, com toda clareza, que o PT ficou a menos que esperávamos e mesmo a menos que nossos aliados e muitos dos nossos adversários imaginavam. Nossas expectativas mínimas para o pleito eram as definidas na lei dos partidos. Embora de aplicação suspensa em 1982, a lei serviu-nos para qualificarmos o nosso objetivo mínimo: 5% de votos em escala nacional, e pelo menos nove Estados com mais de 3% de votos. À parte São Paulo, Rio de Janeiro, Rondônia e Acre, não alcançamos os mínimos esperados. Do mesmo modo, embora tenhamos atingido 10% dos votos em São Paulo, não atingimos os 5% dos votos nacionais (Circular nº16/82 *apud* BRANDÃO, 2003, p.65).

Brandão (2003) atribui a derrota eleitoral, a uma certa abstração do programa do partido: “A campanha de muitos se pautava na pregação de palavras em abstrato em favor do socialismo, sem demonstrar ao certo em que consistia esse socialismo pregado” (BRANDÃO, 2003, p.66). Ao que afirma:

Contudo, os trabalhadores além de não votarem no partido, não interagiam com a campanha partidária, representando um “receptáculo” passivo das propostas dos candidatos petistas, muitas delas doutrinárias, com mensagens prontas, sem algo de concreto para a classe trabalhadora (BRANDÃO, 2003, p.66).

Também, se criticou a forma como se desenvolveu a campanha política nas eleições, em especial, a forma como os candidatos do partido eram apresentados a população. A Circular 16 de 1982, afirma:

Outros exemplos aparecem na nossa propaganda pela televisão e na nossa propaganda em geral. Na televisão a apresentação de slogans dos nossos candidatos tomou, por ingenuidade nossa, quase o caráter de um prontuário de polícia. Não avaliamos, devidamente, as limitações técnicas e políticas da Lei Falcão e, às vezes, até por excesso de respeito às leis em vigor, introduzimos em nossa propaganda informações que deveríamos simplesmente ter omitido. Por exemplo, dizer na apresentação que um candidato foi preso ou condenado pela LSN, sem poder explicar ao povo os porquês, levava a transmitir uma impressão errada: o candidato em questão deixava de aparecer como vítima da repressão para aparecer como bandido (Circular nº16/82 *apud* BRANDÃO, 2003, p.65).

Para Raul Pont (1985), entre outras coisas, pesou o aparato dos “partidos burgueses” em relação ao partido, o voto útil, e a dificuldade do partido em disseminar as suas ideias de forma qualitativa ao conjunto dos trabalhadores:

As condições de estrutura e organização do PT não permitiram que o resultado fosse muito diferente. É claro que nos principais estados o PT já tinha uma implementação que permitia fazer previsões mais otimistas, mas que foram soterradas pelo “voto útil”, pela máquina dos partidos burgueses, pela pouca implantação e conhecimento público da grande maioria dos candidatos petistas. E, principalmente, pela falta de condições de acesso aos meios de comunicação de massa para uma diferenciação programática e do próprio caráter dessas eleições para as amplas massas (PONT, 1985, p.140).

O partido, oficialmente, deixa sua primeira eleição “quebrado” e buscará na reorganização interna ferramenta para se adequar ao “jogo eleitoral”.

2.3 O GRUPO DOS 113 (O SURGIMENTO DA ARTICULAÇÃO) E O III ENCONTRO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Os resultados obtidos nas eleições de 1982, e a considerável derrota eleitoral percebida pelos militantes do PT, fizeram com que o partido ressignificasse seu entendimento acerca das disputas eleitorais.

Como vimos, o PT depois das eleições de 1982 entrou num processo de redefinição interna acerca de sua identidade. O que fora proposto pelo partido até então, e o que de certa forma o distinguia dos outros partidos, não foi seguido no decorrer de sua atuação política, pois o partido mobilizou suas bases para as disputas das eleições, colocando num segundo plano a luta dos movimentos sociais (BRANDÃO, 2003, p.71).

A situação pós-eleitoral, fez eclodir no interior do partido os primeiros “rachas”, como no estado do Paraná. “De norte a sul a situação se repetia. No Paraná, o primeiro “racha interno” ocorreu em agosto de 1983, no bojo das avaliações sobre a derrota eleitoral do ano anterior” (SECCO, 2011, p.55).

O grupo dos 113, como ficou nacionalmente conhecido, devido ao número de aderentes que assinaram o documento apresentado ao partido, em 02 de junho de 1983, intitulado: “Companheiros do PT”. “Esse documento era composto por propostas que buscavam recuperar o poder dos movimentos sociais, ressaltava a importância da democracia na estrutura do PT, além de propor um debate democrático acerca dos rumos do partido” (BRANDÃO, 2003, p.71).

Não temos respostas para todos os problemas do PT. Nem temos a receita infalível para superar a crise econômica do país, para vencer a ditadura e para chegar ao poder [...]. O que pretendemos, ao detonar um amplo processo de debate democrático – que subsidiaremos com alguns documentos de produção coletiva a serem amplamente distribuídos – é contribuir para que os próprios militantes, filiados e simpatizantes do PT possam elaborar coletivamente diretrizes claras, capaz não apenas de orientar a nossa prática cotidiana e a da Direção renovada, mas,

sobretudo, de auxiliar o avanço e a unificação política dos movimentos dos trabalhadores (Companheiros do PT, *Apud*, BRANDÃO, 2003, p.71).

Mais tarde esse grupo passaria a se denominar como Articulação³³, segundo Brandão (2003), está seria muito criticada, principalmente, devido a sua posição “hermenêutica” e fechada dentro do partido “(...) que, ao mesmo tempo em que pregava a democracia, fechava-se em seus próprios valores e conceitos” (BRANDÃO, 2003, p.71).

Em seguida, um segundo documento, lançado pela Articulação, intitulado: “11 Teses sobre Autonomia”, documento este que não continha assinaturas, que segundo Brandão (2003), lançava vários pontos polêmicos sobre a direção que tomava o partido. Entre os pontos do documento, o autor destaca uma crítica aberta ao Socialismo Real praticado em regimes socialistas “historicamente estabelecidos”, que, ancorada em uma constatação empírica denunciava: “(...) o desrespeito dos regimes de “socialismo real” à existência da pluralidade dos indivíduos que compunham as sociedades socialistas, e também o desrespeito às suas lutas e valores particularizados” (BRANDÃO, 2003, p.72). Essas críticas, ainda no contexto da Guerra Fria, gerou dentro do partido um certo desconforto nos militantes que acreditavam na defesa do Socialismo Real uma arma contra o capitalismo. “O documento equiparava a ordem social socialista da União Soviética à dominação burguesa capitalista” (BRANDÃO, 2003, p.73), mais a frente Brandão (2003) esclarece: “(...) o socialismo petista era algo que ainda estava se constituindo, não apresentando um modelo constituído, daí do estranhamento de partidários quanto à crítica do socialismo real” (BRANDÃO, 2003, p.74).

Segundo Brandão (2003), outra questão abordada pela Articulação no documento está em articular a participação democrática (disputa eleitoral) com os movimentos sociais. “Autonomia do Operariado”, foi o nome dado a proposta de intervenção da classe trabalhadora na sociedade, sendo que uma das bandeiras defendida pelo documento das “11 Teses sobre Autonomia” era de autonomia dos movimentos sociais em relação ao Estado e as estruturas de poder, até mesmo do partido.

Por isso valorizamos a existência e criação dos organismos de unidade das massas, autônomos em relação aos partidos, que devem disputar o predomínio de suas políticas no seu interior. As diferenças ideológicas no seio das massas devem enfrentar democraticamente no confronto de diferentes partidos [...]. O partido que defendemos deve ser construído juntamente com a organização e fortalecimento dos organismos de

33 Aqui lembro a importância de estudarmos a Articulação, enquanto corrente interna, pois está hegemonizará o Partido dos Trabalhadores pelos próximos anos, nas décadas de 1980 e 1990.

unidade e autonomia dos trabalhadores. Ele não pode ser um simples desdobramento e uma tentativa de coordenação desses organismos, mas ele deve responder aos problemas concretos colocados, mas ao movimento de massas, ele deve estimular a criação de órgãos de poder na sociedade a partir desses organismos populares (11 Teses sobre Autonomia, *Apud*, BRANDÃO, 2003, p.75).

Brandão (2003) afirma que nesse mesmo documento havia uma clara contradição, da democracia que defendia para os movimentos sociais e da forma como via a organização dentro do partido: “Porém, no mesmo documento revelou-se uma contradição, pois ao mesmo tempo em que pregava a autonomia dos movimentos sociais pregava também a necessidade de “vanguardas” dentro do PT e a importância dessas para os movimentos sociais” (BRANDÃO, 2003, p.75).

Não pretendemos abdicar das tarefas da esquerda, das tarefas de uma vanguarda ideológica e política. Não pretendemos esquecer ou enterrar experiências acumuladas e elaboradas. Não pretendemos abdicar de formular políticas e defendê-las. Mas a própria atividade ideológica de vanguarda só se atualiza, só se realiza, no processo mesmo de criação política com as massas. A vanguarda ideológica não é vanguarda porque elaborou uma perspectiva para as lutas políticas que se dão [...]. Hoje, diante do PT e do que ele representa, são inúmeros os companheiros que, bolados ou articulados politicamente, convergem procurando refundar a esquerda. Não para se autopreservar num papel de vanguarda ideológica, embrião do “verdadeiro partido revolucionário”, mas para recriar uma vanguarda política e uma perspectiva revolucionária no encontro com as lideranças emergentes do movimento social (11 Teses sobre Autonomia, *Apud*, BRANDÃO, 2003, p.75).

Entre os dias 06 e 08 de abril de 1984, no hotel Pampas Palace, na cidade de São Bernardo do Campo (SP), se reuniram delegados do PT para o Terceiro Encontro Nacional do partido. Elegeu o segundo Diretório Nacional do PT e uma Comissão Executiva Nacional (CEN), sendo eleito presidente, em ambas, Luís Inácio Lula da Silva. Como vice-presidentes foram eleitos: Jacó Bittar, Apolônio de Carvalho e Djalma Bom. Francisco Weffort é escolhido para o cargo de secretário-geral do partido (PT, 1984c, p.03).

Neste encontro se aprovou moções de repúdio, como do assassinato do candidato a prefeito da cidade de Eduardo Gomes (RN), Adjair Gonçalo. E da perseguição sofrida pelos militantes do PT, na cidade de Natal (RN). Pede também a volta imediata do “último exilado” brasileiro: Theodomiro Romeiro dos Santos. Faz um repúdio as agressões contra a Nicarágua, por parte dos Estados Unidos da América. E, também, presta solidariedade aos presos políticos na Polônia que resistiram à repressão do governo Jaruzelski, este alinhado com o governo soviético.

Porém, os principais documentos aprovados na reunião, foram: o “Regimento Interno do Partido dos Trabalhadores” e as “Teses para a atuação do PT”. O primeiro, confirmava a forma como o partido deveria se portar, as políticas que deveria adotar e como se posicionar nacionalmente. Levando em conta, enquanto programa de partido, inclusive o discurso proferido por Luís Inácio da Silva em 1981 (PT, 1984a).

Art. 1 - O Partido dos Trabalhadores – PT atuará em âmbito nacional, com estrita observância de seus Manifesto, Programa, Regimento Interno, Código de Ética e demais documentos aprovados em suas Convenções Nacionais, bem como da legislação em vigor. Parágrafo Único - Dentre os documentos acima referidos, inclui-se o discurso pronunciado pelo seu presidente nacional na Convenção de setembro de 1981 (PT, 1984a, p.01).

Fazia referência a organização e atividade dos núcleos do partido, dos Diretórios e da Comissão Executiva, como deveria se proceder na filiação de um novo militante, da forma como se deveria transcorrer os Encontros (nacionais e regionais), de como deveria se organizar as bancadas parlamentares eleitas, etc. Provavelmente, o mais claro estatuto partidário elaborado até então (PT, 1984a).

Já as “Teses para a atuação do PT”, começa por fazer uma crítica as eleições de 1982, porém, afirmando que mesmo assim o partido se tornara polo de referência para os trabalhadores.

Isso é decorrência do firme posicionamento assumido por nosso partido nos vários momentos de luta contra a política econômica do governo e contra as tentativas de encaminhamento da sucessão presidencial em termos de continuidade do atual Regime Militar, que, ao completar os seus 20 anos, já não é mais tolerado pela grande maioria da população. (...) Nós não somos a única força oposicionista do País, mas assumimos um papel decisivo na conquista das eleições livres e diretas. Assim, nos constituímos num dos principais fatores impulsionadores do movimento de massas que luta contra o ilegítimo Colégio Eleitoral, vinculando o desejo da maioria da população de eleger diretamente seus governantes ao combate contra o Regime Militar. (...) Com isso, recuperamos a nossa imagem enquanto partido que articula a participação política dos dominados, não apenas saindo do relativo isolamento em que nossos adversários tentaram nos confinar, durante e após as eleições de 82, como consolidando ainda mais a nossa presença partidária e a de nossos principais dirigentes (PT, 1984b, p.01).

Afirma, que as principais dificuldades enfrentadas pelo partido, está, por exemplo, em traduzir de forma didática para os trabalhadores as lutas concretas do dia a dia: “O PT está quase sempre presente nos movimentos sociais, por meio de seus militantes e de suas ideias, mas, frequentemente, não tem sido possível combinar essa presença com a implementação de propostas [... imediatas]” (PT, 1984b, p.01). Assim, consolida onze teses, divididas em “Teses Organizativas” e “Teses Políticas”. “Consolidar

o PT como partido de massas” que busca reforçar o trabalho de base do partido. Segundo o documento, “(...) não há organização partidária sem trabalho de base” (PT, 1984b, p.03). Condena o que chama de “vícios” dos dirigentes: “(...) querer resolver tudo por cima, buscar, sem representatividade real, posições no Partido, fazer discussões intermináveis e fechadas etc. Referimo-nos, também, aos que usam o PT como espaço político para passar suas próprias posições sem se submeterem às instâncias partidárias, considerando o PT uma frente política” (PT, 1984b, p.03). É notável, neste ponto, que o partido consideraria a partir de então um desvio interno, posições que fugissem da linha programática adotada pelo PT.

O segundo ponto, chamava a aumentar os núcleos de base no país e fazer com que estes se ligassem as lutas diretas dos trabalhadores, nos bairros, nas fábricas, etc. “É a realidade cotidiana do trabalhador que deve servir de matéria-prima para as reuniões dos núcleos” (PT, 1984b, p.03).

O terceiro ponto do documento, discutia a necessidade de uma melhor formação política para os militantes do partido, evitando o erro do “teoricismo” e do “ativismo”. “É hora de implantarmos no PT um programa de formação política que capacite cada filiado a desempenhar seu compromisso de luta ao lado dos trabalhadores” (PT, 1984b, p.04).

O quarto ponto do documento, se refere a organização parlamentar do PT, neste caso é interessante notar que a crítica feita a importância dada a atividade parlamentar, não está no regime democrático em si, mas na organização como o Estado brasileiro, sob o regime militar, limitava o exercício democrático parlamentar.

O PT não deve substituir a organização dos trabalhadores e as lutas populares pela atuação parlamentar, nem alimentar ilusões sobre as possibilidades do Parlamento. No Brasil, apesar do espaço que, ultimamente, a atividade parlamentar ganhou nos meios de comunicação, o Legislativo tem poderes extremamente limitados, quando comparado com o Executivo forte e autoritário imposto pelo Regime Militar.

Não obstante, a importância do Parlamento e da atividade parlamentar não deve ser subestimada.

O Parlamento (nas suas diversas casas legislativas) deve ser utilizado pelo PT como espaço político para combater projetos e medidas antipopulares, originados do Executivo, do próprio Parlamento ou de grupos de pressão do poder econômico e político dominante; para fiscalizar o uso de recursos públicos e o andamento da administração pública; para denunciar todas as medidas contrárias aos interesses da classe trabalhadora; para apresentar e fazer aprovar medidas legislativas em benefício dos trabalhadores; para divulgar as propostas, as diretrizes, o programa e as idéias do PT. Nessa

linha, o PT deve, ao mesmo tempo, esclarecer os trabalhadores sobre as limitações do Parlamento, bem como lutar continuamente para que o Parlamento recupere suas prerrogativas políticas e sua independência diante do Executivo (PT, 1984b, pp.04-05).

A quinta tese, denominada: “Acabar com o amadorismo na questão das finanças do PT”, basicamente, clamava a uma melhor organização financeira nos núcleos do partido (PT, 1984b).

Em seguida, nas “Teses Políticas”, discute a questão internacional, em que chama solidariedade a Nicarágua e Cuba, assim como a dos trabalhadores da Polônia (PT, 1984b). Chama a luta contra a política econômica do governo e a luta pelo fim do regime militar. A necessidade da reforma agrária. “Eleições livres e diretas em todos os níveis”. A necessidade de se construir uma greve geral nacional. Faz uma proposta de governo que atenda os trabalhadores brasileiros, ou seja, a construção do socialismo.

Para transformar a sociedade, não basta tomar o poder do Estado. Para nós, o poder não apenas se toma, mas também se constrói. O PT confia na possibilidade de construir o poder a partir das bases da sociedade, dos movimentos populares, dos sindicatos e de outras formas de organização dos explorados – como, por exemplo, a criação de conselhos populares – e desenvolver esse poder com uma política de crescimento, de acumulação de forças e de construção de uma alternativa popular. A democracia que interessa aos trabalhadores não se esgota nas instituições, mas se articula com formas diretas e massivas de participação popular. Essa participação deve conduzir a uma sociedade sem explorados nem exploradores, e sem a divisão entre governados e governantes. A nossa luta é pela construção do socialismo (PT, 1984b, p.11).

Conclui o documento defendendo as palavras de ordem: “Trabalho”, “Terra” e “Liberdade” (PT, 1984b).

Podemos notar que este documento, aprovado e assinado pelo Diretório Nacional do PT, acaba por ser um “texto final” ao texto lançado pelo grupo Articulação/113. Isso porque, como demonstra Secco (2011), a Articulação impôs ao restante, das tendências e grupos organizados do partido, sua política:

Entre as lutas de massas, o partido resolveu realizar seu III Encontro Nacional, no Pampas Palace Hotel de São Bernardo do Campo (SP) de 6 a 8 de abril de 1984. Não parecia o melhor momento para dedicar-se à luta interna, e as divisões interiores mostravam como elas garantiam o caráter democrático do partido, mas também conseguiam paralisar em instantes oportunos. **Nem o socialismo foi um tema importante. No documento final a palavra foi citada só seis vezes.** A tônica do debate se deu entre a proporcionalidade e o caráter majoritário da composição da Executiva Nacional, algo insignificante para as amplas massas que seguiam o PT nas praças. **A Articulação teve 65,8% dos votos em sua tese e impôs que a**

proporcionalidade entre as várias tendências ficasse restrita ao Diretório Nacional, que se reunia menos e promovia os debates mais amplos, mas que na Executiva, ligada às tarefas e decisões do dia a dia, só ela tivesse acesso aos cargos (SECCO, 2011, p.114, grifos nossos).

2.4 O ANO DE 1985, AS DIRETAS E O ENCONTRO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO DO PT

O ano de 1985 foi marcado pelo fim do governo militar, que comandava o país desde 1964, com a vitória da chapa de Tancredo Neves e José Sarney no Colégio Eleitoral. Na história do Partido dos Trabalhadores ficou marcado o fato deste ter se recusado a votar na chapa de oposição liderada por Tancredo, pois o PT defendia eleições diretas para presidente.

A 15 de janeiro de 1985, Tancredo e Sarney obtiveram uma vitória nítida no Colégio Eleitoral, batendo Maluf por 480 votos a 180. Tancredo obteve todos menos cinco dos 280 votos do PMDB; recebeu também 166 votos de congressistas eleitos pelo PDS agora em dissidência. O PDT votou em Tancredo, embora não integrasse a Aliança Democrática. **O PT absteve-se de votar, em protesto contra a eleição indireta e o que entendia ser um arranjo de cúpula. Mesmo assim três de seus deputados não seguiram as diretrizes do partido e votaram em Tancredo.** (...) Por caminhos complicados e utilizando-se do sistema imposto pelo regime autoritário, a oposição chegava ao poder (FAUSTO, 1995, p.512).

Neste mesmo ano de 1985, entre os dias 12 e 13 de janeiro, se realizou em Diadema (SP) um Encontro Nacional Extraordinário, que lançou o documento “Contra o Continuismo e o Pacto Social”. Este documento tinha por objetivo fazer uma análise de conjuntura das Diretas³⁴, do sistema econômico e social, da Aliança Democrática e do candidato governista Paulo Salim Maluf. O texto, já declarava que o PT seria oposição independente de quem ganhasse no Colégio Eleitoral: “(...) o PT, desde já, se coloca claramente como oposição ao governo que, no Colégio Eleitoral, sucede o presidente Figueiredo” (PT, 1985, p.01).

O partido afirmava que a principal conquista das Diretas, foi o de mobilizar amplas camadas e setores populares e que “(...) ao assumir um caráter de massas, contribuiu para desagregar o PDS e para aprofundar a crise do regime” (PT, 1985, p.01).

Do ponto de vista político, ela representou o retorno das classes populares ao palco da luta institucional, questionando a forma de sucessão presidencial em vigor e colocando nas ruas suas reivindicações por transformações econômicas e sociais. A campanha das Diretas devolveu à

³⁴ Diretas ou Campanha das Diretas, foi o nome dado ao movimento nacional encabeçada pela oposição ao governo militar, objetivando eleições diretas para presidente da República, que até então era eleito de forma indireta, através do Colégio Eleitoral (FAUSTO, 1995).

população a autoconfiança em sua capacidade de organização e de luta. A população resgatou, também, formas de ação política direta que o Regime Militar, ao longo de 20 anos de repressão, tentara sufocar, como as passeatas e os comícios de grandes proporções (PT, 1985, p.01).

Afirma ainda, que a atuação do PT foi, durante a campanha das Diretas, de independência: “Nossa intervenção no interior dessa frente de partidos e entidades, que se organizou sob forma de Comitês Pró-Diretas, tinha como objetivo a ruptura com o regime, a conquista de eleições diretas e mudanças econômico-sociais” (PT, 1985, p.01).

Sobre o Regime Militar, afirma que este está deteriorado e que sua capacidade de governar o país com seu aparelho repressor à chegado ao fim. Seu candidato, Paulo Maluf, representaria o que teria de mais atrasado e corrupto, e mesmo sua derrota no Colégio Eleitoral não significaria a derrota da extrema direita:

(...) Maluf, na verdade, revela a pretensão de organizar, com o que restar do PDS, um partido populista de direita, pronto a acolher os setores mais reacionários da sociedade. Daí porque a derrota de Maluf no Colégio não elimina as ameaças da extrema direita, que ele encarna (PT, 1985, p.03).

Sobre a Aliança Democrática, resultado da união da oposição parlamentar ao governo, o texto afirma que esta foi composta por amplos setores burgueses, desde banqueiros até latifundiários, ocultado dentro de si seu caráter continuísta e de legitimidade ao governo.

A Aliança Democrática reunificou, num único bloco, latifundiários, banqueiros, industriais, grupos estrangeiros e setores militares. E, na tentativa de ocultar este caráter de classe, seus objetivos continuístas e sua legitimidade, a Aliança Democrática explorou o sentimento popular de repúdio a Maluf, apoiou-se na palavra de ordem de mudanças. Daí [se] entender por que a população, desejando as eleições diretas, mas não vendo como conquistá-las de imediato, tenha sido envolvida pelo falso dilema Tancredo ou Maluf. E, posta diante dele, foi levada a manifestar a preferência pelo [mal] menor, como manda a velha tradição do País. Ao mesmo tempo, a participação do PMDB na campanha transferiu para os comícios o peso de sua influência sobre amplos setores populares, que ainda tem dele a imagem do partido de oposição ao regime de 64 (PT, 1985, p.07).

Reafirma as plataformas políticas elaboradas no Encontro Nacional de 1984, para derrotar o Regime Militar. Tendo nos movimentos populares e sindical a principal forma de ação para a obtenção da democracia no país.

(...) o PT deve concentrar sua atuação política no combate ao pacto social e à transição conservadora. Isso significa que devemos privilegiar o movimento popular e sindical e as formas de luta de massas. Só com este acúmulo de forças no plano não institucional será possível obter mudanças democráticas no País (PT, 1985, p.08).

Por fim, o documento discute a atuação dos parlamentares do partido, afirmando que muitos deputados e vereadores eleitos pelo partido não tem seguido as posições políticas votadas internamente:

As atitudes de um deputado ferem a democracia interna do PT quando atua em função de seus posicionamentos individuais e minoritários dentro do Partido, ao invés de defender em público e encaminhar as resoluções válidas para o conjunto dos filiados. Desconsidera a democracia interna quando garante antecipadamente uma atuação, qualquer que seja a resolução do conjunto do Partido (PT, 1985, p.13).

Mesmo com eleições, prevista para o final do ano, em que se elegeria prefeitos em 201 cidades, inclusive para as capitais dos Estados, o documento pouco discute o pleito. Nesta época estava, segundo Secco (2011), organizado em 1.100 municípios (do total de 4.022, existentes a época), disputou a prefeitura de São Paulo (SP), com a candidatura de Eduardo Suplicy, tendo conquistado 18,4% de preferência partidária³⁵, porém sucumbiu ao voto útil disputado pelo candidato do PMDB Fernando Henrique Cardoso e da direita Jânio Quadros, eleições vencidas por este último.

Nessas eleições o PT conquista sua primeira capital. Em Fortaleza, capital do Ceará, Maria Luíza Fontenele vence uma eleição desacreditada pelo próprio partido.

A primeira conquista importante seria em Fortaleza (CE) com Maria Luíza Fontenelle (ligada ao PRC e depois ao “racha” deste, o PRO – Partido Revolucionário Operário). Rapidamente sua gestão perdeu o apoio financeiro dos governos estadual e federal. Diante de uma dívida monumental, acusações de nepotismo e dificuldades de administrar a coleta de lixo, sua popularidade despencou (SECCO, 2011, p.117).

Boris Fausto (1995), lembra também, que estas eleições marcam o início de uma decadência do PMDB como principal partido da oposição.

(...) em novembro de 1985 realizam-se eleições para prefeito em 201 cidades, inclusive nas capitais dos Estados e territórios. O PMDB saiu-se numericamente bem, ganhado em dezenove das 25 capitais e em 110 do total das 201 cidades. Mas começava a se desenhar sua perda de prestígio nas capitais mais importantes. Em São Paulo, Jânio Quadros derrotou Fernando Henrique Cardoso, para desanimo da ala social-democrata do partido; os candidatos de Brizola, Saturnino Braga e Alceu Collares, venceram respectivamente no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul; uma frente de esquerda elegeu Jarbas Vasconcelos no Recife (FAUSTO, 1995, p.520).

35 Segundo o Boletim Nacional do PT, de junho de 1985, em março deste ano o PT tinha 10,7% de preferência partidária do eleitorado, chegando a 18,4% em maio do mesmo de 1985 (Boletim Nacional, nº10, junho de 1985, *apud* SECCO, 2011).

Ao contrário de 1982, nas eleições de 1985, o PT sai fortalecido, o que ainda não é suficiente para o alcance de massas a que o partido se propunha. No final da década de 1980 o PMDB, que perderá muito de seus quadros políticos³⁶, se localizará a direita, começando assim a hegemonia do PT na esquerda brasileira.

2.5 A CONSTITUINTE E O IV ENCONTRO NACIONAL

A vitória obtida pela chapa da oposição, ao governo, no Colégio Eleitoral, que elegeu o novo presidente do país em 1985, foi marcada pela morte de Tancredo Neves, vítima de um câncer, poucos meses depois do pleito, não chegando a tomar posse como presidente. Em seu lugar, o vice na chapa, José Sarney, torna-se o primeiro presidente civil desde 1964. Vindo de uma dissidência do PDS, Sarney “(...) tinha sido imposto ao PMDB e era um opositor de última hora” (FAUSTO, 1995, p.519).

Lincoln Secco (2011) nos conta que, se em um primeiro momento, o distanciamento do PT com o governo foi visto por seus militantes de forma positiva, pois dava ao partido independência e lhe destacava da oposição. Com a morte de Tancredo e com as mobilizações que se seguiram, o partido se vê isolado nacionalmente.

O PT isolou-se. Encontro Nacional Extraordinário realizado em Diadema (SP) nos dias 12 e 13 de janeiro de 1985 avaliou positivamente a independência de classe do partido na campanha das Diretas [...] O isolamento era bem visto de certa maneira. Quando o féretro de Tancredo Neves atravessou a Avenida 23 de Maio em São Paulo na direção do Aeroporto, milhões de pessoas foram às ruas. Pôsteres de Tancredo Neves eram afixados nas bancas de jornal e a música “Coração de Estudante”, associada a ele, tocava em todas as rádios. **O PT desapareceu do cenário principal** (SECCO, 2011, p.116, grifos nossos).

Segundo Boris Fausto (2011), coube a José Sarney fazer valer algumas demandas, acumuladas durante a ditadura, entre elas o restabelecimento do voto direto para a presidência da república³⁷ e o retorno das garantias políticas, como a legalização de todos os partidos que ainda estavam na clandestinidade, entre eles o PCB e o PCdoB.

Ainda segundo o autor, dois pontos influenciava o cenário político após a vitória da oposição. A revogação das antigas leis, impostas pelos militares e eleger uma nova Assembleia Constituinte, marcada para o final de 1986, que elaboraria a nova Constituição para o país.

36 O PMDB perderá muitos militantes de esquerda, principalmente, com a criação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em 1988.

37 Em maio de 1985 foi restabelecido no país o voto direto para presidente da república.

As eleições para a Assembleia Nacional Constituinte foram marcadas para novembro de 1986. Naquela data, haveria eleições para o Congresso e o governo dos Estados. Os deputados e senadores eleitos seriam encarregados de elaborar a nova Constituição (FAUSTO, 1995, p.520).

De 30 de maio a primeiro do junho de 1986, se reuniram no Hotel Danúbio, na cidade de São Paulo (SP), militantes do PT para o IV Encontro Nacional. Ali se discutiu como o partido deveria se comportar nas eleições dos deputados para a Assembleia Constituinte. Um documento denominado “Constituinte” criava um comitê nacional para coordenar as eleições, com comitês próprios aos níveis regionais e local.

Se elaborou também um “Documento Eleitoral Básico”, que projetava estabelecer para as eleições objetivos prioritários. Quase todos ligados a necessidade de se eleger parlamentares e governadores:

O PT considera fundamental formar bancadas petistas expressivas e significativas, não só do ponto de vista numérico, mas também da representatividade e da qualificação de seus componentes, nas casas legislativas. No caso das Assembleias Legislativas, é fundamental concentrar esforços para que haja uma bancada em cada estado do País, porque isso permite uma base de atuação parlamentar para a defesa dos interesses da classe trabalhadora e para a luta por mudanças concretas. Além disso, os parlamentares do PT deverão fazer a fiscalização e a cobrança dos governos burgueses, bem como a difusão das ideias e teses petistas. Finalmente, a existência de uma bancada é de inestimável apoio para a organização do Partido no estado [de São Paulo]. No caso da Câmara dos Deputados, tendo em vista as características constituintes que terá nessa Legislatura, é fundamental que a bancada petista seja formada por deputados originários da maior parte possível dos estados brasileiros, e signifique um polo de aglutinação de forças democráticas e populares na oposição à transição conservadora e na condução das batalhas parlamentares capazes de fazer avançar, o máximo possível, a elaboração da futura Constituição na direção da democracia e do socialismo.

O PT deve entrar nas eleições de 1986 com a disposição e o empenho necessários para conquistar governos estaduais. Existem perspectivas de o PT eleger governadores em alguns estados. O Diretório Nacional recomenda que, preferencialmente, sejam lançadas candidaturas próprias a governadores (bem como senadores) (PT, 1986a, p.01).

Sobre a Constituinte o partido afirmava que mesmo não sendo ideal, conforme apresentava pelo PT no ano anterior³⁸, participará, tentando eleger deputados constituintes, e que utilizará de sua bancada para defender os interesses dos trabalhadores: “Contudo, o PT participará da eleição do futuro Congresso Constituinte, não obstante todas as restrições e limitações que assinalam o processo da sua convocação, restrições essas impostas, inclusive, pela própria Constituição atual” (PT,

38 Projeto Djalma Bom.

1986a, p.03). Entre as bandeiras defendidas no documento, estão: a luta pela reforma agrária, rompimento com o FMI, luta em defesa das mulheres, negros e índios.

O documento “Plano de Ação Política e Organizativa do Partido dos Trabalhadores para o Período (1986/87/88)”, faz uma introdução sobre o estágio de desenvolvimento do capitalismo nacional, concluindo, que, apesar das desigualdades regionais, “O Capitalismo encontra-se num alto nível de desenvolvimento no Brasil, neste final do século XX” (PT, 1986b, p.01). E que este capitalismo atrasado é produto de um desenvolvimento histórico dependente (PLANO..., 1986).

De forma um pouco abstrata projeta a conquista do socialismo no país, “(...) o caminho para o socialismo no Brasil – será modificado, assumirá mil formas de manifestações [...] auxiliadas por todas as formas de luta da classe trabalhadora – da participação em campanhas eleitorais às greves (...)” (PT, 1986b, p.07). Apresenta o que seria a futura sociedade socialista brasileira, que, ao contrário do modelo adotado nos países de Socialismo Real, se dará de forma gradual e mista, vejamos:

No Brasil, ainda não foram esgotadas, pelo desenvolvimento capitalista, as formas econômicas pequeno-burguesas nem a economia mercantil simples. A própria expansão diferenciada do capitalismo e seu grau médio de desenvolvimento não permitiram que a economia mercantil capitalista alcançasse um patamar elevado. Nessas condições, se no Brasil existem numerosas empresas capitalistas que deverão ser transformadas em propriedade social, **por outro lado existem milhões de pequenos produtores e pequenos proprietários cujos meios de produção não é possível estatizar ou mesmo coletivizar imediatamente** (PT, 1986b, p.01, grifos nossos).

Neste mesmo documento, faz uma análise de conjuntura do governo Sarney, principalmente, da política econômica adotada pelo governo com seus “pacotes” de ajuste fiscal.

Cabe lembrar aqui, que o Brasil passava por uma severa crise financeira, que, como vimos no primeiro capítulo, herança do período militar, minava a economia do governo Sarney. Com altos índices de inflação, o que acarretava, diretamente, no poder de compra, principalmente, dos mais pobres, o governo se viu obrigado a adotar uma série de medidas que visava frear a derrocada econômica do país. Em fevereiro de 1986, o governo substituiu a moeda nacional, o Cruzeiro, pelo Cruzado. Os preços e as taxas de câmbio foram congelados, numa tentativa de combater a alta inflação de preços. “Reajustou-se o salário mínimo pelo valor médio dos últimos seis meses, mais um abono de 8%. Os reajustes posteriores seriam automáticos sempre que a inflação chegasse a

20%” (FAUSTO, 1995, p.522). Os ajustes, no entanto, não causaram os efeitos desejados: “Passado o primeiro impacto de entusiasmo, o Plano Cruzado começou a fazer água” (FAUSTO, 1995, p.522).

Quando em novembro se realizaram eleições, o Plano Cruzado já fracassara, mas isso ainda não era perceptível para o grande público. Os candidatos do PMDB podiam ainda culpar este ou aquele setor pelos problemas do plano. Podiam, por exemplo, ameaçar de mandar buscar à força os bois retidos no pasto para impedir a alta da carne.

Passadas as eleições, os aumentos adiados de tarifas públicas e dos impostos indiretos contribuíram para que a inflação explodisse (FAUSTO, 1995, p.523).

Além dos documentos, acima citados, o IV Encontro, também, aprovou uma série de moções, uma linha sindical para o partido que lhe aproximava, ainda mais, da CUT e elegeu o Diretório Nacional (DN) e a Comissão Executiva Nacional (CEN), novamente Luís Inácio Lula da Silva foi eleito presidente em ambos diretórios, tendo, novamente, como vice-presidentes: Jacó Bittar, Apolônio de Carvalho e Djalma Bom. Francisco Weffort é reeleito secretário-geral do partido (PT, 1986c, p.03).

Esses documentos mostram que o partido muda substancialmente, sua posição em relação as necessidades de disputar e ganhar as eleições. Se em 1985, a disputa eleitoral era secundarizado, em 1986 os documentos do IV Encontro Nacional mostram que seria vital para o partido aumentar sua bancada política tanto no legislativo quanto no executivo. Também é no IV Encontro que o partido desenvolve e define uma posição clara sobre o desenvolvimento da sociedade brasileira e sobre o socialismo defendido pelo partido, sobre isso Mauro Iasi (2006), comenta:

O 4º Encontro Nacional (1986), além de uma resolução sindical e um documento de tática eleitoral para a disputa, inclusive, da formação da Assembleia Constituinte, é o primeiro encontro em que o partido se debruça sobre uma caracterização da formação social brasileira, atividade que se constituirá em um importante alicerce para a elaboração de uma estratégia no encontro seguinte (IASI, 2006, p.395).

O PT consegue eleger 16 deputados constituintes, entre eles Luis Inácio Lula da Silva, nenhum senador ou governador foi eleito pelo partido em 1986³⁹ (BACKES, 2008, p.36).

39 Do total o PMDB elegeu 303 deputados, PFL 135, PDS 38, PDT 26, PTB 18, PT 16, PL 07, PDC 06, PCB 03, PCdoB 03, PSB 02, PSC 01, PMB 01, em um total de 559 deputados eleitos em todo país (BACKES, 2008, p.36).

2.6 O V ENCONTRO NACIONAL

Segundo Secco (2011), o V Encontro Nacional do partido, “(...) foi o mais importante da história do PT” (SECCO, 2011, p.121). Ocorrido em Brasília, nas salas do Senado Federal, entre os dias 04 a 06 de dezembro de 1987, este encontro ficou caracterizado por lançar Lula como candidato a presidência da República e aprovar um conjunto de leis para as tendências internas, de forma a centralizar ainda mais o partido, que na prática impossibilitava estas correntes possuírem “objetivos estratégicos próprios” (SECCO, 2011, p.122).

Para Iasi (2006) o V Encontro foi marcado pelo surgimento de uma inflexão nas lutas sociais e dos trabalhadores: Neste ano havia fracassado uma tentativa de greve geral, e o movimento sindical, desde o início a base fundamental do novo partido [PT], inicia um longo momento de recuo e defensiva” (IASI, 2006, p.412). Na luta política, o partido inicia uma campanha contra a tentativa de aumentar para cinco anos o mandato de José Sarney⁴⁰ (IASI, 2006). “Ao lado destas lutas políticas, podia-se ver uma clara mobilização contra a política econômica do FMI, identificado como grande vilão causador da dívida externa e das políticas perversas (...)” (IASI, 2006, p.413).

Entre os documentos aprovados, um conjunto de moções com resoluções internacionais, como uma nota em solidariedade ao sindicato polonês *solidarinosc*. Também foi eleita uma nova Comissão Executiva Nacional, pela primeira vez Lula não é eleito presidente, cargo ganho por Olívio Dutra, político do Rio Grande do Sul, como vice-presidentes, foram eleitos: Jacó Bittar, Hélio Bicudo e Djalma Bom. José Dirceu é eleito secretário-geral do partido (PT, 1987c, p.03).

Uma carta intitulada “Brasil, Urgente! Lula Presidente! (Carta aberta ao povo brasileiro)”, lançando a candidatura de Lula à presidência da República. Um conjunto de teses, intitulado: “Resoluções Políticas”. E três resoluções sobre o funcionamento das tendências internas: “Regulamento das Tendências Internas”, “Resolução sobre tendência” e “Resolução sobre proporcionalidade”.

No texto, intitulado, “Resoluções Políticas” o partido define sua política para as eleições presidenciais que ocorreriam em 1989. Faz uma análise de conjuntura, onde aponta: “(...) que o Governo Sarney – saída de emergência para os grupos dominantes logo após a morte de Tancredo – é o elo fraco da transição burguesa” (PT,

40 O que acabou por ocorrer em abril de 1988. As eleições presidenciais só ocorreriam em 1989.

1987a, p.01). No aspecto econômico, demonstra a fragilidade e prevê uma nova derrocada financeira com o Plano Bresser. Lança um conjunto de políticas, como o de não retomar as negociações com o FMI, a consolidação das Diretas, a organização da unidade classista entre os trabalhadores na CUT, e a necessidade de “(...) organização do PT, como força política socialista, independente e de massas” (PT, 1987a, p.06). Define como objetivo estratégico, política a longo prazo, a construção do socialismo. Define uma política que chama de “Alternativa democrática e popular”, como tática de curto prazo a ser defendida nas próximas eleições. Faz uma clara distinção da política adotada pelo PCB, um dos principais partidos de esquerda no regime militar, que defendia uma política de conciliação entre o movimento operário-campesino com uma parte da burguesia nacional, considerada progressista.

É por isso que o PT rejeita a formulação de uma alternativa nacional e democrática, que o PCB defendeu durante décadas, e coloca claramente a questão do socialismo. **Porque o uso do termo nacional, nessa formulação, indica a participação da burguesia nessa aliança de classes – burguesia que é uma classe que não tem nada a oferecer ao nosso povo** (PT, 1987a, p.17, grifos nossos).

Define uma política de aliança em que rechaça qualquer tipo de coligação com partidos burgueses. Mas faz um chamado a uma “Frente Única Classista”, com as forças políticas que atuam no movimento operário.

A partir do projeto de Constituição do PT e das iniciativas populares aprovadas pelo Diretório Nacional, devemos fazer o mais amplo arco de alianças, para nos opormos à aliança conservadora, articulada por Sarney em torno do PFL e da direita do PMDB. É preciso articular a pressão e mobilização social sobre Brasília com uma política de alianças que nos permita enfrentar a direita e a reação latifundiária. Na defesa da soberania nacional, contra o pagamento da dívida externa e a submissão de nossa economia ao FMI, ao capital estrangeiro e ao Imperialismo, **o nosso arco de alianças atinge até mesmo alguns setores burgueses e liberais. Devemos ter firmeza sobre a necessidade de tais alianças e, ao mesmo tempo, ter clareza de suas limitações** (PT, 1987a, p.22, grifos nossos).

Termina o documento insistindo na necessidade da centralização partidária.

Com respeito as tendências internas, o PT objetivava assim definir de fato o que era e como deveria atuar dentro e fora do partido as diversas correntes. Sobre isso apresentou três documentos de organização das tendências.

O partido visava acabar, também, com agrupamentos que utilizavam a sigla como ferramenta política de disputa, mas que não enxergava no PT uma verdadeira ferramenta política para se alcançar o resultado final: o socialismo.

A Tendência Interna caracteriza-se por submeter-se ao Programa e às Resoluções do PT, por reconhecê-lo explicitamente como partido estratégico na construção do socialismo e por diferenciar-se na defesa de propostas alternativas ou complementares relacionadas com aspectos parciais da política, da estrutura ou funcionamento do Partido. a) A Tendência Interna diferencia-se radicalmente de organizações políticas autônomas externas do PT, por este assim consideradas. O PT não admite a dupla filiação e a dupla militância dos seus filiados com relação a essas organizações autônomas. b) Por construir-se como partido estratégico, com programa e organização aprovados pelos seus filiados, o PT não se constitui numa frente ou numa federação de partidos ou de organizações (PT, 1987b, p.01).

É necessário salientar, neste ponto, que muitas organizações revolucionárias de esquerda, dentre as várias correntes do trotskismo, tinham no chamado “entrismo”, desde a década de 1950, uma de suas principais formas de ação. O entrismo consistia em adentrar de forma clandestina os aparatos e os partidos de massas de esquerda, notadamente os Partidos Comunistas, burocratizados, de forma a “ganhar” o máximo número de militantes. Esta tática de ação, foi desenvolvida pelos dirigentes trotskistas Ernest Mandel (1923-1995) e Michel Pablo (1911-1996). Em linhas gerais, na década de 1950, se vislumbrava a iminente eclosão de uma terceira guerra mundial, entre o imperialismo e o bloco soviético, obrigando com que os partidos comunistas, ao redor do mundo, dirigidos por elites burocráticas alinhadas ao Kremlin (ao Partido Comunista Soviético), tomassem posicionamentos radicalizados.

O entrismo estendido em 1952-1953 aos partidos comunistas é de um outro tipo. Claro que por razões práticas, na medida em que o monolitismo dos PC e o seu anti-trotskyismo virulento forçam à dissimulação. Mas também em função de escolha a longo prazo: ele não responde à emergência de diferenciações existentes dentro das organizações de massas, mas antecipa e aposta na inevitabilidade de rupturas sob o impacto da guerra anunciada. Não se pode fixar um termo a este entrismo especulativo. Quando se produzem diferenciações nos partidos de massa, elas são forçosamente minoritárias, mesmo minúsculas relativamente aos maiores contingentes militantes. As rupturas parciais nunca estão à altura da grande fractura esperada. As organizações formadas no molde do entrismo hesitam então em abandonar a grande presa vindoura pelo magro benefício de diferenciações ainda minoritárias: relativamente aos ganhos esperados, as oportunidades imediatas parecem sempre prematuras e os resultados decepcionantes. Nenhum critério seguro permite portanto pôr fim a uma experiência entrista. A questão da saída torna-se assim um pomo de discórdia tão devastador como o da entrada e não é raro que as organizações implicadas se dividam duas vezes: os mesmos actores podem — David Rousset foi disso prova brilhante — ser

contra a entrada no Partido Socialista em 1934 e contra a saída em 1936. (...) O entrismo de longa duração iniciado em 1952 foi apresentado como o meio, em período de refluxo do movimento revolucionário, para continuar em contacto com o movimento real. Favoreceu uma sensibilidade aos fenômenos de radicalização, uma abertura às novas questões, um sentido de iniciativa, uma preocupação em deslocar as linhas em lugar de se contentar com uma denúncia veemente das "direcções traidoras". Mas a dissimulação nos partidos reformistas ou estalinistas tem também um preço elevado. Por um lado, os militantes acabam por conceber a política por procuração: em lugar de defender o que é necessário fazer na relação de forças realmente existente, eles imaginam o que devia fazer a direcção do seu grande partido... se ela fosse revolucionária. Entram, assim, num mundo fictício onde a pedagogia se substitui à construção de relações de forças reais. Vivendo como parasitas de um aparelho estranho, perdem pouco a pouco a sua própria cultura organizativa, difícil de reconquistar. Isso será uma razão suplementar, muitas vezes inconsciente, para perder as oportunidades cruciais, tanto mais que os novos militantes influenciados no trabalho entrista foram ganhos para uma posição crítica subalterna, mais do que para uma prática independente. Daqui resulta um salto perigoso, muitas vezes recusado, entre a pertença a uma corrente oposicionista num grande partido e o compromisso de construção de uma pequena organização independente (BENSAID, 2017, p.01).

Era, portanto, objetivo dos trotskistas influenciar os partidos de massas ao redor do mundo. Vejamos, como definia esse tipo de política, em uma carta do Secretariado internacional, órgão máximo da IV Internacional, em 1959:

É porque esse movimento [fazendo referência aos partidos comunistas] está por outro lado atado a tais condições objetivas, pela evolução da situação internacional em direcção à guerra contra-revolucionária do imperialismo unido, que, independentemente dos planos e vontade de sua direcção burocrática a serviço da política do Kremlin, estará forçado, obrigado, a radicalizar-se [...] a esboçar praticamente uma orientação revolucionária e a atuar, em caso de guerra, com as armas na mão pelo poder. [E, comparando-o ao entrismo proposto por Trotsky, acrescentava:] ... trata-se do mesmo tipo de entrismo. Não entramos nesses partidos para sair rapidamente. Entramos para permanecer neles por longo tempo, confiando na grande possibilidade que existe de ver esses partidos, diante das novas condições, desenvolver suas tendências que dirigirão toda uma etapa de radicalização das massas e do processo objetivo e revolucionário em seus respectivos países (MORENO, 2008, p.198).

O entrismo, como lembra o dirigente trotskista Nahuel Moreno (2008), em texto de polémica escrito em 1973, de uma política que nasce como "tática", ou seja, uma ação de curto prazo, acaba se tornando uma "estratégia" de longo prazo. "Talvez o caso mais típico da conduta germanista [madelista, de Ernest Mandel] de dar-se uma política para um futuro hipotético e de converter uma tática em uma estratégia a longo prazo tenha sido o entrismo "*sui generis*" (MORENO, 2008, p.198). Mias a frente, afirma:

Essa nova versão das análises e previsões que deram fundamento à tática entrista (uma tática que não foi tática, já que durou exatos 17 anos), não

tem nenhuma relação com as análises e previsões feitas quando ela foi votada, no começo da década de 1950. Agora se diz que o erro foi simplesmente um cálculo errado de nossa “relação numérica” com as tendências que poderíamos ter levado a “romper com os partidos oportunistas de massas” (MORENO, 2008, p.198).

Para Nahuel Moreno (2008), esse tipo de política torna-se uma tradição nas organizações trotskistas. Talvez isso ajude a explicar o porque da corrente majoritária, a Articulação, se precaver em uma “lei” de tendências que obrigava as diferentes corrente ideológicas prestar fidelidade total ao PT. Debates que se voltavam para o interior do partido, fez a questão da proporcionalidade da Comissão da Executiva Nacional a principal disputa entre as tendências internas. Este Encontro, se caracterizou pela perda de força, mas não a derrota, do bloco hegemônico exercido, até então, pela Articulação. O que propiciou que as alas à esquerda, do partido, pudessem “repor o debate interno que lhes interessava” (SECCO, 2011, p.123). Na plenária final, a Articulação obtêm 59,4% dos votos.

O resultado prático foi o de “centralizar democraticamente” as várias tendências do partido, segundo Iasi (2006), o que se viu, a partir disso, foi:

Internamente o PT vivia um momento de definição no qual consolidava-se uma força majoritária, agora organizada como tendência nacional, que abria uma clara ação ofensiva contra outras correntes que acusava de agir apenas “taticamente” dentro do PT (IASI, 2006, p.441).

Nesse sentido Secco (2011), afirma, que “a própria Articulação jamais conseguiu ver a si própria como uma tendência igual às outras. Surgiu muito mais como uma antitendência, ditando a política que acabava tornando-se de todo o partido” (SECCO, 2011, 123).

Em 1988 o país iria novamente as urnas para eleger prefeitos municipais, desta vez, todas as prefeituras brasileiras estavam aptas a concorrerem sem as restrições impostas pelos militares. O grande acontecimento ocorreu na cidade mais populosa do Brasil. Depois de uma campanha surpreendente, que mobilizou amplos setores da sociedade, Luiza Erundina é eleita prefeita de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores. Até então, a vitória mais significativa do partido. Em eleições que ainda ocorriam em um único turno, a candidata do PT vence o principal candidato da direita. Paulo Salim Maluf (PDS), que em 1985 perdera no colégio eleitoral a presidência da república para Tancredo Neves, voltava a perder, agora, para a candidata do partido mais a esquerda no cenário

eleitoral. Marcava, também, o enfraquecimento do PMDB como oposição. Se nas eleições de 1985 sairía como grande vitorioso, o governo Sarney, em crise econômica, fez o partido do governo ganhar em apenas quatro capitais (FLEISCHER, 2002), (SECCO, 2011).

O governo de Luiza Erundina foi marcado por turbulências e conflitos com setores dos movimentos sociais e sindicais, e, inclusive, com setores mais à esquerda do PT. (FLEISCHER, 2002); (ARCARY, 2014a).

Para Valéria Arcary (2014a), na época, dirigente da corrente Convergência Socialista, a eleição de Luiza Erundina em São Paulo, marcou a primeira grande crise do PT, "(...) Confirmou-se a terrível dialética de como as vitórias podem se transformar em derrotas" (ARCARY, 2014a. p.01). Pois, para Valério, o PT continuava a ter posições dúbias:

A atitude da bancada do PT em relação à Constituição de 1988 foi simbólica deste período. O PT votou contra a Constituição, mas assinou o documento, portanto, assumiu, publicamente, o respeito pela legitimidade do novo regime. A maioria da esquerda petista desejou ignorar o significado desta assinatura, mas a direção do PT sabia muito bem que estava sinalizando para a classe dominante um compromisso com a ordem. A burguesia brasileira compreendeu o gesto. Não por acaso, a direção do PSDB, liderada por Mario Covas, unanimemente, declarou o apoio a Lula contra Collor no segundo turno em 1989. Assim como Brizola. (...) Erundina e outros prefeitos petistas, como o de Diadema no ABC, na região metropolitana paulista, se viram diante do dilema de ocupações de terrenos públicos e privados pelos movimentos de moradia, e de greves de funcionários públicos, e de trabalhadores de estatais, como a CMTC, empresa pública de transportes. Apelaram à repressão, uns mais outros menos, e houve episódios até de presos e feridos. Não houve rupturas no partido, mas as placas tectônicas do PT se moveram. O PT pagou a dívida pública dos municípios, escrupulosamente, e não hesitou em convocar a PM (Polícia Militar) contra a luta operária e popular (ARCARY, 2014a. p.01).

Além de São Paulo, o PT também elegeu o prefeito de Porto Alegre (RS) e Vitória (ES), entre outras importantes cidades como Diadema (SP) e São Bernardo do Campo (SP). Eleição que a oposição de esquerda, ao governo Sarney e o PMDB, sai vitoriosa. PSB, PDT e PT vencem em dez das vinte e cinco capitais (FLEISCHER, 2002) (TSE, 2017).

2.7 O VI ENCONTRO E AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1989

O VI Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, ocorreu no colégio Caetano de Campos, na cidade de São Paulo (SP), entre os dias 16 a 18 de junho de 1989. Ano que das primeiras eleições livres e diretas para presidente da república, desde

o Golpe Militar ocorrido em 1964. Em verdade, a última vez que os brasileiros haviam votado para presidente foi em 1960, quando Jânio Quadros foi o eleito. Promulgada, pela recém Constituição da República⁴¹, em seu § 1º do artigo 4º das Disposições Transitórias, de 5 de outubro de 1988, a primeira eleição para presidente ocorrerá no dia 15 de novembro, data histórica, que em 1889, se proclamou a República.

O pleito de 1989 foi “solteiro” - a Presidência era o único cargo em disputa. Também foi a primeira eleição em que tivemos um segundo turno de votação – novidade trazida pela Constituição aprovada no ano anterior. Os principais partidos do país colocaram seus nomes mais representativos para a disputa: Mario Covas (PSDB), Leonel Brizola (PDT), Lula (PT), Ulysses Guimarães (PMDB), Aureliano Chaves (PFL). No entanto, a grande surpresa do pleito foi a candidatura do jovem ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo, do Partido da Reconstrução nacional⁴² (PRN) (MEMORIAL DA JUSTIÇA GAUCHA, 2016, p.01).

O Encontro Nacional, portanto, tinha uma única pauta: as eleições presidenciais. Entre os documentos do Encontro, arquivados no site da Fundação Perseu Abramo, temos: “As Eleições Presidenciais e a Candidatura LULA”, que faz uma defesa da importância da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva para a classe trabalhadora, afirmando que o momento político pode por fim ao ciclo histórico, dominado pela oligarquia, desde o início da ditadura militar. Esse documento, faz um chamado para que a esquerda saía unida nas eleições e critica a candidatura de Paulo Freire, histórico líder do Partido Comunista Brasileiro, que agora se candidataria pelo recém criado Partido Popular Socialista – PPS. Enxerga na candidatura de Fernando Collor de Melo, o principal candidato da burguesia: “(...) A persistência dos impasses no centro-direita, somados ao espetacular crescimento da candidatura Collor de Mello, estão transformando-a na principal alternativa das classes dominantes” (PT, 1989a, p.04). Enxerga no populismo do candidato Leonel Brizola, representante da tradição trabalhista, o principal opositor de Lula no primeiro turno. Neste documento, em um subtítulo intitulado: “As propostas socialistas do PT”, o partido afirma que não pode “semear” falsas esperanças nos trabalhadores e que mesmo havendo conquistas em um possível governo do PT, estas não serão fáceis e totais. Ou seja, não se chegará ao socialismo com a vitória do PT.

O Partido não pode semear ilusões sobre uma idílica situação que seria criada com nossa vitória em novembro próximo. Haverá, evidentemente, transformações importantes no quadro da luta de classes no País, que proporão desafios enormes e inesperados para o Partido e o governo.

41 A nova Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, conhecida também como Constituição Cidadã.

42 Ao todo 24 candidatos de diferentes partidos disputaram as eleições para Presidente da República, no ano de 1989.

Estes desafios decorrerão não somente da ação legal e extralegal das classes dominantes, que resistirão, de dentro e de fora do governo, ao seu desalojamento do Executivo Federal. Haverá também a ação de muitos segmentos das classes exploradas, que cobrarão mudanças a curto prazo e se verão estimuladas – nas cidades e nos campos – a ações para apressar o processo de transformação econômica, social e política (PT, 1989a, p.09).

Porém, é no documento intitulado “Programa de Ação e Governo”, que o partido dará as linhas gerais das principais medidas adotadas pelo partido, se vencesse o pleito de 1989. Começa por uma total reforma e democratização no exército, com a criação de um ministério da defesa, extinguindo a tutela militar sobre a sociedade civil. Estímulo a participação popular nas decisões do governo, com mecanismo de organizações civis que participem das tomadas de decisões, não apenas do Estado, mas, também, de empresas privadas. A criação de um novo modelo econômico, em que os meios de produção atendam as necessidades sociais. Defende o fim da dependência de tecnologia estrangeira ao qual o país estava obrigado. Distribuição de renda, desconcentrando a riqueza. O fim do pagamento da Dívida Externa e contra a presença do capital estrangeiro. Projeta uma Reforma Agrária ampla, organizada pelos trabalhadores do campo. Uma agenda positiva em defesa das mulheres e negros. Apesar de não citar o termo “homossexuais” ou “gays”, afirma combater, com punição, qualquer tipo de discriminação no mercado trabalho. Saúde, educação, transporte, a necessidade de uma nova urbanização das cidades, voltado para os aspectos sociais, além da defesa da preservação da Amazônia, são os pontos finais do documento.

No documento “as diretrizes para a elaboração de um plano de governo”, o PT retrata a necessidade de uma luta pela hegemonia no interior do Estado. E, oportunizando, as eleições como meio necessário para essa luta pelo poder:

O PT assume a candidatura Lula convencido de que nas condições brasileiras atuais a luta institucional precisa ser assumida com espírito ofensivo e corajoso, abandonando-se **qualquer tipo de preconceito que ainda sobreviva entre nós diante da ação eleitoral, através das vias legais, na disputa por hegemonia até mesmo no interior de um Estado controlado pela burguesia** (PT, 1989b, p.03, grifos nossos).

E que: “Nosso projeto político vai além de ganhar a eleição presidencial. Seu sentido histórico é o de transformar o País, realizar uma revolução política e social” (PT, 1989b, p.04). Rechaça, o modelo “etapista” adotado pelos PC’s brasileiros e agrupamentos Marxistas-leninistas, de que seria necessário para o Brasil passar por uma etapa democrático-popular, antes de se chegar ao socialismo:

O PT não acredita na possibilidade de uma etapa de capitalismo popular no País. Ao contrário, por meio de um processo simultâneo de acúmulo de forças, enfrentamentos e conquistas dos trabalhadores criaremos as condições para dar início às transformações socialistas no Brasil. Por estas condições, o governo democrático e popular e o início de transição ao socialismo são elos do mesmo processo (PT, 1989b, p.08).

Por fim, no documento “o momento atual e as nossas tarefas”, apresenta um panorama para as eleições que coloca o partido como principal interlocutor das massas exploradas no Brasil. Pois, é o único partido a conseguir “(...) captar a insatisfação popular e dirigi-la para um programa de transformações econômicas, sociais e políticas” (PT, 1989c, p.01).

Segundo Aloisio Villar (2014), nas eleições a candidatura de Lula e do PT pouco a pouco foram ganhando adeptos e se tornando junto com a de Brizola, do PDT, as principais referências à esquerda. Lula tinha a simpatia de um grande número de artistas e intelectuais, e grande influência entre os trabalhadores do estado de São Paulo, principal zona eleitoral do país.

Lula virou quase unanimidade entre os artistas que se acotovelavam e disputavam espaço em sua propaganda eleitoral. Gente como Chico Buarque, Gil, Caetano e Djavan gravou seu jingle que também teve uma versão “*We are the world*” com praticamente todos os grandes artistas da época participando. (VILLAR, 2014. p.01).

Contrariando as principais expectativas, que tinham no candidato Brizola, histórico representante da esquerda, que já governará dois importantes estados brasileiros: Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, Lula consegue ir ao segundo turno com o candidato de direita: Fernando Collor de Melo. Fernando Collor, ou simplesmente Collor, era um desconhecido político brasileiro, até ser “catapultado”, pela imprensa nacional (VILLAR, 2014).

O segundo turno das eleições é marcado pela extrema agressividade do candidato de direita, que via dia a dia seu oponente se aproximando nas pesquisas de intenção de voto. Lula conseguia reunir ao redor de si, importantes políticos de centro e esquerda, como o candidato do PSDB, Mário Covas, e Brizola, o terceiro colocado do primeiro turno (VILLAR, 2014).

Segundo Villar (2014), ataques pessoais, a Lula, por parte de Collor e a edição tendenciosa da principal emissora do país, a Rede Globo de Televisão, na reportagem sobre o último debate, as vésperas da eleição, fizeram com que parte do

eleitorado indeciso optasse por Collor, fazendo-o ganhar as eleições com 53,03% dos votos válidos, contra 46,97% de Lula (TSE, 2017).

Lula, mesmo derrotado, conseguiu mais de 31 milhões de votos, basicamente, metade do eleitorado. O pleito de 1989, marcou o início da hegemonia do Partido dos Trabalhadores, como principal representante da esquerda brasileira. Isso ocorrerá, sobretudo, na década de 1990, quando o partido se tornará a referência de oposição aos governos neoliberais de direita, como veremos a seguir.

3. O PT NA DÉCADA DE 1990

A década de 1990 inicia com a crise do Socialismo Real, no leste europeu, que afeta de forma determinante todos os partidos de esquerda ao redor do mundo. No Brasil, esta década esteve fortemente atrelada com a luta pela manutenção democrática, combate aos problemas econômicos, principalmente inflacionários, que viam desde o período militar, e a implantação sob vários níveis de políticas neoliberais.

O PT se tornava a maior referência entre os partidos de esquerda, ao conseguir eleger prefeitos de grandes capitais, nas eleições de 1988, e de tornar Lula a principal “figura” da oposição aos sucessivos governos de direita.

Os primeiros anos da década de 1990, servem para o partido fazer em seu interior uma verdadeira “limpeza”, com expurgos de tendências, assim como tornar o partido cada vez mais estatizado. Teria dito José Dirceu, então Secretário Geral do partido, no começo dos anos 1990, que “era preciso abandonar a identidade com o socialismo real, aquele cadáver insepulto” (IASI, 2006, p.471). Para Lincoln Secco (2011), “os anos vindouros assinalariam a efetiva “estatização” do PT, antes de sua nacionalização” (SECCO, 2011, p.145).

Se tornar principal referência na esquerda, entre sucessivos governos de direita, fez o partido crescer durante toda a década. Para se ter uma ideia, em 1994, segundo dados oficiais do partido, contava com mais de setecentos mil filiados e, aproximadamente, 120 mil militantes, divididos em 2.304 diretórios espalhados pelo Brasil (SECCO, 2001, p.168). Se o partido se fecha internamente, regulamentando e expulsando correntes que não se enquadram as determinações da direção do partido, busca ampliar e modernizar a forma como interagem com suas bases sociais. No final da década de 1990, já “transformado”, criará formas de escolhas diretas para a executiva nacional e declarará abertamente seu “novo programa” em seus documentos oficiais.

Esta década representará, acima de tudo, a institucionalização e estatização do Partido dos Trabalhadores. O partido entrará na estrutura democrática nacional.

3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O GOVERNO COLLOR E O VII ENCONTRO NACIONAL

Um dia após tomar posse como presidente da república, em 16 de março de 1990, Collor e sua equipe de governo, anunciam um radical plano econômico, denominado Plano Collor (mais tarde, conhecido como Plano Collor I)⁴³. David Maciel (2011), sobre o Plano Collor I, lembra que este confiscou aplicações financeiras, trocou a moeda corrente que era o Cruzado Novo pelo Cruzeiro (sem corte de dígitos), reajustou tarifas públicas, proibiu reajustes de preços e salários, além de tentar combater aumentos inflacionários de forma artificial. O plano também determinava um amplo programa de privatizações. Durante o governo Collor foram privatizadas 18 estatais. Para o autor, é com Collor que o país entrará de forma determinante no projeto neoliberal.

Mesmo considerando a presença de medidas e determinadas políticas de cunho neoliberal nos governos Figueiredo (1979-1985) e Sarney (1985-1990), consideramos que a implantação do projeto neoliberal no Brasil, como elemento condutor da ação governamental em todas as suas esferas, inicia-se no governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992) (MACIEL, 2011, p.98).

Sob a bandeira do combate a inflação, o Plano Collor I, determinava um violento ataque aos direitos sociais e trabalhistas. O confisco das aplicações financeiras atingia, principalmente, os setores médios e pequenos correntistas. Os resultados obtidos no primeiro ano de governo foram decepcionantes. O combate a inflação não surtiu os resultados esperados: "(...) 11,3% em abril, 9,1% em maio e 9,05% em junho; em julho retoma-se uma tendência de alta que leva ao índice de 21,1% em fevereiro de 1991" (MACIEL, 2011, p.102). O PIB teve um decréscimo histórico, atingindo o recorde negativo de -4,4%, a menor taxa desde 1908 (MACIEL, 2011).

Renato Lemos (2010) e David Maciel (2011), afirmam que com dificuldades em conseguir apoio no congresso nacional, e sendo derrotado nas eleições de 1990, que elegeram novos deputados e governadores, o Partido Republicano Nacional (PRN), partido do presidente, foi, nessas eleições, apenas a sexta força política. Fernando Collor anuncia, em janeiro de 1991, o Plano Collor II que "(...) passa a adotar uma orientação marcadamente ortodoxa, baseada na alta dos juros, na restrição ao crédito, no corte de gastos públicos, na liberalização da área financeira e na renegociação da dívida externa" (MACIEL, 2011, p.103), medidas que visavam a entrada de capital estrangeiro.

Essas medidas não foram suficientes para melhora substancial da economia. "Ao lado de um acelerado aumento da taxa de desemprego e

43 O conjunto de planos econômicos do governo Collor, Collor I e Collor II, tinham o nome oficial de Plano Brasil Novo.

da redução de salários, a taxa de crescimento do PIB, que já tinha sido fortemente negativa em 1990 (-4,4%), elevou-se timidamente em 1991 (1,1%), para cair novamente em 1992 (-0,9%), configurando uma clara recessão econômica (MACIEL, 2011, pp.103-104).

Segundo Danilo Enrico Martucelli (2010) e David Maciel (2014), em 1991 o descontentamento popular se intensifica, fazendo o governo aumentar o fisiologismo político, criando um balcão de negócios com setores mais à direita do congresso nacional, abrindo espaço para partidos como PFL, PTB, PL, PDC, etc. Um conjunto de forças políticas e setores populares, como estudantes universitários, Ordem dos Advogados do Brasil, movimentos ligados à Igreja Católica, organizam manifestações políticas contra o governo, que ficaram conhecidas como “Fora Collor” e movimento dos “Caras Pintadas”⁴⁴. “Apoiados por diversas forças sociais e partidos políticos, o “Fora Collor” se notabilizou por reeditar uma campanha policlassista e de perfil nacional, como nas “Diretas Já” de 1984” (MACIEL, 2014, p.104); (MARTUCELLI, 2010).

Com o governo recuado, após uma série de denúncias que envolviam desde funcionários do alto escalão do governo até o presidente, em 29 de setembro de 1992 a Câmara dos Deputados aprova o pedido de *impeachment*⁴⁵, obrigando Collor deixar o governo para dar sequência às investigações. Em 29 de dezembro Collor renúncia a presidência da república. Seu vice, o mineiro, Itamar Franco que havia abandonado o PRN para se filiar ao PMDB assume a presidência da República.

Entre os dias 31 de maio a 03 de junho de 1990, ocorre em São Paulo (SP), no auditório do Anhembi, o sétimo Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores. A tônica do Encontro se dá sobre a derrota de Lula, nas eleições de 1989, e a fase inicial do governo Collor. Para Iasi (2006), dois foram os documentos principais discutidos e aprovados no Encontro. O primeiro deles, denominado, “o socialismo petista” era uma carta que discutia a queda do Muro de Berlim e seus impactos para os países do bloco soviético e dos países socialistas europeus. Coloca-se de forma crítica ao modelo adotado pelos países do, chamado, socialismo real do leste europeu. Modelo incompatível com o projeto petista.

44 O movimento dos Caras Pintadas, foi um movimento surgido entre estudantes universitários e secundaristas e teve como característica a pintura verde e amarelo (cores da bandeira nacional) pintada nos rostos dos manifestantes. Teve como principal líder, o estudante carioca Lindberg Farias (ABREU, 2010).

45 Em 01 de novembro o pedido de *impeachment* é votado e aprovado no Senado Federal.

O PT apoia a luta dos trabalhadores e dos povos pela sua libertação, assumindo a defesa dos autênticos processos revolucionários, mas o faz com total independência política, exercendo plenamente o seu direito de crítica. **Foi assim que, desde a sua fundação, o PT identificou na maioria das experiências do chamado socialismo real uma teoria e uma prática incompatíveis com o nosso projeto de socialismo.** A sua profunda carência de democracia, tanto política quanto econômica e social; o monopólio do poder por um único partido, mesmo onde formalmente vigora o pluralismo partidário; a simbiose Partido/Estado; o domínio da burocracia enquanto camada ou casta privilegiada; a inexistência de uma democracia de base e de autênticas instituições representativas; a repressão aberta ou velada ao pluralismo ideológico e cultural; a gestão da vida produtiva por meio de um planejamento verticalista, autoritário e ineficiente – tudo isso nega a essência mesma do socialismo petista. (PT, 1990a, p.03).

Nesse mesmo documento a crítica ao capitalismo é feita sob a bandeira da radicalização da democracia. O partido não dá uma resposta clara a pergunta “mas qual socialismo?” (PT, 1990a, p.05), afirmando, apenas, buscar no processo dialético respostas que virão com a negação “(...) das formas de dominação que combatemos ou resultam de convicções estratégicas que adquirimos em nossa trajetória de lutas” (PT, 1990a, p.05).

Inútil sublinhar a magnitude da tarefa histórica que é responder teórica e praticamente a tais indagações [da pergunta: mas qual socialismo?]. Tarefa que não depende somente do PT e deve engajar todas as energias libertárias disponíveis em nossa sociedade, assim como valer-se de esforços análogos realizados em outros quadrantes (PT, 1990a, p.05).

Para Mauro Iasi (2006), em 1990, no sétimo Encontro Nacional, o partido passa a se identificar como defensor da democracia radical, anticapitalista e uma simbiose entre socialismo e humanismo. Termos como “ditadura do proletariado”, ou “propriedade estatal” passa a não ser mais bem-vista dentro do partido. Especialmente em seus documentos públicos. “Por contraste, o perfil do socialismo defendido seria uma unidade entre “socialismo e humanismo” a partir de uma “recuperação ética da política” (IASI, 2006, p.456), mais a frente “(...) o contraponto ao capitalismo é cada vez mais a “democracia” e não o socialismo” (IASI, 2006, p.455). Vejamos uma parte do documento:

No plano político, lutamos por um socialismo que deverá não só conservar as liberdades democráticas duramente conquistadas na sociedade capitalista, mas ampliá-las. Liberdades válidas para todos os cidadãos e **cujo único limite seja a própria institucionalidade democrática.** Liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da

coação do capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos (PT, 1990a, p.06).

O segundo documento de importância, segundo Iasi (2006), “o longo texto denominado Construção Partidária” (IASI, 2006, p.458), abordava a relação, já conflituosa e confusa, com as bases sociais do partido e a sociedade.

Desse modo, salta à vista que há inúmeras formas de relacionamento do PT com a atual sociedade brasileira, decorrentes de sua própria existência e derivadas dos embates entre as ideias e ações do PT e outras forças políticas e sociais ou de ações espontâneas da base da sociedade. O grande problema do PT, nesse caso, consiste em conhecer o mais aproximadamente possível os diferentes atores (sociais e políticos) com os quais se relaciona, na maioria das vezes espontaneamente e sem controle, e imprimir a tal relacionamento um caráter consciente, planejado e organizado (PT, 1990b, p.04).

Sobre este documento haveria dois tipos de “bases” que se relacionaria com o partido, as bases militantes que seriam aqueles que “(...) mais se integram nas atividades orgânicas do Partido” (PT, 1990b, p.10) e as bases partidárias “(...) compostas pelo conjunto dos filiados” (PT, 1990b, p.10). Assim como:

Além disso, porém, existem na sociedade setores que se vinculam com o PT de maneira indireta, esporádica e fluida, mas que devem ser objeto de sua atenção e de políticas de atuação específicas. Entre estes, situam-se o eleitorado petista, diversificado e variável, os setores que têm o PT como referência de suas ideias e ações e as classes e grupos sociais cujos interesses e aspirações o Partido procura representar e exprimir, e cuja ação coletiva e organizada o PT pretende dirigir politicamente. São as bases sociais do Partido (PT, 1990b, p.10).

Acima de tudo o documento busca identificar/caracterizar quem era de fato o militante do partido: “É natural que a organização política abarque um número menor que a própria classe que quer representar, porém a questão central é: o que diferencia o militante partidário do indivíduo que vagamente se referencia [...] por uma identidade meramente eleitoral?” (IASI, 2006, p.458).

Se, de fato, o militante era aquele ligado a alguma corrente interna, o documento tratou de diminuir a influência dessas para o partido, limitando a influência das correntes a suas “normas democráticas de funcionamento” (PT, 1990b, p.11).

O terceiro documento aprovado, intitulado “Conjuntura e Tática”, faz uma ampla análise de conjuntura dos primeiros meses do governo Collor. Onde afirma, que: “Nossa tarefa central é a oposição ao Governo Collor, especificamente à sua política econômica e ao estilo Collor, autoritário, **populista**, sustentado pela avassaladora propaganda dos meios de comunicação” (PT, 1990c, p.04, grifos nossos). Mais a frente,

propõe uma articulação/frente dos partidos mais à esquerda, incluindo o PDT, que era “demonizado” por algumas correntes internas. Vendo-o como partido populista de latifundiários (SECCO, 2015).

Nossa política no plano institucional visa enfrentar o Governo Collor com o objetivo de criar um polo alternativo. Nesse sentido, devemos atrair o PCdoB, o PCB, o PDT e o PSB para uma frente democrático-popular de oposição no Congresso Nacional e nas eleições. Estaremos, assim, criando condições, a médio prazo, para a luta contra o pacote e a reestruturação do capitalismo brasileiro (PT, 1990c, p.04).

Um conjunto de moções de repúdio, solidariedade e de apoio foram aprovadas no Encontro. Entre elas estava o repúdio a tentativa de restabelecer a pena de morte no país e de solidariedade ao povo cubano que vem resistindo aos ataques do imperialismo estadunidense. Se havia críticas, claras e diretas, ao modelo adotado na União Soviética, esta não chegava a outros países socialistas como Cuba.

A nova eleição para a Comissão Executiva Nacional, elege Lula como presidente, tendo Luiz Gushiken, José Genoíno e Benedita da Silva como vices presidentes, e José Dirceu como Secretário Geral do Partido (PT, 1990d).

Sobre o sétimo Encontro, Walson Lopes (2014), afirma que as transformações econômicas e políticas que ocorriam ao redor do mundo, necessariamente as mudanças do bloco socialista na Europa, propiciaram que militantes com perfil moderado, encontrassem argumentos suficientemente válidos, para afastar qualquer alternativa ligada aos ideais revolucionários, e do socialismo.

Influenciados pelas transformações econômicas e políticas que estavam ocorrendo nos países europeus pertencentes ao campo do “socialismo real”, **inúmeros dirigentes petistas com viés socialdemocrata (os moderados) se sentiram “amparados pela história” para rechaçar abertamente qualquer horizonte próximo ou distante de lutar por uma revolução socialista. Para eles já era hora de depurar o partido de seu estigma de radical esquerdista.** O partido deveria se apresentar à “sociedade civil”, nesse momento, com projetos políticos que denotassem seu amadurecimento e responsabilidade frente às exigências das “instituições democráticas brasileiras”. O trauma do “quase lá” de 89 não poderia se repetir. Era preciso conquistar a confiança da “sociedade civil”; demonstrar que o partido estava pronto para governar para todos, independente da classe social, visto que para esses petistas todos somos “cidadãos” (LOPES, 2014, p.25, grifos nossos).

O partido então se coloca na construção não de um Encontro, mas de um Congresso partidário. O I Congresso do PT acontecerá, em dezembro de 1991, na cidade de São Bernardo do Campo (SP).

3.2 O PRIMEIRO CONGRESSO DO PT

O Primeiro Congresso do Partido dos Trabalhadores ocorre sobre uma intensa crise de governo. Se por um lado o neoliberalismo adotado por Collor e seus ministros não surtiam os efeitos desejados e aprofundava a crise econômica que vinha desde os governos militares, no plano internacional os partidos de esquerda lidavam e tentavam entender a implosão ocorrido no sistema soviético. Como aponta Lincoln Secco (2011), foi determinante os acontecimentos que vão de agosto daquele ano, quando o líder soviético Mikhail Sergueievitch Gorbachev é retirado do governo, até a total destituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 26 de dezembro de 1991.

Se os documentos apresentados no VII Encontro Nacional, preferiram a utilização de termos, como: democracia radical, anticapitalismo, humanismo, etc. Lincoln Secco (2011) e Atilio Bóron (2014) concordam sobre estar em voga, dentro do partido, um determinado tipo de orientação, que ficou conhecida como “Estratégia da Pinça”. Segundo Bóron (2014):

A “estratégia da pinça” foi um passo, decisivo, para que a esquerda socialista brasileira iniciasse o mergulho profundo na institucionalidade do qual nunca mais emergiu. De gabinetes a prefeitura, cargos e verbas, até governos/ministérios. Gerações a fio, trituradas pela máquina de moer gente (Atilio Bóron *Apud* SANTA, 2014, p.01).

A “Estratégia” consistia em combinar a luta democrática institucional com a dos movimentos sociais, concentrando um acúmulo de forças do movimento de esquerda fora da institucionalidade. Construindo “poder popular” e, assim, uma dualidade de poderes com o Estado burguês.

Neste sentido, a hipótese estratégica central deve basear-se na noção de que a ruptura com a ordem burguesa será o resultado de um movimento articulado, em pinça, dos trabalhadores sobre o centro de poder burguês - isto é, pela combinação do avanço sobre a institucionalidade com a criação do poder popular. (...) A partir desta perspectiva, o partido revolucionário deve cumprir o papel insubstituível de “articulador da pinça”, **isto é, dirigir o duplo movimento dos trabalhadores na institucionalidade e nas lutas sociais** - sobre os centros de dominação burguesa (GUIMARÃES, 1990, pp.02-03, grifos nossos).

Para Russell Jacoby (2001), era uma visão que se adequava com um certo pessimismo da esquerda mundial, principalmente entre intelectuais, com as possibilidades do socialismo após as experiências do socialismo real. Muito em voga após a década de 1950, com a “Desestalinização” ocorrido no seio do Partido Comunista Soviético e também no final da década de 1980 com a crise do bloco soviético. “(...)

Numa época de decomposição ideológica os homens de esquerda só se arriscam a propor as mais modestas metas e ideias” (JACOBY, 2001, p.35). Citando Michael Tomasky, afirma:

Ninguém hoje seria capaz de falar seriamente em dismantelar o capitalismo, por exemplo, que era o principal projeto da esquerda na América (...) Da mesma forma, ninguém poderia falar seriamente na possibilidade de um socialismo mundial. Para Tomasky, os limites extremos da aspiração política serão pequenas reformas no mercado. “O primeiro princípio de um novo programa de esquerda é (...) gerar uma estratégia para proteger as famílias de trabalhadores na era da globalização” (JACOBY, 2001, p.36).

As principais teses em debate no Congresso foram a do PCBR, denominada Brasil Socialista, que defendia que estruturalmente o Brasil, ainda tinha, fortes elementos orientais (do ponto de vista gramsciano). A tese assinada por intelectuais do partido, como Hélio Bicudo, Florestan Fernandes, entre outros, denominada “Socialismo e Liberdade” que fazia uma crítica, ao que consideravam excessos cometidos por algumas tendências internas do partido. As teses que reuniu distintos grupos de esquerda do partido: “Por um PT socialista e revolucionário” e “Projeto para o Brasil”, este último, considerada a mais à direita no congresso⁴⁶. Secco (2001), lembra que as correntes mais à esquerda como O Trabalho, Convergência Socialista e a Causa Operária, tinha em suas respectivas teses “(...) a tendência à idealização do passado [...] Era uma resposta aqueles que desejavam refundar o partido” (SECCO, 2011, p.153)⁴⁷. Porém, a tese-guia foi a da direção do partido, a Articulação, que depois de ter algumas emendas integradas a tese principal, foi a base para a resolução principal do Congresso (SECCO, 2011).

Para Lopes (2014), todos os possíveis conflitos ocasionados no VII Encontro Nacional, do ano anterior, pela mudança de posicionamento do partido, além de todas as políticas dispersas que vinham sendo adiadas, foram “condensados” no primeiro Congresso do Partido.

As resoluções aprovadas explicitam que o Partido dos Trabalhadores havia se tornado um partido reformista preocupado em “radicalizar a democracia” brasileira; e que essa radicalização seria de agora em diante o grande princípio do socialismo petista. “Para o PT, socialismo é sinônimo de radicalização da democracia” (...), diz uma das deliberações. Ainda

46 Segundo Lincoln Secco (2011), a tese defendia o PT como um partido adepto da não-violência.

47 “Em defesa do PT das origens” era o nome da tese elaborada pela Convergência Socialista; “Em defesa do PT” a tese elaborada pelo grupo O Trabalho.

segundo essas resoluções, o PT deveria lutar para reformar o Estado e elevar milhões de brasileiros à condição de cidadão, democratizando, portanto, a sociedade brasileira. A cidadania foi indelevelmente impregnada ao discurso petista: “O movimento sindical tem que considerar o trabalhador não só como assalariado, mas também como produtor, contribuinte e, principalmente, eleitor e cidadão, assumindo plenamente a luta política pelo alargamento dos direitos da cidadania”. (...) O neoliberalismo e a corrupção foram os grandes obstáculos identificados pelo partido para a realização desse projeto político e que deveria ser enfrentado por todos aqueles que quisessem o desenvolvimento do Brasil. Assim sendo, o PT fez um chamado por um pacto social que viabilizasse a derrota do projeto neoliberal de Collor e possibilitasse “uma nova alternativa de governo para o País (LOPES, 2014, p.26).

Se para Denis Rosenfield (2002) o PT é um partido que “se divide em duas grandes correntes, a revolucionária e a reformista, em que pese a grande variedade de tendências internas” (ROSENFELD, 2002, p.45). Coube ao Iº Congresso do Partido, resolver este “problema” para os moderados. É neste congresso que ocorre a regulamentação de tendências, que possibilita a expulsão de duas correntes internas, consideradas radicais, de orientação trotskista, são elas a corrente Causa Operária e a Convergência Socialista. Para a expulsão da Convergência Socialista, foi utilizada o critério de que esta estava construindo um “partido dentro do partido”, sobre isso o secretário geral do PT, José Dirceu concluía:

A justificativa para a presente proposta é a realidade, e o que é público e notório dispensa provas, como dizem o direito das gentes, a tradição, os costumes e a própria lei. A prática da CS é um escárnio à democracia petista e afronta à militância. Não só a existência de um partido dentro do PT, com direção, instâncias e disciplinas próprias, finanças, relações internacionais, sedes próprias em número declarado de 30 (esse número já foi de 140); jornal com 4 mil exemplares (já foi de 10 mil), atos públicos e manifestações próprias, política e palavras de ordem própria e ultimamente oposição pública e declarada à política do PT e ao próprio PT (DIRCEU, 1992, p.01, grifos nossos).

Já para Diego Cruz (2009), membro do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, partido criado por membros da Convergência Socialista após a expulsão, a causa do expurgo, está relacionada com a direção do PT, a época representado pela Articulação, em sustentar o regime “democrático burguês”. Para a direção petista, Lula seria o principal candidato às próximas eleições, que ocorreriam em 1994. Portanto, para a direção do partido, a melhor política a ser adotada era esperar o pleito. Não estava mais em pauta causar qualquer ruptura com a instituição democrática, vejamos o relato de Cruz:

Em dezembro de 1991, no primeiro Congresso Nacional do PT, a Articulação recusou-se a adotar uma política de mobilização de massas

para derrubar o corrupto governo Collor de Mello. José Dirceu, então secretário geral do partido, em entrevista ao próprio jornal da Convergência, explicou a posição da direção do PT sobre o “Fora Collor”: “Uma das duas: ou se trata de uma bandeira para agitação ou propaganda, ou na verdade encobre a tática da CS de propor ao PT derrubar o governo Collor, expressa na palavra-de-ordem ‘Fora Collor’. Estou contra que o PT assumira essa tática e se misture a setores de direita contra o governo e, pior, que o PT se isole na sociedade e no Congresso Nacional” [Convergência Socialista, edição 317]. A Articulação se jogava para sustentar a estabilidade do regime democrático-burguês e manter o calendário eleitoral, esperando que o PT saísse vitorioso das eleições marcadas para 1994. O problema é que já naquele momento o governo Collor era odiado pela maioria da população. A CS não podia aceitar uma decisão que significava uma traição aos trabalhadores, estudantes e setores populares que começavam a se mobilizar contra o governo burguês de plantão. Por isso, continuou a organizar atos em todo o país pelo Fora Collor. Mais tarde, quando centenas de milhares de pessoas foram às ruas, a direção do PT deu uma guinada e resolveu, sem qualquer autocrítica, adotar esta bandeira. Mas a decisão de expulsar a CS já estava tomada. A direção do PT sabia que a CS não estava disposta a disciplinar-se a linha oportunista do partido. Para isso aprovou, uma resolução proibindo as correntes internas de manter relações internacionais, ter sede própria, imprensa e finanças independentes (CRUZ, 2009, p.01).

Segundo Danilo Martuscelli (2010), o PT não soube catalisar, em seus primeiros momentos, a insatisfação popular que já era vista nas ruas e em amplos movimentos de massas. Se no começo do governo, Collor, tinha apoio de grande parte do empresariado e de amplos setores de mídia, no final de 1991 o governo se encontrava combatendo o aumento inflacionário com medidas impopulares. Em 1992, até mesmo setores de direita já criticavam o governo publicamente e disputavam espaço nas passeatas e manifestações que ocorriam pelo país. Mesmo com todas as políticas impopulares, implementadas pelo modelo econômico neoliberal, o discurso de contestação que se ouve nas ruas é direcionado a moralidade e a ética no governo.

Por paradoxal que possa parecer, com o progressivo acirramento da crise política no Brasil, as críticas feitas à política econômica e social implementada pelo governo federal perderam fôlego. Em contrapartida, a aposta no avanço das investigações de corrupção na base governamental, a defesa da ética na política e o chamado do *impeachment* de Collor passaram a ser a tônica da luta das forças sociais de oposição ao governo. (...) Apesar de o discurso da ética na política remeter, não raro, a descontentamentos específicos e diversos provocados em diferentes setores sociais, pelo início da implantação do programa neoliberal, mesmo quando tais descontentamentos não eram verbalizados pelos agentes, o discurso hegemônico no movimento pelo *impeachment* de Fernando Collor foi um discurso moralista contra a corrupção, deixando de lado a crítica à política estatal em vigência (MARTUSCELLI, 2010, pp.544-547).

Para o autor, a política criada pelo partido em que separava as políticas adotadas para o governo Collor e o programa de governo para as eleições de 1994, acabavam por gerar confusão entre a população: "(...) Ora o PT aceitava negociar com o governo federal, alimentando as mesmas ilusões que o sindicalismo propositivo [...] ora o PT orientava sua linha política para o cronograma das atividades eleitorais previstas para 1994" (MARTUSCELI, 2010, p.552).

Enfim, a ênfase na crítica ao modo como o governo federal implementava sua política e aos efeitos desta levou o PT a adotar uma tática que não o confrontava com o bloco no poder neoliberal. Isso, possivelmente, conduziu esse partido a desarmar-se para a luta contra o projeto hegemônico das classes dominantes quando ocorreu a crise do governo Collor em 1992 (MARTUSCELI, 2010, p.552).

Ainda em 1992 o PT participará das eleições a prefeitos e vereadores que ocorrerão por todo país. Nesta eleição o partido perderá sua principal conquista eleitoral, até então, a prefeitura de São Paulo (SP), mas ganhará em outras quatro capitais: Belo Horizonte (MG), Goiânia (GO), Rio Branco (AC) e Porto Alegre (RS), esta última se tornará reduto indiscutível do PT, lá o partido elegerá os próximos três prefeitos de forma consecutiva (TSE, 2017).

3.3 O VIII ENCONTRO NACIONAL E O PLANO REAL

Após a renúncia de Fernando Collor, em dezembro de 1992, sendo empossado, seu vice, Itamar Franco, que busca, agora filiado ao PMDB, um governo de coalizão, em certa medida freando, mas não abolindo o modelo neoliberal adotado por seu antecessor. Inicia um período de ajustes econômicos. Rafael Lugli Rodrigues (2014), afirma que dada a forma como Itamar Franco chegou ao poder, levantava severas dúvidas, sobre seu governo entre a opinião pública. Monica Piccolo de Almeida (2010), afirma que mesmo com o desmonte da equipe econômica, a política econômica, baseada no Consenso de Washington⁴⁸, com planos de "enxugamento" das estruturas do Estado continuaram a ocorrer. Um exemplo, foi a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, mesmo seu projeto de privatização ser muito criticada, projeto este iniciado no governo Collor, foi vendida ao capital privado em 1993 pelo governo de Itamar Franco.

A saída de Collor desmontou a equipe econômica, levou o PMDB ao poder, colocou no ostracismo a "Gangue de Pequim"^[49], mas não interrompeu o processo de implementação da agenda do Consenso de Washinton. Mais

48 O Consenso de Washington foi um plano internacional, anunciado em 1989, que tinha como meta expandir as políticas econômicas de cunho neoliberal para países subdesenvolvidos, principalmente no continente americano.

ainda, não desarticulou um dos mais importantes pontos das chamadas “reformas estruturais”, ou seja, a privatização (...) (ALMEIDA, 2010, p.272).

Segundo Secco (2011), o PT manteve acaloradas discussões se deveria ou não fazer parte do governo de Itamar Franco, assim como fez o PSDB, “O PT encontrava-se ou acreditava-se nas portas da vitória eleitoral. Assim, o seu VIII Encontro Nacional, realizado em junho de 1993⁵⁰, teve como pauta a disputa pela presidência no ano seguinte” (SECCO, 2011, p.158). Dentro das questões organizativas para a disputa eleitoral, o caráter das coligações foi o tema mais debatido no Encontro: “Muitos queriam uma aliança orgânica com o PSDB, por exemplo, como era o caso do Deputado Federal Eduardo Jorge (PT-SP). Assim, a política de alianças era o debate central” (SECCO, 2011, p.159). Também, buscava encontrar uma “nova maioria” que dirigisse o partido durante o processo eleitoral de 1994 “(...) já que a direita partidária não dava rumo ao partido e parecia diluir o papel dirigente do PT nas alianças casuais defendida por certos deputados” (SECCO, 2011, p.159).

Esse Encontro foi responsável pela derrota histórica da corrente majoritária Articulação (Unidade na Luta), que teve sua tese votada por apenas 29,34% dos delegados, atrás da composição entre “Uma opção de esquerda” com 36,48% e “Na luta PT” com 19,11% dos votos. Juntas essas duas correntes formavam o que seria a ala esquerda do partido, que ficou conhecida durante este período como “Nova Maioria”.

O documento, intitulado, “Carta de Brasília” apresenta críticas a impunidade de Fernando Collor, e denúncia o governo de Itamar Franco, que: “(...) não reverteu o processo de privatização, permitiu que ocorressem processos escandalosos, como no caso da CSN [Companhia Siderúrgica Nacional], e agora fala em ampliar e acelerar esse processo terminal de privatização do Estado” (PT, 1993a, p.01). Para em seguida defender as “conquistas sociais” da Constituição de 1988, ao quais seus parlamentares constituintes votaram contra: “As elites conspiram contra os direitos sociais da Constituição e tentam aprofundar o ajuste neoliberal na revisão constitucional marcada para 5 de outubro” (PT, 1993a, p.01). A solução proposta pelo PT está, novamente, na moralização da política:

O PT entende que existem condições históricas para promover um processo de transformação estrutural que enfrente a crise e supere a miséria e a desagregação social, mas essa tarefa não será realizada por

49 Nome dado a um grupo de políticos que, reunidos em Pequim (capital da China), tiveram a ideia de lançar Fernando Collor às eleições de 1989.

50 O VIII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, se realizou no Centro de Convenções de Brasília (capital federal), entre os dias 11 a 13 de junho de 1993.

este governo É preciso reverter o imobilismo que se espraia pelo País e atinge os movimentos sociais. É preciso revigorar as lutas sociais e mobilizar a sociedade civil e os trabalhadores, **para resgatarem o significado do Movimento pela Ética na Política** e impedir a continuidade do arrocho de salários, do processo inflacionário e o agravamento da crise econômica e social (PT, 1993a, p.01, grifos nossos).

Outro documento aprovado no encontro “o momento político”, que faz um balanço do primeiro ano do governo Itamar Franco em que afirma que este governo é igual ao governo anterior, de Fernando Collor, pois mantém a mesma fórmula econômica, e dá continuidade ao projeto neoliberal e privatista de Collor:

As iniciativas da nova equipe, até o momento, apontam para uma reforma do Estado na direção do Estado Mínimo, com violentos cortes orçamentários na área social, inspirados no ideário neoliberal. O governo volta à retórica vazia do pacto social, enquanto se nega a aprovar uma política salarial apresentada pela Bancada do PT no Congresso Nacional (PT, 1993b, p.01).

Faz um balanço positivo por não aceitar participar do governo: “Confirma-se, portanto, a justeza da posição definida pelo PT — apesar das ambiguidades do primeiro momento — de manter-se fora do governo (...)” (PT, 1993b, pp.01-02). Se coloca como principal partido de oposição, para as disputas presidenciais de 1994 e projeta alianças que vão além dos partidos socialistas:

A necessidade de construir um arco de alianças que viabilize a vitória, e também o cumprimento do programa transformador, exige uma composição partidária mais ampla que a dos partidos que se assumem como esquerda, como o PSB, o PPS, o PCdoB, o PCB e o PSTU. Merecem análise à parte os partidos e articulações de centro-esquerda, particularmente Brizola, com seu PDT, e o PSDB, que vêm tendo políticas ambíguas, mas que poderão interferir decisivamente na disputa de hegemonia posta na conjuntura (PT, 1993b, p.04).

O PSDB, na época, era visto pelo partido como um “campo em disputa”: “No entanto, apesar de não integrar o campo democrático e popular, o PSDB abriga setores progressistas. Hoje, predomina no PSDB a busca da terceira via, mas amanhã pode estar mais próximo de nós” (PT, 1993b, p.05). Segundo Lincoln Secco (2011), o que o PT não sabia é que o PSDB já alimentava um projeto de poder que alijava o PT.

O documento “por um governo democrático e popular”, faz uma análise das eleições de 1994, e as possíveis coligações que, segundo o texto, se dividirá naqueles que continuarão a defender “o *apartheid* social” no Brasil e aqueles que defenderão, assim como o PT, reformas estruturais amplas. Para o PT as mudanças sociais serão produto de amplas conquistas democráticas: “a superação do modelo excludente é parte de uma revolução democrática, que mude radicalmente as bases do

poder” (PT, 1993c, p.01). Ainda segundo o documento, ganhar a população para as reformas estruturais era a chave para a conquista das próximas eleições. A vitória eleitoral do PT se desdobraria em reformas antimonopolistas, antilatifundiárias e antiimperialistas. “Nosso programa estará voltado para os setores e segmentos sociais que constituem a maioria da população: os trabalhadores, os marginalizados, as classes médias, os pequenos e médios empresários” (PT, 1993, p.04).

Para Executiva Nacional são eleitos, nesse Encontro, Lula como primeiro presidente. Rui Falcão, Aluizio Mercadante e Luíz Eduardo Greenhalgh, como vices-presidentes. Gilberto Carvalho é eleito secretário-geral do partido (PT, 1993d, pp.01-02).

Mauro Iasi (2006), Valério Arcary (2014a) e Lincoln Secco (2011), concordam que o PT, já nesta época, enfrentava algumas contradições entre o discurso e a prática. O primeiro deles estava relacionado em fazer ou não parte do governo de Itamar Franco, que “pendia” para um governo de centro-esquerda e pretendia fazer um governo de “coalizão política” com partidos de todas as vertentes ideológicas. Se o discurso, como vimos, defendia a não participação do PT ao governo, na prática, Luiza Erundina, ex-prefeita de São Paulo (SP) e uma das principais figuras públicas do partido aceitou fazer parte do ministério, tornando-se ministra-chefe da Secretaria da Administração Federal, sendo punida, mas não expulsa, pela executiva do partido. Já nos municípios, enquanto a crítica as privatizações, ocorridas nos governos Collor e Itamar Franco, eram os carros chefes do discurso petista, em duas prefeituras comandadas pelo PT, em Ribeirão Preto (SP) e Londrina (PR), ocorriam a venda de empresas de telecomunicações municipais. Outro caso ocorrido em 1994, foi a expulsão do militante petista Paulo de Tarso, ex-assessor da administração do governo do PT na cidade de São José dos Campos (SP), que acusou membros próximos de Lula por desviar recursos públicos para o PT, um tipo de caixa 2. Para Lincoln Secco (2011) “o PT pareceu muitas vezes ter herdado a técnica do leninismo sem os seus valores” (SECCO, 2011, p.175).

A direção do Partido dos Trabalhadores, crentes no potencial eleitoral de Lula, para as eleições presidenciais de 1994, não contavam com um fato novo ocorrido na política econômica do governo Itamar Franco. Em 19 de maio de 1993 é empossado como novo Ministro da Fazenda o sociólogo, conhecido por suas obras no campo da Teoria da Dependência, Fernando Henrique Cardoso. FHC, como ficou conhecido, era o sétimo ministro da fazenda em sete meses de governo, que enfrentava uma

hiperinflação que chegara a 2.400% neste ano (SECCO, 2011) (IASI, 2006) (BRESSER-PEREIRA, 1994).

Liderando uma equipe econômica ligado ao PSDB, Fernando Henrique lança⁵¹, em fevereiro de 1994, um novo plano econômico que estabilizará a economia com uma moeda forte, o Real, modelo semelhante já adotado em outros países que vinham enfrentando “perdas” econômicas, como México e Argentina. Cabe salientar que estas medidas econômicas estavam de acordo com as políticas do, chamado, Consenso de Washington.

Em maio de 1993, com a nomeação de Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda, teve início a montagem de um programa econômico que revelaria grande eficácia em matéria de combate à inflação e resultaria no alinhamento de aspectos centrais da política econômica do país ao modelo de estabilização e integração internacional que vinha sendo aplicado em outros países da América Latina, particularmente no México e na Argentina (BATISTA JR., 1994, p.129).

Segundo Bresser-Pereira (1994), o Plano Real, foi o melhor, entre os 13 planos econômicos adotados desde 1979, pois:

(...) dá conta de forma adequada das duas causas fundamentais da inflação brasileira – a crise fiscal e a inércia inflacionária –, mas principalmente porque, em relação à inércia adotou uma solução rigorosamente inovadora: a coordenação prévia dos preços relativos através da URV [Reforma monetária que aboliu o cruzeiro e adotou a Unidade Real de Valor (URV)]. Dessa forma foi possível neutralizar as defasagens nos aumentos de preços que caracterizam a inflação crônica ou inercial (BRESSER-PEREIRA, 1994, p.129).

Segundo João José de Oliveira Negrão (1996), o Plano Real consegue estabilizar a economia nacional, que há muito tempo vinha sofrendo com inflações, constantes trocas de moedas e medidas, muitas vezes extremas, que pouco surtiam efeitos. Alçado pela mídia como “Pai do Real” e “estabilizador da economia”, Fernando Henrique Cardoso se torna o candidato natural do governo as eleições presidenciais de 1994. É eleito pelo PSDB logo no primeiro turno, com um uma chapa que tinha o liberal Marco Maciel⁵² como vice, com uma votação expressiva de 54%, contra 27% de Lula, o segundo colocado (TSE, 2017).

51 Não existe total acordo, entre os pesquisadores, se Fernando Henrique Cardoso foi mesmo o “pai do Plano Real”, como passou a ser conhecido, ou apenas um dos muitos envolvidos no projeto.

52 Pelo Partido da Frente Liberal, o PFL.

3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O GOVERNO FHC E O X ENCONTRO NACIONAL

Para Emir Sader (2006) e Amado Luiz Cervo (2000) é correto afirmar que a estabilidade econômica, obtida com o Plano Real, possibilitou ao governo de Fernando Henrique Cardoso, eleito no primeiro turno com uma grande margem de votos, colocar novamente o pensamento neoliberal como fórmula econômica privilegiada de governo. Será no governo de FHC que as privatizações de empresas estatais atingirá seu auge, segundo Sader (2006): “[...em seu governo] promoveu o maior processo de privatizações que o país havia conhecido. Toda a indústria siderúrgica foi entregue à iniciativa privada, assim como as telecomunicações e parte do setor elétrico (...)” (SADER, 2006, p.254).

Damos ênfase aqui as privatizações, pois foi com um discurso “antiliberal” e “antiprivatização” que o PT centrará suas críticas enquanto oposição ao governo, principalmente após o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (SECCO, 2006).

Outras medidas dos oitos anos⁵³ de governo de Fernando Henrique, são, segundo Negrão (1996), precarização dos direitos trabalhistas. Reformas nas áreas da Previdência, administrativas e econômica, tentando assim diminuir o papel do Estado na sociedade. Uma maior ênfase do executivo sobre o legislativo: “Sofremos de “executivismo”: nunca antes o Executivo legislou tanto, seja por meio das medidas provisórias ou de projetos enviados ao Congresso” (NEGRÃO, 1996, p.08). A manutenção econômica com juros “excessivamente” altos, maior abertura para o capital internacional “(...) e uma forma de atrair para cá o chamado capital volátil, em boa parte especulativo” (NEGRÃO, 1996, p.08).

Fábio Pereira dos Santos (2000), afirma que a criação e manutenção do Plano Real, nos anos de governo de Fernando Henrique Cardoso, fez aumentar consideravelmente a Dívida Pública nacional: “(...) estratégia seguida para a estabilização monetária no Brasil, implementada a partir de meados de 1993, resultou em um rápido e expressivo crescimento do endividamento público entre 1994 e 1998” (SANTOS, 2000, p.94).

Em longo prazo, o resultado destas políticas foram:

(...) a quebra de setores inteiros da economia brasileira: autopeças, calçados, indústria têxtil, são alguns exemplos: E com eles, vão-se os empregos, enquanto os “consumidores” podem comprar tênis americanos da Nike fabricados na China, na Coreia, na Indonésia, na Tailândia, onde

53 Em 1997 foi aprovada uma emenda constitucional que permitirá a reeleição em todos os cargos executivos (prefeitos, governadores e presidente).

adolescentes e mulheres trabalham 15, 16 horas por dia em troca de um salário diário de US\$ 1,80 e o Wal-Mart, recém instalado no Brasil, vende camisas, pastas, mochilas e – o mais incrível – bolas de futebol fabricadas no Paquistão, onde o salário também beira os 30 dólares mensais (NEGRÃO, 1996, p.08).

Lembramos aqui que a direção do partido encontrava-se novamente nas “mãos” dos grupos à esquerda⁵⁴, o que ocorreu no VIII Encontro Nacional (1993), ainda assim era uma liderança que não comandou, já que a linha política do partido era dado pelas figuras públicas do PT e seus parlamentares, como afirma Secco (2011): “Como vemos, a nova maioria eleita no VIII Encontro dirigia o PT, mas não guiava seus principais líderes. Insubmissa, a Articulação tinha uma carta sob a manga: Lula” (SECCO, 2011, p.165). Mais tarde, esse distanciamento entre a direção petista e Lula será visto como um dos fatores que resultariam nas derrotas eleitoral do PT a presidência (IASI, 2006).

Além da derrota eleitoral de Lula, nas eleições do ano anterior, o PT tinha de responder também as significativas derrotas que a classe trabalhadora e o movimento operário começaram a sofrer logo no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso: “(...) os governos de FHC impuseram uma série de derrotas ao movimento de lutas, notadamente sindicais, como na greve dos petroleiros no início de seu primeiro mandato” (IASI, 2006, p.505). Lincoln Secco (2011) aponta que:

O tratamento dispensado pelo governo Fernando Henrique Cardoso aos sindicatos foi desfavorável a estes. Na segunda metade dos anos 1990 (entre 1996 e 1999), a média mensal de greves caiu de 111, em 1996, para 46 em 1999. O número de trabalhadores / hora parados caiu no mesmo período de 12.658 a 2.874 (SECCO, 2011, p.178).

Apesar do abalo causado pela derrota do candidato a presidência, Mauro Iasi (2006) lembra que: “O PT alcançou neste período o ápice de sua trajetória [até então], aumentando consideravelmente o número de parlamentares, administrações municipais e chegou ao governo de alguns Estados brasileiros” (IASI, 2006, p.506).

É assim que o PT realizará, entre os dias 18 a 20 de agosto de 1995, no salão do SESC de Guarapari (ES), seu X Encontro Nacional. Segundo Iasi (2006), as orientações do X e do XI Encontro Nacional, presente nas Resoluções aprovadas, assumem que “(...) o período exige uma nova orientação estratégica” (PT, 1995a, p.03). Como aponta o documento, denominado, “Conjuntura Nacional”. Essa nova “estratégia”, está vinculada como afirma o autor, a um novo discurso, agora, “antiliberal”: “O que seria importante notar é que, paulatinamente, iremos perceber o discurso original fundado em

⁵⁴ Os grupos considerados à esquerda, voltaram a ganhar maioria da Direção Nacional no X Encontro, falaremos mais sobre isso abaixo.

um “aniticapitalismo” sendo substituído por uma ênfase “antiliberal”” (IASI, 2006, p.507). Como podemos ver na resolução, acima mencionado:

Para derrotar o projeto neoliberal, no entanto, será preciso mais do que resistir ou articular a luta contra as reformas constitucionais do governo. O PT terá que dar um salto de qualidade: reelaborar sua estratégia de poder, desenvolver um projeto de sociedade e um projeto partidário. Terá que atualizar e reelaborar o programa democrático e popular, **articulando forças sociais amplas** em torno de um projeto para a sociedade brasileira, alternativo ao neoliberalismo vigente e ao nacional-desenvolvimentismo caduco (PT, 1995a, p.03, grifos nossos).

No documento “Construção Partidária”, é feito um balanço sobre as eleições passadas e os problemas enfrentados pelo partido. Neste, se aponta a antiga Direção Nacional como responsável pelas “(...) dificuldades hoje vividas pelo Partido” (PT, 1995b, p.01). Prometendo uma maior democracia interna e uma ampla luta contra a burocratização no interior do PT. Como falamos acima, esta é a segunda vez que grupos considerados à esquerda, fora da Articulação, conseguem maioria para compor a direção do partido. O que não impede a influência dos grupos ligados a Articulação, dos parlamentares do partido e a figura de Lula (SECCO, 2011). Nesse encontro se elege José Dirceu presidente do partido, ele será figura central durante os próximos anos⁵⁵.

No 10º Encontro, apesar de a chapa Socialismo e Democracia (que unificava os dois blocos de esquerda surgidos no 8º Encontro) ter sido a majoritária com 46,2% dos votos, o embate pela presidência do PT se resolveria em favor de José Dirceu (54% dos votos) contra Hamilton Pereira (46%), apoiado pelas esquerdas. Tanto a chapa mais moderada (Democracia Radical com 7,5%) quanto os independentes (cerca de 6%) foram decisivos para formar uma nova maioria em torno da velha Articulação e conduzir José Dirceu à presidência com a tarefa de mudar a estratégia do partido para o período (IASI, 2006, p.507).

Os outros documentos, entre eles o “PT e os movimentos sociais” que faz um chamado a construção de secretarias: “Sindical, Agrária, de Movimentos Populares e Juventude” com coordenação e políticas próprias. E o documento “Resolução sobre os petistas e o Comunidade Solidária”, em que crítica o programa social do governo de Fernando Henrique Cardoso, o “Comunidade Solidária”, programa este que agia em várias frentes, como o combate à pobreza, erradicação da miséria e da fome, entre outros, tentava, também, agilizar e aprimorar as secretarias sociais ligadas ao governo (PELIANO, 1995). Vejamos o que diz o documento partidário:

⁵⁵ No X Encontro Nacional são eleitos, além de José Dirceu como Presidente nacional do PT, Luiz Soares Dulci, José Genoíno e Aloízio Mercadante, como Vice-presidentes do partido. Cândido Vaccarezza é eleito Secretário-Geral do partido.

O 10º Encontro Nacional orienta os governos, os parlamentares e os filiados petistas a combaterem o Programa Comunidade Solidária, a efetivarem uma crítica de fundo, pois, na verdade traduz-se em instrumento de cooptação política do Governo Federal, objetiva a subordinação de lideranças e movimentos populares sociais, pretende submeter tais movimentos a uma condição de adesismo forçado ao Governo no FHC e está sendo usado como instrumento de caráter eleitoreiro (PT, 1995c, p.01).

Antes das eleições, que ocorrerão no final de 1998, haverá outros dois Encontros Nacionais, tratasse do XI Encontro Nacional e um Encontro Extraordinário, que veremos a seguir. Nas eleições para prefeitos e vereadores, organizadas em 1996, o PT concorre com 1.088 candidatos a prefeitos, vencendo em 116 cidades. Consegue eleger, também, 1.342 vereadores (TSE, 2017).

3.5 A METAMORFOSE PETISTA E O XI ENCONTRO NACIONAL

Como já vimos o governo de FHC teve como uma de suas principais medidas econômicas, a diminuição do Estado através das privatizações de empresas públicas. Apenas no primeiro mandato de FHC, foram vendidas, colocadas em liquidação ou simplesmente excluídas, mais de oitenta empresas públicas nacionais (LOPES, 2011) (FILHO; OLIVEIRA, 1996).

No Governo Collor, foram vendidas 18 empresas, num total de US\$ 4 bilhões, enquanto no Governo Itamar foram privatizadas 16 empresas, num montante de US\$ 4,6 bilhões [...]. Como se pode observar, portanto, foi no Governo Cardoso que, de fato, as privatizações deslançaram, tornando-se, na prática, elemento essencial do novo projeto de desenvolvimento. Apenas com relação ao PND (US\$28,9 bilhões), as privatizações no Governo Cardoso corresponderam a 70% do total; se incluirmos o setor de telecomunicações (mais de US\$ 29,1 bilhões), essa participação chega a 85% do valor arrecadado pela União (...) (FILGUEIRAS, 2006, p.115).

O Partido dos Trabalhadores, durante o governo de FHC, continuava centrando suas “armas” contra o governo, principalmente, na crítica ao neoliberalismo e as privatizações (PT, 1997a). O PT nesta época era a principal voz de oposição, já que partidos como o PMDB e, evidentemente, o PSDB compunham o governo. O PDT de Leonel Brizola perdera prestígio político, principalmente, após o processo de *Impeachment* de Collor⁵⁶. Porém, concordam Mauro Iasi (2006), Lincoln Secco (2011), Marco A. Brandão (2003) e Cyro Garcia (2008) que nesta época o PT já não era o mesmo que o PT da década de 1980, não foi só a mudança de seu discurso, onde o socialismo

⁵⁶ Leonel Brizola, governador do estado do Rio de Janeiro em 1992, foi um dos poucos políticos de esquerda a apoiar Fernando Collor e ser contra o *Impeachment*, durante todo o processo que afastou o ex-presidente (ALMEIDA, 2016); (RODA VIVA, 1992).

fora substituído pelo “anticapitalismo” e mais tarde pela “democracia radical”, finalmente, chegando a defesa de um partido “antiliberal”, mudou também sua composição social.

Um exemplo dessa mudança foi o expressivo declínio da militância, Secco (2011) afirma que múltiplos fatores contribuíram para o esvaziamento da militância durante este período, que vão desde a possível burocratização interna do partido a fatores externos, como por exemplo, as mudanças ocorridas no “mundo do trabalho”:

Entre 1981 e 1990 desapareceram 43% dos empregos industriais; entre 1990 e 1997 desapareceram outros 39,7% dos postos que sobraram. O comércio exterior brasileiro decresceu 1,5% do mundo (1980) para menos de 0,9% em meados dos anos noventa (uma queda de 40%) [...] A diminuição das greves, o afastamento entre sindicatos e representados e os esvaziamentos das ruas e praças como *locus* de manifestações partidárias ou sindicais afetou o PT (SECCO, 2011, p.181).

Ainda segundo o autor, a última campanha de massas, entendido aqui como um verdadeiro e amplo assenso popular, se deu em 1992 com o *impeachment* de Collor. Com o passar do tempo o comparecimento da militância, que era um diferencial do PT nos anos de 1980, foi sendo substituído por cabos eleitorais profissionais (pagos) e os atos políticos do primeiro de maio deram lugar a grandes espetáculos com shows de artistas e premiações ao público, de imóveis a carros. Já em 1996, na campanha de Luíza Erundina para a prefeitura de São Paulo fora utilizado cabos eleitorais pagos junto com militantes do partido, em 2000 época do “PT Cor-de-rosa”, termo difundido pelos meios de comunicação, a campanha da candidata Marta Suplicy, a prefeitura de São Paulo, foi inteiramente profissionalizada.

A primeira reação do PT foi contratar pessoas até para fazer suas campanhas de rua. Era a terceirização da militância em clara consonância com aquilo que as empresas faziam para contornar o controle dos sindicatos sobre os operários de uma dada categoria. Alguns anos antes isto causaria o vivo protesto de militantes. É claro que já em 1982 candidatos petistas usaram cabos eleitorais. Em cidades menores e longe da vigilância da Direção Nacional isto ocorria eventualmente. Além disso, os militantes já profissionalizados do partido, assessores parlamentares e sindicalistas trabalhavam por seus candidatos. Mas a famosa “boca de urna” permitida a certa distância dos locais de votação (distância ignorada pela militância petista) e, depois a fiscalização da apuração dos votos (que eram de papel) representavam um momento único na vida de milhares de filiados que não se mobilizavam fora das eleições (SECCO, 2011, p.182).

Segundo o autor “a militância batia em retirada” (SECCO, 2011, p.183), pois como sugeriam alguns quadros do partido, ocorreu neste espaço de tempo uma mudança de classe no interior do PT. Em uma enquete feita com membros do partido que participaram do Encontro Nacional de 1997, em Porto Alegre (RS), observou que na

delegação gaúcha do partido apenas 34% não eram profissionais (SECCO, 2011); (GARCIA, 2008).

Para Mauro Iasi (2006), apesar de continuar exercendo influência, tanto no movimento sindical (CUT) quanto nos movimentos sociais, este vínculo estava muito mais amarrado a “(...) uma complexa cadeia de relações institucionais” (IASI, 2006, p.506), do que pelo antigo vínculo orgânico.

Os encontros municipais transformaram-se em um jogo de multidões em que, não raramente, se impunham o poder econômico e o controle de máquinas institucionais, crescia o poder de fato de uma base parlamentar ou institucional que substituía na prática a base partidária, crescia o poder de figuras individuais medido quase que exclusivamente pelo número de votos conseguidos nas disputas eleitorais, criava-se um abismo entre as direções e as bases e mesmo estas direções iam sendo substituídas por espaços paralelos em que os rumos eram definidos para depois serem referendados pelo partido (IASI, 2006, p.506).

Cyro Garcia (2008), afirma que o partido acabou se adequando as pressões externas, como quando: “começa a pesar a necessidade de defender posições “populares”, a busca por ter boas relações com a imprensa” (GARCIA, 2008, p.20), mais adiante: “(...) e a tendência a discutir questões que não têm nada a ver com os interesses dos trabalhadores, mas sim com a gestão do estado, sem falar do abandono físico das lutas em troca da presença constante no parlamento e em outras instituições” (GARCIA, 2008, p.20).

Este novo partido, que agora prioriza as eleições não é mais aquele “sem padrões”, como afirmado na “Tese” de 1979, segundo Arcary (2014b) foi questão de tempo para que “(...) o PT evoluísse do financiamento legal dos monopólios – em prática desde 1994 – para um sistema de caixa dois – a exemplo dos partidos tradicionais (...)” (ARCARY, 2014b, p.74), segundo Secco (2011):

Um dos primeiros capitalistas a se aproximar e apoiar o PT foi Lawrence Pih, o que causava estranhamento. Presidente do grupo Moinho Pacífico, ele ajudou a articular o apoio de empresários às campanhas de Lula. Pih era formado em Filosofia na University of Massachusetts e pertencia a mesma geração de Lula (três anos mais velho que o líder petista). Manteve-se fiel ao PT. A partir de 1994 (com a permissão da nova lei eleitoral) o PT passou a receber vultuosos recursos das empresas privadas para campanhas eleitorais e criou laços com inúmeros capitalistas. Antes disso, era um tabu para o “partido sem padrões” receber auxílio da burguesia. Na empresa de Pih, as primeiras reuniões foram feitas secretamente. Mas em 1994 a relação com empresários se tornou orgânica. O comitê de empresários que apoiava Lula se desdobrou na CIVES – Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania.

Posteriormente, um grupo saído da CIVES criou o Instituto Ethos (SECCO, 2011, p.107).

Porém, se agora o partido aceitava a presença do “patrão” em seu interior, esta participação não se deu nas disputas políticas institucionais, sua influência continuava ocorrendo, sobretudo, no financiamento das campanhas políticas do PT. Como demonstra Leôncio Martins Rodrigues (2009), pelo menos até 1999, quando tomou posse a 51ª legislatura (1999-2002), o número de deputados eleitos que se definiam como “empresários” era no PT o mais baixo entre os seis principais partidos da Câmara dos Deputados⁵⁷. Para se ter uma ideia, enquanto no PT apenas 3,4% dos eleitos tinham alguma função empresarial, o PPB tinha entre seus deputados 68,4% que se diziam empresários.

Para Garcia (2008) e Chagas (2014), o que houve foi uma mudança direta no “nível de vida” dos militantes petistas, o que acarretou uma dependência desses aos aparatos sindicais e do Estado. No geral essa dependência, segundo os autores, se deu em dois níveis principais. O primeiro ligado aos cargos políticos dentro do Estado: “Os altos salários acabam estabelecendo uma dependência material em relação ao Estado burguês [...assim], as correntes internas do PT acabam direcionando os seus melhores quadros e esforços para a via eleitoral, deixando de lado o cotidiano da luta de classes” (GARCIA, 2008, p.20). Argumentava ainda que “as finanças do partido dependem da contribuição dos que ocupam cargos e as correntes se reforçam com as assessorais e contribuições de cada membro em cargo público, ampliando, com isso, seu peso interno no partido” (GARCIA, 2008, p.20). Essa dependência ocorria também nos aparatos sindicais. Vejamos os números:

Em 91, o índice de petistas que ganhavam até 1 salário mínimo era de 2,9%; em 97, 2% e em 99, 3%. Portanto, não apresentou alterações. Já o índice dos que ganhavam até 2 salários mínimos caiu de 8,6%, em 91, para 4% e 3%, em 99. A próxima faixa, a dos que ganhavam de 5 a 10 salários mínimos, também apresentou queda, de 26,2%, em 91, para 19%, em 97, e 22%, em 99. Na faixa seguinte, dos que ganhavam de 10 a 20 salários mínimos, os percentuais deram um salto, de 14,9%, em 91, passaram para 27%, em 97, e 34%, em 99. Novamente, na faixa que ia de 20 a 50 salários mínimos, outro salto, de 6,2%, em 91, passaram para 23%, em 97, e 22%, em 99 (GARCIA, 2008, p.21)⁵⁸.

57 Segundo Rodrigues (2009), o número de empresários de todos os setores (urbanos, rurais e atividades mistas), entre os deputados federais que tomaram posse em 1999 estava assim organizado entre os seis partidos com maior representação: PPB com 68,4%; PFL com 60,9%; PMDB com 46,9%; PSDB com 38,4%; PDT com 20,0%; PT com 3,4%. Porém é notável o número de profissionais liberais entre seus deputados 25,4%. Outros 30,5% estavam ligados as “classes populares” e 33,9% se diziam professores.

São números em um país que não apresentava a mesma realidade, em sua mobilidade social cotidiana. Outro fator, também apontado por Garcia (2008) e Francisco de Oliveira (2003), foi a prática que se tornou comum de militantes petistas gerirem fundos de previdência dos trabalhadores, muitas dessas, de empresas privatizadas nos governos anteriores, vejamos:

A estrutura de classes também foi truncada ou modificada: as capas mais altas do antigo proletariado converteram-se, em parte, no que Robert Reich chamou de “analistas simbólicos”: são administradores de fundos de previdência complementar, oriundos das antigas empresas estatais, dos quais o mais poderoso é o PREVI, dos funcionários do Banco do Brasil, ainda estatal: faz parte de conselhos de administração, como o do BNDES, a título de representante dos trabalhadores. A última floração do *Welfare* brasileiro, que se organizou basicamente nas estatais, produziu tais fundos, e a Constituição de 1988 instituiu o Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) — o maior financiado de capital de longo prazo no país, justamente operado no BNDES. Tal simulacro produziu o que Robert Kurz chamou de “sujeitos monetários”: trabalhadores que ascendem a essas funções estão preocupados com a rentabilidade de tais fundos, que ao mesmo tempo financiam a reestruturação produtiva que produz desemprego (OLIVEIRA, 2003, p.146).

Para Garcia (2008) o PT assim vivia um paradoxo, ao mesmo tempo em que denunciava o projeto neoliberal, se colocava, na prática, como um sócio menor deste projeto. Um exemplo disso, nos é dado por Eliane Arenas Mora (2002):

Em 1999, por exemplo, para garantir a liberação pelo governo de cerca de R\$ 16 milhões, os representantes da CUT no Cedefat concordaram com a liberação de R\$ 300 milhões para as entidades patronais, para os governos estaduais e para os sindicatos pelegos. Dito de outra forma, para cada R\$ 1 utilizado para construção de um possível projeto contra-hegemônico, foram liberados aproximadamente R\$ 19 para a construção e a consolidação do projeto hegemônico (MORA, 2002, p.74).

Para Antonio Carlos Witkoski (2000), o PT desta época já não abrigava, entre seus quadros dirigentes, a mesma composição social de outrora, assim escreve o sociólogo:

O projeto político petista parece não hospedar, no interior de sua população dirigente, uma classe operária/trabalhadora no sentido clássico do termo. Parece abrigar, e não poderia ser diferente diante do avanço modernizante do próprio capitalismo, uma diversa e complexa nova pequena burguesia (WITKOSKI, 2000, p.73).

58 Esses indicadores foram retirados, segundo o autor, de três diferentes pesquisas produzidas por Benedito Tadeu César. Elas se encontram em sua totalidade em: CÉSAR, Benedito Tadeu. **PT**: a contemporaneidade possível. Base social e projeto político (1980/1991)/ Pesquisa Delegados PT — Gestão Venturi / Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo — Pesquisa de Delegados PT, 1999.

É este partido, que se reunirá entre os dias 29 e 31 de agosto de 1997, no Hotel da Glória, no Rio de Janeiro, para seu XI Encontro Nacional. Entre os textos aprovados neste Encontro, destaque para o documento, simplesmente, intitulado “Resoluções Políticas”, em que seu primeiro ponto: “O Fim de um ciclo”, faz um chamado a entidades de oposição ao governo FHC, que considera “consequentes”, em um movimento político-cultural, para se construir um polo de resistência aos avanços neoliberais implementados pelo governo. No segundo ponto do documento, intitulado: “A democratização radical da sociedade e do Estado”, vincula a luta pela “revolução democrática” a implementação de um “verdadeiro” Estado de Direito, em que:

A primeira questão democrática é a construção do próprio estado de direito no País, com uma reforma profunda do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, além de enfrentar com coragem o fim dos monopólios dos meios de comunicação e a defesa dos direitos do consumidor (PT, 1997a, p.02).

No ponto IV, o tipo de economia que é defendido pelo documento é: “Uma nova economia sustentável e solidária, para acabar com a exclusão social”, em que afirma:

A tarefa fundamental da economia é a inclusão de milhões de brasileiros, **hoje à margem da produção e do consumo**. Queremos um modelo de desenvolvimento orientado para a produção de bens de consumo de massa e serviços públicos essenciais, que priorize as condições básicas da subsistência e cidadania (PT, 1997a, p.03).

Vemos que este documento parte do pressuposto que o objetivo está em restaurar o sistema econômico de modo a torná-lo mais humanizado. Como, por exemplo, em que afirma que o combate à exclusão e a miséria exige: “(...) política ativa de emprego, com a redução da jornada de trabalho e ampla política de rendas centradas na valorização do salário” (PT, 1997a, p.04). Para as eleições a presidência de 1998, o partido afirma que o objetivo está em ir “Da resistência a um governo a um novo governo que rompa com o neoliberalismo” (PT, 1997a, p.06), esse novo governo deverá: “(...) definir uma nova política de transição, que desmonte a lógica neoliberal e proteja a produção e os setores mais fragilizados da população” (PT, 1997a, p.06).

Este programa radicaliza a democracia, promove reformas sociais, impede a desnacionalização e desindustrialização do país, promove o desenvolvimento, baseado na distribuição de renda, na expansão do mercado interno, na defesa dos interesses nacionais e será viabilizado por meio de uma reforma tributária capaz de gerar poupança pública para financiar o crescimento, reorganizar os serviços públicos, sobretudo a saúde e a educação, e promover uma reforma democrática do Estado. Esse programa deve implantar políticas de renda mínima, um plano

nacional por mais e melhores empregos e salários, realizar a reforma agrária e uma política agrícola objetivando o combate à miséria. Tendo em vista os condicionantes internacionais e as heranças que vamos receber dos governos anteriores, é de fundamental importância que a Frente possua sólida base parlamentar, apoio entre governadores progressistas e, sobretudo, uma sociedade mobilizada, capaz de exigir o cumprimento do Programa de Governo. Sem isso, as oposições arriscam-se a cair na mesmice e revelarem-se incapazes de cumprir seus compromissos de campanha (PT, 1997a, p.09).

Sobre as coligações, o documento afirma ser necessário aumentar o “leque” de partidos, em relação às candidaturas de 89 e 94: “A rigor, o PT não deve recuar da experiência de 89 e 94, mantendo a Frente Brasil Popular, com o PSB, PCdoB, e ampliando para o PDT, sem descartar alianças com setores do PMDB e personalidades que se opõem ao neoliberalismo e ao Governo FHC” (PT, 1997a, p.09). Mais a frente: “(...) O que deve definir nossas alianças eleitorais é a oposição a FHC e ao neoliberalismo e a rejeição aos partidos de direita” (PT, 1997a, p.09).

Já o documento: “Carta do Rio de Janeiro”, chama os partidos de oposição a esquerda do governo, entre eles, PCdoB, PDT, PSB, a se somar em uma candidatura única ao Governo Federal, no próximo pleito.

Nesse Encontro, também, se elegeu uma nova Comissão Executiva Nacional. Foi eleito José Dirceu presidente, Aloísio Mercadante, Joana D`arc, e Valter Pomar como vices. Para a secretaria-geral do partido foi eleito Arlindo Chinaglia (PT, 1997d, p.02).

Segundo Iasi (2006) “tanto no 10º como no 11º Encontros é lançada a idéia de que este projeto [novo projeto para a sociedade brasileira] se constituiria a partir de três eixos: uma nova política econômica com reformas sociais; defesa da nação; e defesa da democracia” (IASI, 2006, p.508), onde conclui: “Na versão do 11º Encontro o primeiro eixo já aparece em sua forma definitiva reduzindo a “o social”: o nacional, o social e o democrático” (IASI, 2006, p.508).

3.6 O ENCONTRO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO, AS ELEIÇÕES DE 1998 E O II CONGRESSO DO PT

Em seu primeiro mandato presidencial, Fernando Henrique Cardoso conseguiu, mesmo com uma série de reformas que atingiam duramente os trabalhadores, dar estabilidade a economia, que mantinha o Real forte, “(...) e em que os ventos do neoliberalismo ainda não sopravam nos ouvidos da multidão as palavras

desemprego, dívida pública astronômica, juros altos e privatizações” (SECCO, 2011, pp. 192-191)⁵⁹, ou ainda, a desaceleração do PIB ou a crise energética que ocorrerá apenas no segundo mandato⁶⁰. O que garantiu ao governo bons índices de aprovação por parte da população, algo raro entre os mandatários que se seguiram após o período militar (FARIA, et al., 2011, p.05).

O Encontro Nacional Extraordinário, realizado entre os dias 23 e 24 de maio de 1998, na Quadra dos Bancários, em São Paulo (SP). Tratou de discutir o impacto da aprovação da reeleição, no cenário nacional, e a força de Fernando Henrique Cardoso, para as eleições. Reafirma a ampliação das políticas de aliança, aprovados do XI Encontro Nacional, ocorrido no ano anterior, e estabelece a candidatura de Brizola, do PDT, como vice. Sobre o programa de governo, o documento afirma que este deve ser amplo e abranger a totalidade dos setores nacionais, objetivando mudar a correlação de forças existentes na sociedade. O programa de governo não deve se confundir com o “socialismo” defendido pelo PT e pelos partidos de oposição. Ele terá como objetivo ser a candidatura que fará oposição ao neoliberalismo implementado pelo governo, mas que possibilite em um futuro governo estabilidade econômica e desenvolvimento sustentável.

O Programa não se confunde com o programa socialista do PT ou com os dos outros partidos da Frente. Suas reivindicações se inserem em uma transformação de longo prazo e refletem o Brasil e o mundo que queremos, ainda que esses objetivos não sejam alcançados no prazo de um governo. As reformas que o Programa propõe, ainda que situadas no marco de uma sociedade capitalista, se chocam com o capitalismo realmente existente no Brasil. A implementação de um programa radical de reformas – por seus efeitos econômicos, mas sobretudo por sua capacidade política de agregar forças sociais – contribuirá para a refundação de uma perspectiva socialista no País. (...) Nosso Programa faz parte de uma estratégia de transformação global do País. Por isso não se pode escamotear dificuldades políticas, econômicas, jurídicas, culturais que irá enfrentar. Deve ser ainda peça de mobilização social e política. Defendemos um programa de ruptura com o neoliberalismo. Somos a candidatura que vai substituir a atual política econômica por outra que compatibilize estabilidade com crescimento sustentado, assentada em três eixos: distribuição de renda e riqueza, defesa da soberania nacional e democratização radical da política e da sociedade brasileira, numa perspectiva socialista (PT, 1998a, 07).

As eleições de 1998 possibilitaram uma composição eleitoral à esquerda até antes impensável. Lula novamente sairia candidato a presidência, tendo Leonel

59 Em 1995 a taxa de desemprego no Brasil era de 4,7% ao ano, em 1999 esse percentual atinge a marca de 7,6% ao ano (FARIA, et al., 2011, p.05).

60 Em 04 de junho de 1997, o governo de FHC, conseguiu fazer aprovar no parlamento uma Emenda Constitucional que permitirá que o presidente da República, governadores e prefeitos possam disputar um novo mandato subsequente, o que até então era proibido (SILVA, 2017, p.01).

Brizola, como vice. Essa aliança não se deu sem conflitos internos no PT, Lincoln Secco (2011) afirma que em troca da aceitação da coligação e de aceitar ser vice de Lula, o PDT exigiu que no estado do Rio de Janeiro o PT local apoiasse o candidato do PDT. “A delegação fluminense recorreu ao Encontro Extraordinário, mas o recurso [derrotado] obteve 201 votos contra 310” (SECCO, 2011, p.190). Além desses dois partidos, a chapa denominada “União do Povo Muda o Brasil”, era composta pelo PSB, PCdoB e PCB (TSE, 2017)⁶¹.

Lula novamente perde para Fernando Henrique Cardoso, em uma composição apoiada por partidos de centro e direita⁶², com 32% dos votos ainda no primeiro turno (TSE, 2017).

Fernando Henrique Cardoso se reelegeu sob acusação de compra de votos de deputados no Congresso. Durante seus dois governos vários escândalos se sucederam.

O PT acusou o presidente de populismo cambial. Não se sabia naquele momento que Fernando Henrique Cardoso só aguardava uma informação preciosa: a de que o real estava valorizado em demasia e que o país estava sujeito a um ataque especulativo, como diria mais tarde a famosa “Carta ao Povo Brasileiro” de 2002. Apesar de vários escândalos e da frase infeliz em que chamava os aposentados de vagabundos, Fernando Henrique Cardoso foi reeleito em 1998. (...) Ainda assim, sua escolha por uma política neoliberal, ainda que mitigada pelas divisões internas do PSDB, erodiu sua base de apoio no médio prazo. O grupo do programa de pós-graduação em Economia da PUC do Rio de Janeiro, formado por professores e banqueiros, se sobrepôs ao “PSDB paulista”, supostamente desenvolvimentista, embora o tempo acabasse por levar o conjunto dos tucanos mais para a direita (SECCO, 2011, p.192).

No final de 1999, entre os dias 24 e 28 de novembro, o PT realizou seu II Congresso Nacional na cidade de Belo Horizonte (MG). Apesar da derrota de Lula, a presidência da República, o balanço feito pelo partido era de crescimento. Havia eleito três governadores, três senadores e cinquenta e nove deputados federais, além de um grande número de prefeitos e vereadores⁶³ (AGÊNCIA PT DE NOTÍCIAS, 2017, p.01). O documento aprovado no Congresso, denominado: “O Programa da Revolução Democrática para a construção de um Brasil livre, justo e solidário”, em que ao mesmo

61 As eleições de 1998 que além da Presidente da República, elegeu também governadores, senadores, deputados federais e estaduais.

62 A chapa denominada “União, Trabalho e Progresso”, tinham os partidos PSDB, PFL, PPB, PTB, PSD. O vice da coligação era Marco Maciel do PFL (TSE, 2017).

63 O PT elegeu os governadores do Acre, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Elegeu, também, três senadores e 59 deputados federais. Em relação as eleições de 1994 o crescimento foi modesto, um governador a mais que no pleito anterior, o mesmo número de senadores (sendo que em 1994 elegeu dois senadores por estado e em 1998 apenas 1) e 9 deputados a mais.

tempo que afirma: “(...) o PT reafirma os compromissos assumidos com o povo brasileiro quando de sua fundação, em fevereiro de 1980” (PT, 1999, p.01), entende que não se trata do mesmo partido, pois “(...) desde 1994 [o PT defende], a necessidade de uma Revolução Democrática, capaz de construir um Brasil livre, igual e solidário, socializando riqueza, poder e conhecimento” (PT, 1999, p.02). Por fim, o PT do segundo Congresso “(...) se afirma como um partido pós-comunista e pós-social democrata” (PT, 1999, p.02).

Da mesma forma que em 1982, em sua Plataforma Eleitoral Nacional, intitulada: “Terra, trabalho e liberdade”, o partido afirmava que: “Nosso socialismo será definido por todo o povo. Não nascerá de decretos, nem nossos, nem de ninguém. Irá se definindo nas lutas do dia-a-dia e será sinônimo de emancipação dos trabalhadores e de todos os oprimidos” (PT, 1982b, p.08), o PT de 1999 não era menos impreciso do que seria a “Revolução Democrática” que agora defende: “A Revolução Democrática é um longo processo. Ela não será resultado de teorias pré-elaboradas, nem de vanguardas autoproclamadas, mas da ação de amplas maiorias conscientes de seus objetivos” (PT, 1999, p.03). Ainda sobre o socialismo, Iasi (2006) afirma que o termo desaparece, aparecendo uma única vez nas Resoluções do Congresso em que está subordinado “à defesa dos valores”. Ainda segundo o autor: “José Genoíno que defendia de forma mais direta uma espécie de republicanismo social, defendeu a retirada do termo socialista das metas estratégicas do PT” (IASI, 2006, p.512).

Para o Partido dos Trabalhadores se tornou imperioso:

(...) abrir núcleos e diretórios do partido para a juventude, trabalhadores informais, pequenos, micro e médios empresários, além de reconstituir nossos laços com setores tradicionais petistas, como os operários industriais, amplos setores da classe média, artistas e intelectuais (PT, 1999, p.25).

Na economia o PT, do segundo Congresso, afirmava a necessidade da criação de um amplo mercado de bens de consumo:

O PT reafirma a necessidade de um modelo econômico estruturado em torno da idéia de construção de um amplo mercado interno de bens de consumo de massas, capaz de alimentar, vestir, dar moradia e transporte, aos milhões de brasileiros marginalizados ou empobrecidos (PT, 1999, p.06).

Porém, foi no II Congresso que se mudou estatutariamente a forma como se elegia as lideranças petistas, criando “eleições diretas para presidente e direções partidárias em todos os níveis, a partir do ano de 2001”, segundo Iasi (2006), Chagas (2014) e Secco (2011), antes de trazer uma real e ampla democracia ao partido, o

Processo de Eleição Direta – PED, acabaram servindo para aumentar o aparato burocrático e a hegemonia do “bloco de poder” que a tempos dominava o partido. Segundo Secco (2011) “o PED nasceu de uma necessidade que o grupo dominante do PT tinha de afastar definitivamente seus opositores e cimentar a via de acesso à Social Democracia” (SECCO, 2011, p.194), ainda segundo o autor: “As figuras de proa do partido consideravam que uma votação como a ocorrida no X Encontro não refletia a base do partido” (SECCO, 2011, p.194). José Dirceu, então presidente do partido havia sugerido inclusive que se espalhasse urnas nas ruas para “(...) que qualquer pessoa pudesse votar filiada ou não” (SECCO, 2011, p.194).

Sempre adiada nos encontros nacionais, a reforma dos estatutos ficou restrita a uma comissão e à direção nacional que a consolidou no II Congresso transformando o processo de definição das direções nos encontros em um Processo de Eleições Diretas, ou seja, em vez de encontros com militantes que debatem um programa e definem uma direção, ocorreria uma votação direta com a participação de todos os filiados que elegem a direção e os delegados para um encontro que discutirá, já com a correlação de forças definida pela votação direta, as linhas de ação previamente definidas pelo texto majoritário. Antes, a eleição da direção era precedida do debate da política, agora a eleição da direção precede o debate. Em vez de moldar a sociedade pelos critérios de uma democracia direta e participativa exercida no partido, o partido se moldou pelos limites de uma democracia representativa que prevalece na sociedade, com todas as deformações a que esta tem direito, desde a interferência do poder econômico, a manipulação de massas, a predominância de figuras públicas, o controle de máquinas e a despolitização total do debate (IASI, 2006, p.514).

Segundo o autor, o partido estava totalmente adequando as “novas estratégias”, possibilitando, assim, abrir caminho para novas alianças e a moderação de seu próprio programa que se consolidará no XII Encontro.

3.7 O XII ENCONTRO NACIONAL E A “CARTA AO POVO BRASILEIRO” (2002)

Como vimos acima, em 2001, penúltimo ano de governo de FHC, a população brasileira já havia recebido os impactos causados pelas políticas do governo. Em 2002, segundo agência de pesquisa Datafolha, para 35% da população o Brasil estava melhor que a oito anos atrás, contra 34% que achava o contrário. Porém a rejeição ao final do último mandato era maior que a aprovação, pois para 36% dos entrevistados o governo era visto como ruim ou péssimo, contra 26% que aprovavam o governo (DATAFOLHA, 2002, pp.01e02). Para as eleições em 2002, o candidato do governo seria o então Ministro da Saúde, o economista, José Serra. No entanto, segundo Figueiredo e Coutinho (2003), havia se espalhado pelo país um “clima de mudança”. Mesmo com o

desgaste do governo a imagem de Fernando Henrique Cardoso era ainda bem avaliada por uma parcela significativa da população que enxergavam certos avanços nos dois mandatos de FHC.

O clima da opinião pública mostrava, portanto, um governo relativamente desgastado, mas um presidente altamente prestigiado. Pode-se dizer, neste sentido, que a população queria mudanças, mas não desprezava os avanços que haviam sido conseguidos pelo governo FHC. **Lula e sua equipe entenderam o recado e souberam dizer na campanha presidencial o que o eleitorado queria ouvir** (FIGUEIREDO; COUTINHO, 2003, p.97, grifos nossos).

A plataforma eleitoral para disputar as eleições de 2002 será então apresentada no XII Encontro Nacional que ocorrerá entre os dias 14 a 16 de dezembro de 2001, no Centro de Convenções de Pernambuco, em Olinda (PE). É nesse Encontro que, segundo Iasi (2006), a antiga generalização que sempre se traduziu em construir “alianças mais amplas” (IASI, 2006, p.510) tomará forma. Vejamos o que diz o documento, intitulado “XII Encontro Nacional”:

Um novo contrato social, em defesa das mudanças estruturais para o país, exige o apoio de amplas forças sociais que dêem suporte ao Estado-nação brasileiro. As mudanças estruturais estão todas dirigidas a promover a inclusão social – portanto distribuir renda, riqueza, poder e cultura. Os grandes rentistas e especuladores serão atingidos diretamente pelas políticas distributivistas e, nessas condições, não se beneficiarão do novo contrato social e serão penalizados. **Já os empresários produtivos de qualquer porte** estarão contemplados com a ampliação do mercado de consumo de massas e com a desarticulação da lógica puramente financeira e especulativa que caracteriza o atual modelo econômico. Crescer a partir do mercado interno significa dar previsibilidade e estímulo ao capital produtivo (PT, 2001, p.39, grifos nossos).

Mais a frente o documento confirma que o partido não está mais disposto ao enfrentamento radical. O Estado de direito burguês, passa ser referência dos limites ao qual o partido está vinculado, vejamos:

A construção do novo modelo de desenvolvimento se dará nos marcos do Estado de direito. Nossas propostas de mudanças profundas nos rumos do país serão transparentes e previsíveis, marcadas pela disposição permanente ao diálogo, respeitando sempre os princípios de nosso projeto: desenvolvimento autônomo, justiça social, participação democrática (PT, 2001, p.38).

Sobre a política de alianças, o novo “leque” agora permite, o que seria impensável a alguns Encontros atrás, partidos de centro e todos aqueles em oposição ao governo e o neoliberalismo. “Nosso objetivo deve ser o de construir uma aliança ampla, com forças políticas de esquerda e de centro que estejam em oposição ao governo FHC e às políticas neoliberais e que concordem com um programa alternativo (...)” (PT, 2001,

p.13), mais a frente: “O Partido dos Trabalhadores tem de estar consciente de que o que está em jogo é a criação de um novo bloco de forças sociais e políticas capaz de ganhar as eleições, governar o país (...)” (PT, 2001, p.13).

O caminho estava aberto para as eleições de 2002. Lula teve como vice o mineiro, do Partido Liberal – PL, José Alencar, grande empresário do setor de minério e têxtil. A composição da chapa contava ainda com o Partido da Mobilização Nacional - PMN, PCB e PCdoB. Como afirmam Figueiredo e Coutinho (2003), Lula liderou todas as pesquisas de opinião durante todo o ano de 2002⁶⁴. No dia 22 de junho de 2002, Lula lê, em seu discurso, o que para Daniel Bramatti (2010) significou a apresentação para a sociedade da nova cara do partido, do PT agora moderado. Intitulada “Carta ao Povo Brasileiro”, o texto apresenta o “pacto social” festejado pelo partido: “[o futuro governo] Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade” (PT, 2002, p.02), mais a frente aponta que não haverá grandes alterações no sistema econômico:

A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores. Vamos preservar o *superávit* primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos (PT, 2002, pp.03-04).

O discurso, feito por Lula, conseguiu transformar até mesmo posições que através dos anos ficara inalterada no interior do partido, como a da Reforma Agrária e a luta dos pequenos agricultores rurais, que agora teria de dividir espaço com as necessidades do agronegócio: “Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar” (PT, 2002, p.03).

Lula vence o primeiro turno das eleições com 46,4% dos votos, contra 23,19% do candidato governista José Serra. No segundo turno, apoiado pela maioria dos partidos e candidatos (derrotados no primeiro turno), Lula vence José Serra com uma vantagem ainda maior obtendo 61,27% dos votos válidos, contra 38,73% do oponente. Lula vence as eleições com mais de 52 milhões de votos, se tornando presidente da República Federativa do Brasil (TSE, 2017).

⁶⁴ Segundo pesquisa IBOPE, de agosto de 2002 a outubro (mês das eleições para o primeiro turno), Lula passou de 34% das intenções de votos, sua menor marca (entre esses meses) para 45% em outubro (FIGUEIREDO; COUTINHO, 2002, p.106).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poderíamos definir as transformações políticas ocorridas no interior do Partido dos Trabalhadores, da seguinte forma: havia, no final da década de 1970, uma emergência por partidos de oposição ao governo militar em decadência. Uma massa de trabalhadores: operários, agricultores, servidores públicos, além de outros grupos sociais, como intelectuais e setores da Igreja Católica, que não se viam representados pelos antigos partidos de esquerda, destacadamente, os partidos comunistas e o trabalhismo do PTB. O “afrouxamento” do regime permitiu o aparecimento de novas lideranças entre setores do operariado, principalmente, na grande região industrial do estado de São Paulo. Políticos e representantes, mais à esquerda, que, ideologicamente, não possuíam vínculos com o MDB e, tampouco, com os partidos acima citados. Pequenos grupos de “extrema-esquerda” que militarmente ou não passaram pelo regime militar, entre esses grupos, destaque para os grupos trotskistas. Isso tudo, incluindo as dinâmicas e necessidades locais (regionais), foram os responsáveis pela gênese do PT.

O PT nasceu, indiscutivelmente, como um partido classista. Em seus manifestos fundacionais e nas Resoluções de seus primeiros Encontros Nacionais é claro o posicionamento de que este partido, seria “de” e “para” os trabalhadores, não aceitando “patrões” em seu interior. Era, também, um partido que tinha o claro objetivo de ser ferramenta de superação do capitalismo, “responsável por todos os males da classe trabalhadora”, pelo socialismo. Porém, um partido que desde seu princípio não se identificava com o Socialismo Real da União Soviética, da China, etc. O Socialismo do PT, seria fruto de uma construção dialética respondida no tempo presente: sem “fórmulas mágicas” ou “teorias pré-formuladas”. Um partido de múltiplas tendências, objetivamente, terá uma maior dificuldade em resolver questões subjetivas, como: “qual socialismo”, apelando a discursos retóricos, sempre que necessário. O PT, em seus primeiros anos, demonstrava dificuldades em construir uma identidade sólida, tanto que entre os autores pesquisados não há consenso se o partido tinha um caráter socialista (IASI, 2006) ou, no máximo, anticapitalista (ARCARY, 2014).

O rápido crescimento e popularidade, aliados as vitórias eleitorais na cidade de São Paulo (SP) em 1988 e a chegada de Lula, sua principal figura pública, ao segundo turno, nas eleições presidenciais de 1989, colocaram o PT em destaque no cenário político nacional. Lembremos, que o PT desta época era visto como um dos

poucos partidos com democracia interna no país, atraindo adeptos da intelectualidade e do meio artístico nacional.

A medida em que o Partido dos Trabalhadores crescia, e a história do PT é de crescimento contínuo, o partido se via na obrigação de responder a um número maior de tarefas de diferentes setores sociais. Reelaborando seu programa continuamente. Porém, havia questões a serem resolvidas no interior do partido. A criação do Grupo dos 113, que mais tarde viria a se chamar “Articulação”, uma não-tendência criada para ser “maioria” no interior do PT e dar uma “direção” ao partido.

O programa se tornou cada vez mais volátil e menos radical. O socialismo foi substituído pelo anticapitalismo e, mais tarde, antiliberalismo. O leque de coligações foi ampliado atingindo, inclusive, setores do PMDB até chegar aos tradicionais partidos burgueses, como o Partido Liberal (PL). A defesa da “democracia radical”, que, mais tarde, transformaria o partido em “pós-comunista e pós-socialdemocrata”.

A militância do partido foi, paulatinamente, sendo substituída pelo profissional pago. O PT, como demonstrado por Cyro Garcia (2010), passa por uma espantosa mobilidade social em seu interior. Segundo o autor, levados pela manutenção do aparelho institucional do Estado e dos sindicatos em que atuavam.

Essa não foi uma transformação isolada. Valério Arcary (2014b) afirma que o caminho traçado pelo Partido dos Trabalhadores, no Brasil, já havia sido trilhado por outros partidos de esquerda, não só na Europa como, também, na América Latina:

O PT escolheu um caminho de social-democratização que já tinha sido trilhado na América Latina por muitos outros, até por organizações que encabeçaram revoluções democráticas, como os sandinistas. Se mesmo os partidos que se formaram na severidade das condições da luta armada contra ditaduras – como o FSLN, os Tupamaros ou a Farabundo Marti –, quando aceitaram se transformar em partidos eleitorais, se descobriram vulneráveis diante da pressão política e social da democracia liberal (...) O domínio do capital sempre foi a associação legal e/ou ilegal, portanto, sempre ilegítima e imoral da riqueza com o poder. Todos os partidos comprometidos com o regime democrático-eleitoral e, por isso, financiados pelo capital, foram aliciados, em todos os tempos e lugares, pela força do dinheiro. Nos últimos cem anos, à escala mundial, a imensa maioria dos instrumentos da representação política dos trabalhadores, no centro ou na periferia, quando se consolidaram regimes democráticos, foram absorvidos pela pressão do eleitoralismo. A social democracia europeias antes da I Guerra, ou os partidos eurocomunistas depois dos anos 1960, muito antes do PT, confirmaram que é difícil, politicamente, e complexa, social e organizativamente, a construção de reservas ou filtros de imunidade diante

da pressão de forças sociais hostis. Degeneraram, absorvendo além dos métodos do eleitoralismo, os seus vícios. Seus dirigentes, fossem do PSD na Alemanha e do Labour na Inglaterra, ou do PCF na França e do PCI italiano, experimentaram, primeiro nos parlamentos, depois com o ministerialismo, um processo de ascensão econômica e acomodação social irrecuperável (ARCARY, 2014, pp.74-75).

Devemos lembrar também que este período, anos de 1980 e 1990, representou para muitos setores da esquerda uma desilusão as ideias “utópicas” representadas pelo Socialismo Real na União Soviética, que no final da década de 1980 entrara em colapso. Russell Jacoby (2001) afirma, que um setor da intelectualidade (ou *intelligentsia*) se afastou do ideário marxista em uma crise paradigmática, já não se objetivava discussões que envolviam o “universal”, a verdade deu lugar a dúvida. Os ventos que sopravam da Europa “já não eram tão vermelhos”, o próprio Partido Comunista Italiano – PCI, não tardou em atualizar seu programa naquilo que ficou conhecido como “eurocomunismo”, grupos de “minorias”, ligados a questões ambientais e outras agendas relegadas a um segundo plano, no período da Guerra Fria. No PT sobressaem as tendências, como a Força Socialista (FS), que viam no acúmulo de posições, conquistado por um partido democrático e de massas, a estratégia necessária para transformar o PT em ferramenta (popular) para a conquista do poder pelo povo brasileiro.

O intelectual passou a ser, cada vez mais, integrado ao sistema que antes presumia combater. O político profissional passa a se institucionalizar cada vez mais e, cada vez mais, há uma corrida por ocupar espaços de poder, vital para a concretização das “políticas imediatas”.

O reconhecimento de Luís Inácio Lula da Silva como principal figura pública da esquerda, como apontado acima, fez vislumbrar no interior do partido a possibilidade real da conquista do poder por meio eleitoral. Coube a direção do PT, apaziguar o partido, primeiro, criando leis internas e mecanismos que impedisse qualquer tendência que não fosse a “não-tendência” Articulação de existir. Feito isso, não tardou expulsar as correntes consideradas indomáveis, destaque para as internacionalistas Causa Operária e Convergência Socialista, esta última fundadora do partido.

A democracia interna, os ricos debates produzidos pelas distintas correntes nos Encontros Nacionais, foi, paulatinamente, substituído por um partido cada vez mais amarrado ao controle e interesses dos parlamentares e das figuras públicas.

Segundo Daniel Aarão Reis (2007): “De partido de militantes a partido de funcionários. Do protagonismo dos operários ao papel cada vez mais preponderante das classes médias assalariadas, particularmente ao dos assalariados da função pública” (REIS, 2007, p.16). O PT passou a existir como um partido que prometia uma revolução social, sem romper com o sistema. Se aliou a setores da burguesia com o intuito de financiar campanhas cada vez mais caras. “O jeito petista de governar” aliado a programas sociais reconhecidos como o “Orçamento Participativo”, possibilitaram ao partido conquistar uma importante camada social, principalmente, entre os mais afetados pelas políticas econômicas neoliberais, aplicadas, com diferentes intensidades, desde o governo Collor. O Plano Real e a estabilização econômica, o surgimento de um novo centro político liderado pelo PSDB, três derrotas eleitorais (1989, 1994, 1998) adiou, mas não conseguiu evitar que o PT chegasse em 2002, vinte e dois anos depois de sua fundação, a sua primeira vitória eleitoral a nível nacional com Lula, presidente da República.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABC de Luta!. Fundação do partido dos trabalhadores. 2017. In: **ABC de Luta!** - Memória dos Metalúrgicos do PT. Disponível em: <http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=100>, acessado em 13 de abril de 2017.

ABRAMO, Perseu. **Reportagem de Perseu Abramo sobre a reunião do Sion** (Movimento). Jornal Movimento de 18 a 24/02/1980. 1980. In: Fundação Perseu Abramo, 2006. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/reportagem-de-perseu-abramo-sobre-reuniao-do-si>>, Acessado em: 20 de junho de 2017.

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Caras Pintadas** (verbete). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/caras-pintadas>>. Acesso em novembro de 2017.

AGÊNCIA PT DE NOTÍCIAS. **Relembre a história e as pautas dos cinco congressos petistas**. 2017. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/relembre-a-historia-e-as-pautas-dos-cinco-congressos-petistas/>>, acessado em 28 de dezembro de 2017.

ALMEIDA, João Paulo. **Brizola e o processo de impeachment de Collor**. Site GGN. 2016. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/brizola-e-o-processo-de-impeachment-de-collor>>, acessado em 22 de novembro de 2017.

ALMEIDA, Jorge; VIEIRA, Maria Alice; CANCELLI, Vitória (orgs.). **Resoluções de Encontros e Congressos, Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

ALMEIDA, Monica Piccolo. **Reformas neoliberais no Brasil: A privatizações nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Tese (Tese em História). Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói (RJ), 2010. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1263.pdf>>, acessado em abril de 2017.

ARCARY, Valério. **As cinco crises do PT**. In: EsquerdaOnline. 2014a. Disponível em: <<https://blog.esquerdaonline.com/?p=2042>>, Acessado em julho de 2017.

_____. Um reformismo quase sem reformas: Uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira. 2.ed. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2014b.

BACKES, Ana Luiza. **A sociedade no Parlamento: imagens da Assembléia Nacional Constituinte de 1987/1988**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. **O Plano Real à luz da experiência mexicana e argentina**. In: Revista Estudos Avançados, nº 10, (28), 1996. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/download/8958/10510>>, acessado em 23 novembro de 2017.

BENSAID, Daniel. **Trotskismos**. In: marxistis.org. 2017. Link: <<https://www.marxists.org/portugues/bensaid/2002/trotskismos/cap06.htm>>. Acessado em junho de 2017.

BRAMATTI, Daniel. **'Carta aos Brasileiros' em 2002 mostrou face moderada**. In: Site Estadão.com [Estado de São Paulo], 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,carta-aos-brasileiros-em-2002-mostrou-face-moderada,506720>>, acessado em 01 de janeiro de 2018.

BRANDÃO, Marco Antonio. **O socialismo democrático do partido dos trabalhadores: a história de uma utopia (1979-1994)**. 1.ed. São Paulo: Annablume & FAPESP, 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Pactos Políticos: do populismo à redemocratização**. São Paulo: Editora brasiliense, 1985.

_____, Luiz Carlos. **A economia e a política do Plano Real**. In: Revista de Economia Política, vol. 14, nº 4 (56), 1994. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/56-10.pdf>>, acessado em 13 de novembro de 2017.

BROUÉ, Pierre. **História da Internacional Comunista (1919-1943)**. Vol. 1 A Ascensão e a queda. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2007.

BUSO, Thera (produtor). **Partido de Massas ou Partido de Vanguarda?**. Tradução: Marisa M. Teixeira. São Paulo: Nova Stella Editorial, 1985.

CERDEIRA, Bernardo. Apresentação. In: PRAUN, Lucieneida & SOARES, João Ricardo (editores). **Conversando com Moreno**. 2.ed. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

CERVO, Amado Luiz. **Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina**. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, vol 43, no2, p.5-27, 2000.

CHAGAS, Juary. **Nem classe trabalhadora nem socialismo - O PT das origens aos dias atuais**. 1.ed. São Paulo: Editora José Luiz e Rosa Sundermann, 2014.

CHAGAS, Wagner Cordeiro. **As eleições de 1982 no Brasil, uma experiência de pleito unificado de vereador a governador que gerou confusões**. 2015. Link: <<http://www.douranews.com.br/opiniao/item/88310-artigo-as-elei%C3%A7%C3%B5es-de-1982-no-brasil-uma-experi%C3%Aancia-de-pleito-unificado-de-vereador-a-governador-que-gerou-confus%C3%B5es?tmpl=component&print=1>>. Acessado em junho de 2017

CLAUDÍN, Fernando. **A crise do movimento comunista**. Vol. 1 - A crise da internacional comunista. São Paulo: Global, 1985.

COSTA, Tiago Sandes. Um pouco da História das tendências do PT. In: **Blog tiagosandes**. 2008. Link: <<http://tiagosandes.blogspot.com.br/2008/06/um-pouco-da-historia-das-tendencias-do-pt.html>>, acessado em fevereiro de 2017.

CRUZ, Diego. **Enfrentamento e ruptura: a expulsão da Convergência Socialista do PT**. Site PSTU. 2009. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/enfrentamento-e-ruptura-a-expulsao-da-convergencia-socialista-do-pt/>>, acessado em outubro de 2017.

CUT. **As centrais sindicais brasileiras: história, concepções e formas de atuação**. 2008. Link: <<https://cut.org.br/imprimir/standpoint/6d93989caa94529885c6febc316996e0/>>. Acessado em junho de 2017

DATAFOLHA. **Avaliação governo FHC - 15/12/2002**. 2002. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/aval_pres_15122002.pdf>, acessado em 13 de janeiro de 2018.

DELGADO, Lucia de Almeida Neves; FERREIRA, **Marieta de Moraes**. **História do tempo presente e ensino de História**. In: Revista História Hoje, v.2, nº4, p.19-34, 2013.

DIAS, Reginaldo Benedito. **Ação Popular Marxista-Leninista e a formação do PT**. In: DIAS, Reginaldo Benedito. **A Cruz, a foice e o martelo e a estrela. A tradição e a renovação da esquerda na experiência da Ação Popular**. Assis, 2004. Tese (Doutorado em História). Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/T03perseu3.pdf>>, Acessado em 20 de abril de 2017.

DIRCEU, José. **Representação ao DN do PT (R/CEN – Anexo 4: Aprovada como proposta da CEN ao DN)**. São Paulo. 1992. Mimeo.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

FARIA, Adalcina Pereira da Silva de; FIEL, Diogo da Rosa; SILVA, Luana Maria Fernandes. **Governo FHC e Lula: Diferenças e continuidades na política macroeconômica**. V Ciclo de Palestras em Ciências Sociais Aplicadas - V CPCSA, Sinop, MT, Brasil, 2011. Disponível em: <<http://sinop.unemat.br/projetos/ciclodopalestrasemcsa/historico/5/04.pdf>>, acessado em 23 de dezembro de 2017.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FARIA, Marcos Moutta de. **A experiência do Movimento Convergência Socialista**. Cadernos AEL, v.12, nº 22/23, 2005. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/download/2525/1935>>, Acessado em 20 de abril de 2017.

FELIPPE, William (Org.). **Teoria e organização do partido**: coletâneas de textos de Lênin, Trotsky e Moreno. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

FIGUEIREDO, Rubens; COUTINHO, Ciro. **A eleição de 2002**. In: Revista Opinião Pública, Campinas, Vol. IX, nº 2, Outubro, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v9n2/v9n2a05.pdf>>, acessado em 25 de novembro de 2017.

FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2006.

FILHO, José Coelho Matos; OLIVEIRA, Carlos Wagner de A. **O Processo de Privatizações das Empresas Estatais Brasileira**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. 1996. Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0422.pdf>, acessado em 23 de outubro de 2017.

FLEISCHER, David. **As eleições municipais no Brasil**: uma análise comparativa (1982-2000). OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol.VIII, no1, 2002, pp.80-105. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v8n1/14875.pdf>>, Acessado em abril de 2017.

GARCIA, Cyro. **Partido dos trabalhadores**: da ruptura com a lógica da diferença à sustentação da ordem. 2008. 197f. Tese (Doutor em História) — Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ). Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2008_GARCIA_Cyro-S.pdf>, acessado em 13 de julho de 2017.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GUIMARÃES, Juarez. **A estratégia da pinça**. In: [site] Teoria e Debate. 1990. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/estrategia-da-pinca?page=full>>, acessado em novembro de 2017.

HARNECKER, Marta. **O sonho era possível (extratos)**. 1994. In: Fundação legal do PT no Colégio Sion (10 de fevereiro de 1980). Fundação Perseu Abramo. 2006. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2006/04/24/fundacao-legal-do-pt-no-colegio-sion-10-de-fevereiro-de-1980/>>, Acessado em 27 de abril de 2017.

IASI, Mauro Luís. **As metamorfoses da consciência de classe** (O PT entre a negação e o consentimento). 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

JACOBY, Russell. **O fim da utopia**: política e cultura na era da apatia. Rio de Janeiro: Record, 2001.

JUNGE, Benjamin. **O que chamamos veado, com qualquer outro nome**: preocupações sociais com sexualidade não-normativa e auto-imagem em Porto Alegre, Brasil. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2008, V. 51 N° 2. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/viewFile/27291/29063>>, acessado em 12 de outubro de 2017.

LEMOS, Renato. **Fernando Collor** (verbete). In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/collor-fernando>>, Acesso em novembro de 2017. LENINE, V. I. **Que Fazer?**. In: LENINE, V.I. Obras Escolhidas. Vol. 1. 3.ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1986.

_____. **Sobre a dualidade de poderes**. In: LENINE, V.I. Obras escolhidas. Vol. 2. 3.ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1988.

LOPES, Bárbara Regina Vieira. **Políticas públicas dos anos 90**: um panorama sobre o incentivo ao setor tecnológico no Brasil durante o primeiro mandato de FHC (1995-1998). Monografias IGEPRI. Marília, 2011. Disponível em: <http://www.igepri.org/monografias/MFIGEPRI_BarbaraRVLopes.pdf>, acessado em 25 de outubro de 2017.

LOPES, Walson. **O PT na década de 90**: construindo um programa nacional-desenvolvimentista. Lutas Sociais, São Paulo, vol.18 n.33, p.23-34, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/viewFile/25739/18374>>, acessado em novembro de 2017.

LULA. **Discurso de Luis Inácio Lula da Silva**. In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1981c. Link: <<http://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/03-discursodelula1convecao.pdf>>. Acessado em 10 de agosto de 2017.

LUXEMBURGO, Rosa. Questões de organização da Social-democracia russa. In: BUSO, Thera (produtor). **Partido de Massas ou Partido de Vanguarda?**. Tradução: Marisa M. Teixeira. São Paulo: Nova Stella Editorial, 1985.

MACIEL, David. **O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil** (1990-1992). Revista UFG, dezembro 2011, Ano XIII n° 11. Disponível em: <https://projetos.extras.ufg.br/joomla_proec/revista_ufg/dezembro2011/arquivos_pdf/artigos_o_governo.pdf>, Acessado em novembro 2017.

MARTINS, José de Souza. **Do PT das lutas sociais ao PT do poder**. São Paulo: Contexto, 2016.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARTUSCELLI, Danilo Enrique. **O PT e o impeachment de Collor**. Opinião Pública, Campinas, vol. 16, nº 2, Novembro, 2010, p.542-568. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v16n2/a10v16n2.pdf>>, Acessado em novembro 2017.

MEMORIAL DA JUSTIÇA GAUCHA. 1989: **Uma eleição para a história**. 2016. Disponível em: <http://www.tre-rs.jus.br/arquivos/1989_Uma_eleicao_para_a_Historia_Programa_de_02092016.pdf>, Acessado em julho de 2017.

MEZZARROBA, Orides. **O partido político em Marx e Engels**. Florianópolis: Editora Paralelo 27, 1998.

MORA, Eliane Arenas. **Tensões na formação profissional da CUT e na disputa dos fundos públicos**. In: Revista Outubro, São Paulo, Instituto de Estudos Socialistas, Edição 06, 2002. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-6-Artigo-06.pdf>>, acessado em 24 de dezembro de 2017.

MORENO, Nahuel. **O Partido e a Revolução: teoria, programa e política**. Polêmica com Mandel. 2.ed. São Paulo, Editora Sundermann, 2008.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **História, memória e tempo presente**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). Novos domínios da história. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

NEGRÃO, João José de Oliveira. **O governo FHC e o neoliberalismo**. Revista Lutas Sociais, nº 1. 1996. São Paulo: Editora Xamã. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/download/18809/13991>>, acessado em 27 de dezembro de 2017.

NUZZI, Vitor. **Há 30 anos, Conclat foi a matriz de unidades e desencontros sindicais**. Rede Brasil Atual. 2011. Link: <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2011/08/conclat-foi-a-matriz-de-unidades-e-desencontros-sindicais>. Acessado em junho de 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: O ornitorrinco**. Boitempo editorial, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Tiago de. **Não seguiram a canção**. Reorganização do trotskismo no Brasil: posadismo, organização política e unificação. Primeiros apontamentos (1968-1971). In: XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social, Natal (RN), 2013. Disponível também em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371333220_ARQUIVO_Reorganizacao_do_trotskismo_no_Brasil_Primeiros_apontamentos.pdf>. Acessado em abril de 2017.

OZÁI, Antônio. **Partido de massas e partido de quadros: a social-democracia e o PT**. São Paulo: Editora CPV, 1996.

_____. **O Trabalho (OT)** - Corrente Interna do Partido dos Trabalhadores. In: Blog do Ozaí. 2017. Link: <<https://antoniozai.wordpress.com/2017/08/06/o-trabalho-ot-corrente-interna-do-partido-dos-trabalhadores/>>. Acessado em fevereiro de 2017.

PACHECO, Eliezer. **A formação da esquerda no Brasil**. 1.ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2008.

PELIANO, Ana M. et al. (1995), "**O Comunidade Solidária**: uma estratégia de combate à fome e à pobreza". In: Revista Planejamento e Políticas Públicas, 12, jan., Ipea, Brasília. Disponível em: <<http://www.en.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/139/141>>, acessado em 24 de outubro de 2017.

PDT. **História**. 2017. Disponível em: <<http://www.pdt.org.br/index.php/o-pdt/historia/>>, Acessado em julho de 2017.

PEDROSA, Mario. Hora da lealdade. Local desconhecido, 1980. In: **Dossiê “Primeiros Passos”**, publicado em: PERSEU: história, memória e política, n. 1. São Paulo: Centro Sérgio Buarque de Holanda/FPA, dez. 2007.

POMAR, Wladimir. **Introdução**. In: Resoluções de encontros e congressos (1979-1998). São Paulo: Diretório Nacional do PT, Fundação Perseu Abramo, 1998.

PONT, Raul. **Da crítica ao populismo à construção do PT**. Porto Alegre: Editora Seriemá, 1985.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Social-Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

_____, Adam. **A social-democracia como fenômeno histórico**. Revista Lua Nova, nº15, outubro de 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451988000200004&lng=en&nrm=iso>, acessado em julho de 2017.

REIS, Daniel Aarão. **O Partido dos Trabalhadores** – trajetória, metamorfoses, perspectivas. Núcleo de Estudos Contemporâneos/NEC, Universidade Federal Fluminense/UFF, 2007. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/culturaspoliticass/files/daniel4.pdf>>, acessado em 23 de julho de 2017.

RICCI, Rudá. **As origens das tendências no PT**. In: Blog do Rudá. 2015. Link: <<http://www.rudaricci.com.br/origens-das-tendencias-pt/>>. Acessado em 20 de julho de 2017.

RODA VIVA. **Memória Roda Viva Leonel Brizola**. 1992. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/821/entrevistados/leonel_brizola_1992.htm>, acessado em 21 dezembro de 2017.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologias e composição social**. São Paulo: EDUSP, 2002. Disponível em: <<http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2011/11/RODRIGUES-L.-M.-Partidos-ideologia-e-composicao-social.pdf>>, acessado em 23 de outubro de 2017.

RODRIGUES, Rafael Lugli. **Os (Des)caminhos do governo Itamar Franco representado por meio da charge**. XIV Encontro Regional de História. 1964-2014: 50 anos do golpe militar no Brasil. Universidade Estadual do Paraná. Campo Mourão. 2014. Disponível em: <<http://www.erh2014.pr.anpuh.org/anais/2014/383.pdf>>, acessado em outubro de 2017.

ROMANO, Clayton Cardoso. **Do ABC ao Planalto: a cultura política do petismo**. 2008. 172f. Tese (Doutor em História) — Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca (SP). Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/romano.pdf>>, acessado em 23 de agosto de 2017.

ROSENFELD, Denis L. **PT na encruzilhada: Social-democracia, demagogia ou revolução?**. Porto Alegre: Editora Leitura XXI, 2002.

SADER, Emir; JINKINGS, Ivana (coords.). **Enciclopédia Contemporânea da América latina e do Caribe**. 1.ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

SAGRA, Alicia. **História das Internacionais Socialistas**. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

SANTA, Beto Della. **Brasil, vitória de Pirro e depois: nova polêmica jornalística com Atilio A. Borón**. In: Blog Síntese. 2014. Disponível em: <<http://www.blogsintese.com.br/2014/11/mais-uma-vez-brasil-vitoria-de-pirro-e.html>>, acessado em outubro de 2017.

SANTOS, Fábio Pereira dos. **O Plano Real e o crescimento da Dívida Pública no Brasil**. 2000. 108 páginas. Tese de Mestrado. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas - FGV, São Paulo.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. 4.ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

SILVA, Edgar. **Emenda constitucional da reeleição completa 20 anos**. In: Site Folha de São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/06/1890080-emenda-constitucional-da-reeleicao-completa-20-anos.shtml>>, acessado em 23 de dezembro de 2017.

SOUZA, Isabel R. de O. Gómez de. **Trabalho e política: as origens do partido dos trabalhadores**. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

TROTSKY, Leon. **História da Revolução Russa**. Tomo 1. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2007.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. Eleições Anteriores - Candidatos eleitos (Período de 1945-1990). 2017. Link: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores>>, Acessado em outubro de 2017.

VILLAR, Aloisio. **As eleições de 1989**. In: Ouro de Tolo. Disponível em: <<http://www.pedromigao.com.br/ourodetolo/2014/09/as-eleicoes-de-1989/>>, Acessado em 20 abril de 2017.

WITKOSKI, Antonio Carlos. **Diversidade intelectual e cultura política**: abordagem gramsciana da pedagogia petista. Annablume editora, São Paulo, 2000, p.73.

DOCUMENTOS

PT. **A tese de “Santo André-Lins”**. In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1979a. Link: <https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-atesedesantoandre-lins_0.pdf>. Acessado em 10 de abril de 2017.

PT. **Carta de Princípios**. In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1979b. Link: <<http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/03/cartadeprincipios.pdf>>. Acessado em 10 de abril de 2017.

PT. **Manifesto**. In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1980. Link: <<http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/04/manifestodefundacaopt.pdf>>. Acessado em 10 de abril de 2017.

PT. **Desemprego**. In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1981a. Link: <<http://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-desemprego.pdf>>. Acessado em 10 de agosto de 2017.

PT. **O PT e a crise da previdência social**. In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1981b. Link: <https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/05/04-1981.mocao_.l.EN_.PT_.pdf>. Acessado em 10 de agosto de 2017.

PT. **1º Diretório Nacional**. In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1981d. Link: <https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/06-1diretorionacional_0.pdf>. Acessado em 10 de agosto de 2017.

PT. **Carta eleitoral**. In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1982a. Link: <<http://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-cartaeleitoral.pdf>>. Acessado em 02 de setembro de 2017.

PT. **Plataforma eleitoral nacional: trabalho, terra e liberdade.** In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1982b. Link: <<http://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-plataformaeleitoral.pdf>>. Acessado em 10 de setembro de 2017.

PT. **Regimento interno do partido dos trabalhadores.** In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1984a. Link: <<https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/05-regimentointernodopt.pdf>>. Acessado em 10 de setembro de 2017.

PT. **Teses para a atuação do pt.** In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1984b. Link: <<https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/06-tesesparaaatuacaodopt.pdf>>. Acessado em 11 de setembro de 2017.

PT. **2º Diretório Nacional.** In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1984c. Link: <https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/07-2diretorionacional_0.pdf>. Acessado em 11 de setembro de 2017.

PT. **Contra o continuísmo e o pacto social.** In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1985. Link: <<http://www.enfpt.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Contra-o-continuismo-e-o-pacto-social.pdf>>. Acessado em 13 de setembro de 2017.

PT. **Documento eleitoral básico.** In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1986a. Link: <<https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-documentoeleitoralbasico.pdf>>. Acessado em 13 de setembro de 2017.

PT. **Plano de ação política e organizativa do partido dos trabalhadores para o período 1986/87/88.** In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1986b. Link: <<https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/06-planodeacaopolitica.pdf>>. Acessado em 14 de setembro de 2017.

PT. **3º Diretório Nacional (DN).** In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1986c. Link: <https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/08-3diretorionacional_0.pdf>. Acessado em 14 de setembro de 2017.

PT. **Resoluções políticas.** In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1987a. Link: <https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/07-resolucoespoliticas_0.pdf>. Acessado em 14 de setembro de 2017.

PT. **Regulamentação das tendências internas.** In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1987b. Link: <<https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-anexo.pdf>>. Acessado em 15 de setembro de 2017.

PT. **4º Diretório Nacional.** In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1987c. Link: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/08-4diretorionacional_0.pdf>. Acessado em 15 de setembro de 2017.

PT. **As eleições presidenciais e a candidatura Lula.** In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1989a. Link: <<https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/03-diretrizesparaelaboracaodoprograma.pdf>>. Acessado em 18 de setembro de 2017.

PT. **As diretrizes para a elaboração de um plano de governo.** In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1989b. Link: <<https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-aseleicoespresidenciaiseacandidaturalula.pdf>>. Acessado em 18 de setembro de 2017.

PT. **O momento atual e as nossas tarefas.** In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1989c. Link: <<https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/05-momentoatualeasnossastarefas.pdf>>. Acessado em 18 de setembro de 2017.

PT. **O socialismo petista.** 1990a. In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/04-osocialismopetista.pdf>>, acessado em outubro de 2017.

PT. **Construção partidária.** In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1990b. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/05/02-1990_VII_EncontroNacional.CONSTRUCAO_PARTIDARIA.pdf>, acessado em outubro de 2017.

PT. **Conjuntura e tática.** In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1990c. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-conjunturaetatica.pdf>>, acessado em outubro de 2017.

PT. **5º Diretório Nacional.** In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1990d. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/05-5diretorionacional_0.pdf>, acessado em outubro de 2017.

PT. **Carta de Brasília.** In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1993a. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/05/01-1993_VIII_EncontroNacional.CARTAdedeBRASILIA.pdf>, acessado em outubro de 2017.

PT. **O momento político.** In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1993b. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/03-omomentopolitico.pdf>>, acessado em outubro de 2017.

PT. **Por um governo democrático e popular.** In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1993c. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/04-porumgovernodemocratico.pdf>>, acessado em outubro de 2017.

PT. **6º Diretório Nacional.** In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1993d. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/05-6diretorionacional_0.pdf>, acessado em outubro de 2017.

PT. **Conjuntura Nacional.** In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1995b. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-conjunturanacional.pdf>>, acessado em 23 de outubro de 2017.

PT. **Resolução sobre os petistas e o Comunidade Solidária.** In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1995c. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/06-resolucaosobreospetistaseocomunidadesolidaria.pdf>>, acessado em 23 de outubro de 2017.

PT. **Resoluções Políticas.** In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1997a. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/03-resolucoespoliticas.pdf>>, acessado em 23 de outubro de 2017.

PT. **Sobre o grito dos excluídos.** In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1997b. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/04-sobreogritodosexcluidos.pdf>>, acessado em 23 de outubro de 2017.

PT. **Carta do Rio de Janeiro.** In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1997c. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-cartadoriodejaneiro.pdf>>, acessado em 23 de outubro de 2017.

PT. **8º Diretório Nacional**. In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1997d. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/05-8diretorionacional_0.pdf>, acessado em 23 de outubro de 2017.

PT. **Campanha José Rainha é Inocente**. In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1997e. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-campanhajoserainhaeinocente.pdf>>, acessado em 23 de outubro de 2017.

PT. **O Fim de um ciclo**. In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1998a. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-ofimdeumciclo.pdf>>, acessado em 23 de outubro de 2017.

PT. **Recursos**. In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1998b. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-recursos.pdf>>, acessado em 23 de outubro de 2017.

PT. **Resoluções do II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores**. In: ENCONTROS NACIONAIS DO PT – RESOLUÇÕES. Centro Sérgio Buarque de Holanda. 1999. Disponível em: <<http://www.enfpt.org.br/wp-content/uploads/2017/05/1999-II-Congresso-Resolucoes.pdf>>, acessado em 23 de outubro de 2017.

PT. **XII Encontro Nacional**. In: International Institute of Social History. 2001. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-resolucoes-xii-encontro.pdf>>, acessado em 23 de outubro de 2017.

PT. **Carta ao Povo Brasileiro**. In: International Institute of Social History. 2002. Disponível em: <http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf>, acessado em 23 de outubro de 2017.